

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Karine Moura Vieira

O DESAFIO DE NARRAR UMA VIDA

A Crítica Genética no estudo da biografia como gênero jornalístico

Porto Alegre
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Karine Moura Vieira

O DESAFIO DE NARRAR UMA VIDA

A Crítica Genética no estudo da biografia como gênero jornalístico

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca

Porto Alegre
2011

AGRADECIMENTOS

A Lira Neto pela generosidade e confiança em abrir as portas do seu universo criativo com o empréstimo das cadernetas e manuscritos da biografia de Padre Cícero. Sem a sua ajuda este trabalho não seria possível.

A minha família pelo apoio incondicional nesta aventura e a compreensão pelos longos períodos que fiquei sem vê-los para me dedicar à realização desta pesquisa.

Ao Ivan, meu amor e companheiro de todas as horas, de todas as primeiras leituras, discussões e questionamentos. Agradeço pelo amor, carinho e paciência ao longo desta experiência que nos uniu ainda mais e que, definitivamente, mudou a minha biografia. Este foi só o início da aventura maior que estamos vivendo.

A minha orientadora Virgínia Fonseca por me acompanhar nos meus passeios biográficos e acreditar nesta pesquisa. Por sua compreensão e, principalmente, por estar sempre aberta ao diálogo e à troca ao longo de todo o processo. Esta acolhida me deu segurança para chegar até aqui.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS que acolheu este projeto e me proporcionou um espaço rico de muito aprendizado, mas também de amizade e estimulou ainda mais a paixão pela pesquisa, pelo conhecimento.

Aos meus amigos pelo apoio e solidariedade. Em especial Vicente Darde, Márcia Veiga e Ângelo Adami que foram incansáveis e me ajudaram em momentos decisivos desta jornada.

RESUMO

Esta dissertação analisa a biografia como gênero jornalístico através da aplicação dos procedimentos da Crítica Genética ao processo de produção da obra *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão*, do jornalista Lira Neto. Procura-se identificar e compreender as características e especificidades que podem vir a definir a biografia como um gênero jornalístico - critérios de noticiabilidade, valores-notícia, tratamento e relação com as fontes e as estratégias comunicativas utilizadas para produzir a narrativa. Para tanto, realiza-se um estudo de gênese dos documentos, cadernetas e manuscritos que constituem os vestígios de produção da obra. Compreende-se que a biografia origina-se e desenvolve-se na fronteira entre a história e a literatura e constitui-se no jornalismo em aproximação com a reportagem, como uma narrativa de reconstituição que se constrói no devir da história de vida do biografado, estabelecendo uma nova identidade narrativa do personagem.

Palavras-chave: Biografia - Jornalismo - Crítica Genética.

ABSTRACT

This thesis analyzes the biography as a genre of journalism by applying the procedures of Genetic Criticism of the production process of the work *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão*, of the journalist Lira Neto. It seeks to identify and understand the characteristics and needs that may define the biography as a journalistic genre - criteria of newsworthiness, news values, treatment and relationship with sources and communication strategies used to produce the narrative. The study presents a study of the genesis of documents, books and manuscripts which are the remains of the production work. It is understood that the biography originates and develops at the border between history and literature and in journalism is approaching with the story as a narrative reconstruction that builds upon the transformation of the life history of the biography, by establishing a new narrative identity of the character.

Keywords: Biography, Journalism, Critic Genetics.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Tipologização dos gêneros	60
FIGURA 2 - Cenários para o Prólogo.....	92
FIGURA 3 - Esboço capítulo 2 para livro “A Cruz”.....	102
FIGURA 4 - Sobre o nascimento de Pe. Cícero na obra de Azarias Sobreira	105
FIGURA 5 - Sobre o nascimento de Pe. Cícero na obra de Otacílio Anselmo.....	106
FIGURA 6 - Esboço capítulo 3 para o livro “A Cruz”.....	112
FIGURA 7 - Esboço capítulo 4 para livro “A Cruz”.....	114

SUMÁRIO

Do começo	9
O caminho a seguir.....	11
Seguindo rastros.....	14
O roteiro.....	15
1 Passeios biográficos.....	17
1.1 História de vida: o voo sem limites.....	17
1.2 A ilusão da escrita da vida.....	20
1.3 O percurso biográfico.....	22
1.4 Enquadramentos biográficos.....	29
1.5 O pacto referencial e os sujeitos da escrita.....	33
1.6 Memória, narratividade e identidade.....	38
2 Passeios jornalísticos.....	44
2.1 O <i>ethos</i> jornalístico.....	44
2.2 As dimensões do jornalismo.....	48
2.3 Constituição dos gêneros.....	52
2.3.1 Os gêneros jornalísticos.....	53
2.3.2 Reportagem: os limites do gênero.....	61
2.4 Cruzada biográfica: entre o jornalismo, a história e a literatura.....	63
3 Passeios metodológicos.....	69
3.1 A gênese da crítica	70
3.1.1 As fronteiras da gênese.....	73
3.2 As cadernetas (documentos do processo): tipos e funções.....	76
3.3 As etapas do processo	78
3.4 As marcas do jornalismo.....	83
3.5 O autor e a obra.....	85

4 Os labirintos da criação.....	87
4.1 Prólogo.....	89
4.2 A Cruz – do primeiro ao sexto capítulos.....	100
4.3 Epílogo.....	119
Considerações finais.....	124
Referências.....	129

Do começo...

Sob a história, a lembrança e o esquecimento. Sob a lembrança e o esquecimento, a vida. Mas escrever a vida é uma outra história. Uma história inacabada.
(Paul Ricoeur).

Escrever a vida é uma aventura de dimensões e proporções imensuráveis. Quando se decide percorrer a trilha de uma existência, conhecê-la, tentar compreendê-la, o que se sabe – e isso é quase nada – é que há um começo, um fio de história que percorre um emaranhado de tramas de histórias alheias, reais, fictícias, possíveis, mas sempre sem um ponto final. Dosse (2009, p. 11) diz que “escrever uma vida é um horizonte inacessível, que, no entanto, sempre estimula o desejo de narrar e compreender”. Pois é esse mesmo desejo que nos leva à proposição de um passeio pela aventura biográfica, pelo devir da narrativa de história de vida, que se constitui na tensão entre o lembrar e o esquecer, uma memória que está e permanece, no tempo e no espaço, um eterno vir a ser.

A biografia como gênero não é simples, não se enquadra, não se encaixa simplesmente em uma classificação. Híbrido, impuro, de fronteira, são alguns dos predicados que acompanham o gênero desde a sua constituição como tal. O significado de narrar uma vida, ao mesmo tempo que define o gênero, expõe uma interrogação sobre o que é, de fato, a dimensão e a complexidade do conceito de história de vida. O conceito parte do pressuposto de que uma vida pode ser concebida como uma narrativa, um relato. É a noção, no interior do senso comum, de que a existência de um indivíduo percorre uma trajetória, uma série de desdobramentos no tempo e no espaço, com etapas pontuadas por começo, meio e fim, como em qualquer história. Mas será possível compreender o percurso de uma vida de maneira tão linear e objetiva, organizada em linha cronológica e, por consequência, lógica, em que a realidade do indivíduo possa ser percebida de forma unitária, postulando, assim, um sentido totalizante para sua existência?

Alguns biógrafos arriscam-se a pensar que sim. Sujeito por trás do gênero, o biógrafo tem no seu ofício o labor incansável de objetivos intangíveis, onde o saber contar a história de vida que lhe é objeto de desejo não basta. Não apenas uma vez, mas talvez boa parte da sua existência, tendo a certeza plena de que esse tempo não será suficiente para cumprir a sua ambição. “Procurar trazer tudo à luz é, pois, ao mesmo tempo a ambição que orienta o biógrafo e uma aporia que o condena ao fracasso” (DOSSE, 2009, p. 55). Mas, como sabiamente observa Ricoeur, a vida se dá como construção narrativa sob a lembrança e o

esquecimento, sob a sombra da memória, e esta se faz no esvanecer do tempo e do espaço, deixando rastros e lacunas que se sucedem e enredam o fio da história perseguida pelo pesquisador. Dosse (2009) explica esse lugar de tensão em que a biografia se insere:

Gênero híbrido, a biografia se situa em tensão constante entre a vontade de reproduzir um vivido real passado, segundo as regras da *mimesis*, e o pólo imaginativo do biógrafo, que deve refazer um universo segundo a sua intuição e talento criador. Essa tensão não é, decerto, exclusiva da biografia, pois encontramos no historiador empenhado em fazer história, mas é guindada ao paroxismo no gênero biográfico, que depende ao mesmo tempo da dimensão histórica e da dimensão ficcional. (DOSSE, 2009, p. 55)

A complexidade da biografia, dimensionada no conflito entre o histórico e o ficcional, está no centro de estudos na história, na literatura, na antropologia, na psicologia, na sociologia e também na comunicação. Se na história questiona-se o método empregado no empreendimento biográfico, sua sustentação documental e a sua validade como reconstituição de época, na literatura suscita-se a discussão sobre o romance biográfico, a relação autor-personagem e a construção das identidades narrativas, a condução da narrativa e os limites da oficina criativa do biógrafo. A antropologia percebe a operação biográfica a partir da técnica de história de vida, da construção dos relatos e da posição do pesquisador na interpretação e significação da história do outro sobre si, e como isso se configura em um contexto sócio-cultural. Por um viés próximo, os estudos sociológicos indagam como se dá o paradigma original do fenômeno biográfico em uma amplitude social, ou seja, a impossibilidade de entender uma existência como uma, em uma perspectiva totalizante, sobrepondo-se à percepção do indivíduo biografado como um agente social. Na comunicação, mais especificamente no jornalismo, que vem se tornando protagonista na elevação da biografia com um gênero editorial consagrado em todo o mundo, pois muitos profissionais dedicam suas carreiras à investigação da vida dos mais variados personagens, toda essa gama de aporias pertinentes aos demais campos faz-se presente, porém confrontada com princípios técnicos e deontológicos do campo jornalístico, o seu *ethos*.

A observação dos paroxismos inerentes à biografia enquanto gênero transversal e interdisciplinar no jornalismo está no centro desta pesquisa, que se propõe a pensar o gênero como um produto jornalístico, contemplando a necessidade de uma dialogia entre o jornalismo e outros domínios de conhecimento. Não apenas no que concerne aos referenciais epistemológicos, mas ao real diálogo entre esses conhecimentos para uma (nova) perspectiva

simbólica, de articulação de significados. Desta forma, este estudo visa compreender o processo de construção da biografia como gênero jornalístico.

O caminho a seguir

A aventura de biografar seduz os jornalistas com o que carrega de mais original: o interesse pelo outro. Os jornalistas fazem do desejo de narrar e compreender uma vida o seu labor diário, ao procurar e revelar micro-histórias de vida. Seja o anônimo, sem rosto, diluído na multidão, ou o “famoso alguém”, todos se tornam personagens da história do agora. Esse desejo suscitado pelo empreendimento biográfico constitui, no âmbito desta pesquisa, um dos pontos de intersecção entre jornalistas e historiadores. Ambos se entregam ao impulso investigativo de abrir o baú da memória, rever os caminhos da temporalidade de uma existência, tentar torná-la real, verdadeira, no resgate de documentos, no rigor metodológico dos seus processos de pesquisa. E ao contá-la, (res)escrevê-la e, quem sabe, tentar compreendê-la, ambos buscam uma narrativa própria, onde a intersecção com a literatura se faz presente. Assim, a biografia, como gênero de fronteira, se torna um espaço fecundo para que o eterno flerte do jornalismo com a história e a literatura se manifeste, sem que o jornalismo se aproprie completamente nem de um nem de outro.

Apesar da já extensa produção biográfica feita por jornalistas no Brasil, o estudo do gênero no âmbito do jornalismo ainda é incipiente. Vilas Boas (2002 e 2006), em dissertação e tese realizadas na Universidade de São Paulo, é o principal autor sobre o assunto no jornalismo. Na dissertação, concentra-se na análise do modo de operação dos “jornalistas-biógrafos”¹ e em como aplicam os recursos jornalísticos comparativamente à narrativa biográfica de outras áreas (história, literatura, sociologia e psicologia). Já na tese, ele desenvolve o que chama de metabiografia – uma proposta experimental, onde discute o biografismo com a personagem que escolheu “biografar”, o jornalista Alberto Dines. Sua contribuição para a discussão do biografismo no campo jornalístico é muito importante, especialmente por evidenciar a riqueza de nuances do tema, seja na busca do aperfeiçoamento de uma narrativa própria – se isto é possível – seja, principalmente, por trabalhar de forma consistente na formação de um referencial teórico e conceitual. Não se pretende, agora, discutir o mérito dos conceitos trabalhados pelo autor, mas introduzi-los aqui com a finalidade

1 Expressão utilizada por Vilas Boas para “denominar os profissionais que exercem (ou exerceram) o jornalismo e se dedicam também (ou somente) a livros biográficos (VILAS BOAS, 2006, p. 12).

de mostrar as visões sobre as biografias escritas por jornalistas. Nesta dissertação, procura-se dialogar com Vilas Boas, com o objetivo de ampliar os estudos sobre o tema, mas observando as imbricações do fazer jornalístico para a conceituação do gênero no interior do campo. Parte-se da problematização do modo de produção para se chegar ao processo de criação da biografia, analisando-se as marcas jornalísticas nesse processo: os valores notícia, a atualidade, a factualidade, a relação com as fontes de pesquisa.

Este estudo, enfim, parte da seguinte questão de pesquisa: reconhecendo-se a existência de confluências entre história, literatura e jornalismo, e levando-se em consideração o processo de produção, quais as características e especificidades que podem vir a definir a biografia como um gênero jornalístico?

Revisando-se a produção biográfica de jornalistas no Brasil, observou-se que se delineou uma espécie de movimento de jornalistas, a partir do início dos anos 1980, interessados em se aventurar pelo gênero. Não foi algo instituído, mas uma sucessão de trabalhos que obtiveram êxitos editoriais significativos e que abriram um nicho para que mais jornalistas também se definissem como biógrafos. Para citar alguns exemplos de jornalistas que figuram nesse cenário nos últimos 30 anos podemos falar de Alberto Dines, que lançou *Morte no Paraíso* (1981), sobre o escritor e biógrafo austríaco Stefan Zweig; Fernando Morais, que fincou seu nome entre os “jornalistas-biógrafos” com *Olga* (1985), sobre Olga Benário Prestes, *Chatô – O rei do Brasil* (1994), sobre o empresário Assis Chateaubriand, e *O Mago* (2008), sobre o escritor Paulo Coelho – a primeira biografia do autor sobre uma personagem viva; e Ruy Castro, com as produções de *O Anjo Pornográfico* (1992), sobre o escritor e dramaturgo Nelson Rodrigues, *Estrela Solitária* (1995), sobre o jogador de futebol Garrincha e, também, a biografia de Carmen Miranda, em *Carmen, uma biografia – A vida de Carmen Miranda, a brasileira mais famosa do século XX* (2005).

Nessa lista, cada vez mais extensa, não se pode deixar de citar nomes como Jorge Caldeira, autor de *Mauá, empresário do Império* (1995); José Castello, autor de *Vinicius de Moraes: o poeta da paixão* (1993), *João Cabral de Melo Neto, o homem sem alma* (1999) e *Pelé, os dez corações do rei* (2004); Humberto Werneck, com *O Santo Sujo* (2008), biografia do músico e boêmio modernista Jaime Ovalle; e Lira Neto, com as obras *Castello: a marcha para a ditadura* (2004), *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar* (2007), *Maysa – Só numa multidão de amores* (2007) e *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão* (2009).

Não se pretende fazer aqui uma revisão cronológica e estatística da produção biográfica de jornalistas, mas ilustrar a relevância dessa produção nas três últimas décadas, quando muitos jornalistas procuraram na biografia uma vertente alternativa para o exercício

da reportagem, buscando desvendar trajetórias da vida de personagens que fazem parte do imaginário coletivo - nas artes, na política, vultos que já foram até investigados em outras obras, mas que, pela multiplicidade da sua existência, permitem uma nova busca do fazer biográfico. Sujeitos do seu tempo, esses personagens, ao terem suas existências resgatadas por esses profissionais, são apresentados com um novo significado, não como uma reinvenção da sua existência, mas como uma outra possibilidade de entendimento e manutenção da memória e do valor histórico da sua trajetória.

Lira Neto é um significativo exemplo dos que integram esse movimento de “jornalistas-biógrafos”, com uma produção profícua sobre personagens distintos - um militar, um escritor, uma cantora e um padre. Biografias marcadas por trabalho exaustivo de reportagem, da apuração à execução da narrativa. Esta afirmação fundamenta-se na observação do processo de produção do autor quando participou-se, como pesquisadora, no projeto que resultou na biografia *Castello – A marcha para a ditadura* (2004), sobre o general Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro presidente do regime militar instaurado no Brasil a partir de 1964. Durante quatro meses, apurou-se em documentos, fotos e outras formas de registro informações sobre o período em que Castello Branco viveu em Porto Alegre, os anos da sua formação no Colégio Militar. Apesar de ter colaborado à distância para a realização desse projeto, o tema da produção de uma biografia tornou-se, primeiramente, um interesse pessoal. Porém, no ano de 2007, durante uma passagem de Lira Neto por Porto Alegre, para uma sessão de autógrafos e uma palestra na Feira do Livro, deu-se o primeiro contato pessoalmente e, naquela ocasião, o jornalista declarou já ter escolhido uma nova personagem para biografar. Disse que ainda estava na fase inicial da pesquisa, mas que em breve revelaria a identidade do novo biografado.

Desde então, passou-se a acompanhar o site do jornalista para ler as notícias sobre a evolução da sua pesquisa sobre Padre Cícero, descritas em um blog. Em 2009, logo nos primeiros meses do curso de mestrado, conhecendo o trabalho do jornalista na condição de colaboradora, pelo acompanhamento à distância do processo de produção, decidiu-se pela análise da biografia *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão*, objeto empírico desta pesquisa.

O livro narra a trajetória de Padre Cícero, ícone popular religioso do nordeste do Brasil, com milhões de devotos que anualmente vão a Juazeiro do Norte, no Sertão do Cariri, Ceará, em peregrinação. Com o livro, o autor diz pretender fugir do lugar comum da bibliografia disponível sobre o padre e se desvincular da produção acadêmica sobre o personagem. Lira Neto acredita que o livro traz uma nova visão sobre a vida do sacerdote,

porque é baseado em fontes históricas pouco ou nunca visitadas pela historiografia tradicional. A biografia chegou ao mercado no momento em que o Vaticano, 75 anos depois da morte do líder religioso, decide avaliar a possibilidade de sua reabilitação, iniciativa do papa Bento XVI. A tramitação na Santa Sé pode ser o início do processo de sua canonização.

Do acompanhamento do trabalho de Lira Neto como colaboradora, inserida no seu processo produtivo, e da observação à distância dos bastidores da pesquisa sobre a vida de Padre Cícero, algumas questões se colocavam: como se faz a apuração de uma história de vida? Quais as escolhas do autor para narrar uma trajetória? Como preencher as lacunas deixadas por uma variedade de aspectos relativos a uma existência e ao mesmo tempo manter a veracidade do relato? Essas indagações ajudam a delinear esta pesquisa, que tem como objetivo principal compreender o processo de produção da biografia como gênero jornalístico. Para isso, analisam-se os vestígios deixados pelo autor no processo de concepção e realização da obra *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão*.

Visando à consecução desse objetivo, perseguem-se os seguintes objetivos específicos: a) identificar e analisar as marcas do fazer jornalístico (apuração e conferência) no processo de produção da biografia; b) identificar e classificar os critérios e as escolhas (enquadramento e valores-notícia) do jornalista para a produção da narrativa biográfica; c) compreender o uso das fontes históricas e a relação com as fontes no processo produtivo e na estruturação do texto; d) identificar e analisar no processo de produção e criação do texto biográfico as estratégias comunicativas utilizadas pelo autor.

Seguindo os rastros

Com as inquietações primárias circunscritas a uma problemática de pesquisa, e com os objetivos definidos, resta estabelecer o caminho a percorrer. Este estudo pretende ver o empreendimento biográfico pelo seu avesso, ou seja, para além da obra pronta. Para tanto, a pesquisa não se detém apenas na narrativa publicada, mas nos rastros deixados pelo jornalista Lira Neto para chegar à escrita final. A opção por este caminho levou à adoção da Crítica Genética como metodologia para a compreensão da gênese do texto biográfico, a partir da análise das cadernetas de anotações e dos manuscritos da biografia *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão*.

Originada na França, na década de 1960, no campo da literatura, e em desenvolvimento no Brasil principalmente através da Associação dos Pesquisadores em Crítica Genética (APCG), o método se destaca pela possibilidade de aplicação em diferentes

campos de produção, como a publicidade, as artes plásticas, o teatro, a fotografia, a arquitetura e também o jornalismo. A amplitude das possibilidades de pesquisa a define hoje como a genética dos processos criativos. O processo de criação é o seu objeto de estudo, e seu propósito, entender as imbricações do percurso de fabricação da obra artística, como explica Salles:

Ao nos depararmos com o objeto de estudo da crítica genética, estamos, necessariamente acompanhando uma série de acontecimentos interligados, que levam à construção da obra: estamos diante de um objeto móvel, um objeto de criação. Na relação entre esses registros e a obra entregue ao público encontramos um pensamento em processo. E é exatamente como se dá essa construção o que nos interessa (SALLES, 2008, p. 35).

Para a realização desta pesquisa, o corpus foi cedido pelo jornalista Lira Neto. É constituído por um dossiê genético² composto de 798 documentos: 642 cartas (digitalizadas) escritas por 25 personagens citados no livro, nove cadernetas, seis manuscritos impressos, oito manuscritos digitalizados, três esboços de capítulos digitalizados (que o autor denomina de rascunhos), 24 fichários, 48 documentos impressos (cópias de páginas de livros, de cartas e bilhetes de Pe. Cícero e outros personagens que aparecem na biografia, cópias impressas de páginas de sites), sete e-mails impressos, 29 cópias impressas de matérias de jornais, sites e revistas e 19 fotos digitalizadas do jornal *O Cearense*, publicado em 10 de maio e 24 de abril de 1891. Esse dossiê representa uma parte significativa do material de pesquisa utilizado pelo autor, principalmente as cartas trocadas por personagens que foram protagonistas na trajetória de Cícero e que costuram a narrativa do jornalista. Por ter sido cedido, esse corpus passou por uma seleção prévia do autor. Não nos cabe julgar os critérios utilizados por ele para essa seleção, nem a ambição ou pretensão de uma análise totalizante da produção. O que se busca é a compreensão do processo criativo da produção da biografia como produto jornalístico, e esses documentos são os rastros, os indícios disponíveis para a pesquisa.

O roteiro

O trabalho é desenvolvido em quatro capítulos. O primeiro traz a pesquisa e a reflexão sobre a biografia enquanto gênero: a complexidade do conceito de história de vida e a construção do relato, o paroxismo entre a factualidade e a ficcionalidade da biografia e a sua

2 Os detalhes sobre a composição completa desse material e a descrição de sua utilização na pesquisa serão explicitados no capítulo de aplicação da metodologia.

evolução e trajetória como gênero na história, na literatura e no jornalismo, a problemática do gênero híbrido e os conflitos que encerra – relação autor e personagem, noção de alteridade, a relação com as fontes. No segundo capítulo trabalha-se as dimensionalidades do jornalismo e o lugar da biografia no campo. Para tanto, realiza-se uma revisão do conceito de *ethos* e da formação dessa identidade do jornalismo, a partir da ordenação de um conjunto de princípios técnicos e deontológicos. Partindo da compreensão do *ethos* jornalístico, observa-se a constituição do jornalismo enquanto gênero discursivo e a estruturação dos gêneros jornalísticos, buscando, por fim, refletir sobre as características e especificidades que orientam a construção da biografia como gênero jornalístico. O terceiro capítulo é dedicado à elaboração metodológica, com uma revisão teórica sobre a crítica genética, em um primeiro momento, seus preceitos, aplicações, isto é, o seu desenvolvimento como ciência dos manuscritos e as possibilidades como metodologia para a análise de processos criativos. No capítulo seguinte, o quarto, encontra-se a aplicação da metodologia, com a estruturação do dossiê de gênese³, a especificação das peças e a determinação do dossiê genético a ser trabalhado (o corpus final da pesquisa), a constituição do protexto⁴, composto pela transcrição das cadernetas selecionadas, e a análise dos registros das cadernetas, dos manuscritos e do texto final, ou seja, o processo de criação de *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão* e as marcas de produção jornalística na biografia. Por fim, serão apresentadas as considerações finais sobre o trabalho de pesquisa.

O que se propõe nesta dissertação, portanto, é expandir os estudos sobre a biografia no jornalismo, observando a sua constituição como gênero jornalístico a partir da análise do processo de produção. Faz-se pertinente entender a biografia como um objeto fecundo para a reflexão sobre os limites da operação da oficina jornalística em um gênero híbrido, onde os campos da literatura, do jornalismo e da história estão justapostos e contribuem para a convergência de um paradigma narrativo singular ainda pouco explorado pela investigação científica. Este trabalho pretende também com isso contribuir para a ampliação da aplicação da crítica genética como metodologia de pesquisa no jornalismo.

3 Conjunto material de documentos e manuscritos ligados à gênese que está sendo estudada. Não é um dado, mas, ao contrário, o resultado de um trabalho preliminar: a extensão e a natureza do dossiê genético são relativas aos objetivos da pesquisa prevista (BIASI, 2010, p. 40).

4 O protexto é uma produção crítica: ele corresponde à transformação de um conjunto empírico de documentos em um dossiê de peças ordenadas e significativas (BIASI, 2010, p. 41).

1 Passeios biográficos

[...] a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas. (Paul Ricoeur)

1.1 História de vida: o voo sem limites

A compreensão do conceito de história de vida a partir do pressuposto inicial de que uma vida pode ser concebida como uma narrativa é a noção, prevalecente no senso comum, de que a existência de um indivíduo percorre uma trajetória, uma série de desdobramentos no tempo e no espaço. A concepção de biografia está imbuída dessa noção, pois concerne ao gênero o propósito original de desenvolver essa narrativa. Porém, como se sabe, uma vida não é algo que se possa encerrar em uma dimensão linear, com uma cronologia plena dos fatos que compõem uma existência. As tentativas para tanto, porém, são muitas: de um simples relato nos obituários de jornais até a construção de uma biografia onde, de fato, o narrar uma vida adquire complexidade, dimensiona-se fractal, em um ir e vir diacrônico da trajetória. A história de vida se faz e refaz no emaranhado de histórias alheias, nas idas e vindas do narrar memorial do biografado e daqueles que com ele conviveram ou convivem. Paul Ricoeur, ao indagar sobre a possibilidade da narrativa da vida como uma unidade, explica que “as histórias vividas de uns são emaranhadas nas histórias dos outros. Partes inteiras de minha vida fazem parte da história de vida dos outros, de meus pais, de meus amigos, de meus companheiros de trabalho e de lazer” (RICOEUR, 1991, p. 190).

Dessa forma, para iniciar este passeio biográfico, propõe-se aqui percorrer um caminho sinuoso, obscuro até, de reflexão sobre a noção de história de vida, partindo dessa definição do senso comum, de narração de uma trajetória, e seguir no desdobramento das suas implicações. Primeiramente, explora-se o conceito de história de vida através da perspectiva metodológica de Cáceres (1997) e Delgado e Gutiérrez (1995)⁵ - que abordam a aplicação, a significação e interpretação desse tipo de trabalho em uma perspectiva “comunicacional” e dialógica, refletindo sobre os desafios que se impõem ao pesquisador que se aventura pelas aporias de compreensão de uma existência.

Cáceres (1997) percebe a história de vida como um desafio, comparando-a a um “voo

5 As citações de Cáceres (1997) e Delgado e Gutiérrez (1995) são traduções minhas.

que não tem limites”, para o qual a abertura para a experiência não pode estar pautada apenas pela busca e aplicação de uma técnica para posterior interpretação e construção da narrativa, mas, principalmente, pela compreensão do valor da subjetividade inerente ao processo de investigação. A metáfora do “voo sem limites” configura o mundo de possibilidades e a amplitude que envolve o processo.

A história de vida é uma viagem com bilhete aberto, os pontos de chegada são muitos, alguns muito próximos e outros tão distantes como nunca se pensou chegar. Cada um ajusta as dimensões da viagem; acompanhado as opções são maiores, em grupo ainda mais. A história de vida tem um potencial de liberação das energias internas, essas que não se expõem jamais, qualquer pessoa que entre em contato com a força da interioridade saberá apreciar o que tem nas mãos (CÁCERES, 1997, p. 166).

O estudo da história de vida tem como *leitmotiv* a interação entre os sujeitos, a experiência dos e entre os indivíduos e o processo de comunicação que se constitui. Em sua proposta de operacionalização do trabalho com história de vida, Cáceres relaciona três objetos cognitivos que definem a perspectiva de relação como o objeto de pesquisa: a exploração, a descrição e a significação. Em síntese, a exploração supõe aproximação primária a qualquer objeto de conhecimento; a descrição requer uma representação mais próxima possível à composição e organização da vida; a significação é o momento em que o pesquisador ordena sua informação e lhe dá significado, é espaço de interpretação, onde configura o sentido de tudo que foi registrado e experimentado, sintetiza e supõe que existem muitas maneiras de entender. A história de vida no processo de investigação social tem na construção do relato o vértice final e mais peculiar. É quando o investigador, através da produção de uma narrativa, chega à esfera da significação, que é o momento que “se associa com os mundos possíveis e com a imaginação criativa” (CÁCERES, 1997, p. 163).

Cumpridas as fases de exploração e descrição, é na significação que a subjetividade se manifesta de forma mais presente no processo de pesquisa, com a configuração de um complexo jogo, em que “a percepção se expande, a compreensão salta a níveis superiores. O significado possível de algo se percebe como uma combinação de coordenadas que relativizam qualquer definição fixa ou estável” (CÁCERES, 1997, p. 166). Para o autor, é na construção do relato que a técnica revela seu potencial reflexivo e dialógico sobre a experiência que se estabelece entre o pesquisador e o pesquisado, um pacto entre ambos. Ao trabalhar com histórias de vida, o saber narrativo do investigador está a serviço da experiência e do saber de vida que se desenvolve ao longo do processo de investigação. O “como” contar

a trajetória de um indivíduo não é orientado por modelos prontos, pré-configurados em estruturas limitadoras, mas sim pelo fluxo singular dessa história de vida que, ao ser narrada, projeta-se como uma experiência suscetível a inúmeras interpretações.

Na análise sobre a construção do relato na história de vida, Delgado e Gutiérrez chamam atenção para a subjetividade como “o valor mais original, o fenômeno social que a história de vida permite que exista e circule por entre os sentidos de uma coletividade e uma época” (1995, p. 258). E explicam:

As histórias de vida estão formadas por relatos que se produzem com uma intenção: elaborar e transmitir uma memória, pessoal ou coletiva, que faz referência às formas de vida de uma comunidade em um período histórico concreto. E surge a necessidade de um investigador. [...] Precisamente porque estabelecem uma forma peculiar de intercâmbio que constitui todo processo de investigação. [...] As histórias de vida não existem antes desse processo, se produzem nele, ainda que as formas de contexto oral (a história oral) venham mostrando ou silenciando aspectos, sagas e relatos que logo se articulam nas histórias que reconhecemos (DELGADO e GUTIERREZ, 1995, p. 258).

Para os autores, o interesse pelas histórias de vida revela um sintoma biográfico, um fenômeno no qual o sujeito e sua trajetória estão no centro de discussões sociológicas, históricas e midiáticas. “É um sintoma que se dá tanto no universo das teorias da sociedade como nos processos da nossa cultura” (DELGADO e GUTIÉRREZ, 1995, p. 259). Entre as dimensões desse fenômeno está o desejo de compreensão das identidades contemporâneas, o contar e reconstruir a própria história que envolve a produção, articulação e circulação da memória individual e coletiva no tempo e no espaço. No contexto do sintoma biográfico sugerido pelos autores, o relato biográfico ou autobiográfico, a história de vida como um fim, pressupõe o entendimento de uma trajetória particular, fundamentalmente calcada na “comunicação de uma sabedoria prática, de um saber de vida e de experiência” (DELGADO e GUTIÉRREZ, 1995, p. 261). A história de vida e a valorização do seu fazer sustentam a representação do gênero biográfico enquanto exemplo de narrativa da contemporaneidade. A biografia carrega o interesse essencial pelo humano, pela ação humana como narrativa contemporânea, e manifesta, na sua simbologia própria, uma possibilidade de “textura” única dessa experiência.

Como bem define Cáceres (1997, p. 167), “o caminho da história de vida tem várias veredas que levam a ele”. Para o passeio que se propõe pelo universo biográfico impõe-se a exploração de questões que permeiam o conceito de história de vida: a individualidade e a universalidade no contexto social do sujeito narrado e a (des)construção da sua identidade no

tempo e no espaço, e a problematização dessas prerrogativas na construção do relato.

1.2 A ilusão da escrita da vida

Uma das críticas mais contundentes à biografia, a “Ilusão biográfica”, de Pierre Bourdieu (2006), trouxe à discussão as idiosincrasias do gênero na sociologia, onde a problemática do lugar e da relação do sujeito e sua trajetória inscrita no tempo e no espaço estão para além da questão retórica. A crítica de Bourdieu marca um período em que o empreendimento biográfico foi reavaliado e questionado no âmbito de um regime de historicidade que percebia a singularidade como algo representativo no contexto social. Esse momento da história e sua relação com o gênero biográfico será abordado em profundidade mais adiante, neste capítulo, quando se discorrer sobre o percurso biográfico da Antiguidade até os dias de hoje. Observar a fundo as nuances implícitas no conceito de história de vida investigadas por Bourdieu ajudará na condução desta viagem exploratória pelo universo biográfico.

O autor parte do senso comum de que a história de vida pressupõe que esta possa ser narrada como uma história e disseca as implicações que este pressuposto axioma traz na sua origem. Bourdieu desnuda a teoria questionando a aceitação do postulado de que uma existência possa ser vista como um todo, questionando o sentido do relato sobre si (autobiografia) e sobre o outro (biografia), da estruturação de uma lógica sobre a trajetória narrada e a conseqüente ideologização da trajetória de vida, assim como a cumplicidade do biógrafo na interpretação do relato. Para Bourdieu (2006), a quebra no paradigma do romance como um relato linear culminou com um questionamento da vida como existência dotada de sentido, no duplo sentido de significação e direção.

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (BOURDIEU, 2006, p. 185).

O caráter ilusório da biografia observado pelo sociólogo francês, na perspectiva de uma análise dos processos sociais (o indivíduo e a sua relação com o que o cerca, ele enquanto sujeito social), reside na dificuldade, ou melhor, na impossibilidade de se conceber o relato sobre uma trajetória apenas, “como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’”

(BOURDIEU, 2006, p.189). O autor entende que há uma tendência e, por que não dizer, a necessidade do biógrafo em buscar uma totalidade identitária, uma “unificação do eu” para fazer inteligível o relato. Desta forma seria possível adequar a narrativa da história de vida a uma normalidade, a uma constância no tempo, própria de um indivíduo instituído. Essa normatividade na construção do relato pressupõe uma oficialização biográfica, seja no processo de investigação da história de vida, seja na elaboração da narrativa.

E tudo leva a crer que as leis da biografia oficial tenderão a se impor muito além das situações oficiais, através dos pressupostos inconscientes da interrogação (como a preocupação com a cronologia e tudo o que é inerente à representação da vida como história) e também através da situação de investigação, que, segundo a distância objetiva entre o interrogador e o interrogado e segundo a capacidade do primeiro para “manipular” essa relação, poderá variar desde essa forma doce de interrogatório oficial que é, geralmente sem que o saiba o sociólogo, a investigação sociológica até a confidência – através, enfim, da representação mais ou menos consciente que o investigados fará da situação de investigação, em função de sua experiência direta ou mediata de situações equivalentes (entrevistas de escritor célebre ou de político, situação de exame etc.), e que orientará todo o seu esforço de apresentação de si, ou melhor, de produção de si (BOURDIEU, 2006, p. 189).

Essa produção de si desenvolvida sob a regência dessas leis biográficas leva à reflexão sobre outro ponto relevante tensionado pelo autor, que é a noção de trajetória como “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 2006, p. 189). O sociólogo ressalta que essa trajetória não pode ser entendida como um fim em si mesma, mas sim compreendida como integrada a um espaço social, interagindo com outros agentes envolvidos no mesmo espaço:

Não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 2006, p. 190).

A percepção do sujeito como devir, tensionada na análise crítica e social sobre a ilusão retórica sustentada pela tradição literária na narrativa de história de vida, conflui para o conflito que se encontra na origem da biografia – o desafio de escrever uma vida dimensionando no mesmo espaço de criação o factual histórico e o ficcional, um “misto

instável entre fabulação e experiência” (RICOEUR, 1991, p.191). A crítica com a problemática sociológica de Bourdieu expõe as fragilidades e vicissitudes da teoria da história de vida e da biografia como relato, assim como a reflexão de Cáceres (1997) e Delgado e Gutiérrez (1995) sobre a história de vida na tradição da pesquisa qualitativa, numa perspectiva metodológico-reflexiva, com a construção e aplicação da técnica pelo pesquisador. Estes passeios sobre a história de vida, do conceito primaz à sua constituição como teoria e técnica no universo da investigação científica, preparam a entrada na próxima vereda - a biografia como gênero.

Incompreendida, tida como gênero impuro, híbrido, dialético, repleto de aporias, a biografia atravessa os séculos, da Antiguidade aos dias de hoje, fascinante diante dos autores, sedutora para os leitores, transversal e interdisciplinar como objeto de estudo, testando os limites da pesquisa, da narrativa e do interesse humano por contar de si, sobre si, de (re) (des)construir a vida.

1.3 O percurso biográfico

A rebeldia intrínseca à biografia, com seu hibridismo conflituoso, controverso e contraditório, faz da conceituação e classificação do gênero uma tarefa complexa. Apesar de não ser esta a intenção deste trabalho, faz-se imprescindível para uma pesquisa que tem no gênero seu objeto de interesse deter-se a explorar a evolução da biografia. Adota-se a proposta de Dosse (2009) para contar as mutações e as interpretações do gênero através dos séculos, na perspectiva das idades heroica, modal e hermenêutica. A idade heroica contém a biografia dos modelos, da construção dos heróis, dos valores que permanecem por gerações; na idade modal a biografia transpõe a singularidade do biografado e a sua individualidade passa a ser compreendida na contextualização do coletivo - a ideia da superfície social, de Bourdieu, abordada anteriormente; e, por fim, a idade hermenêutica, quando a biografia é redescoberta pela história na plenitude das suas potencialidades interdisciplinares, como uma experiência de pesquisa e narrativa. O autor propõe uma evolução cronológica entre as idades, porém observa que os três tipos de abordagem “podem combinar-se e aparecer no curso de um mesmo período” (DOSSE, 2009, p. 13). Contudo, ao longo do tempo, observa-se nas transformações que atingiram o gênero uma questão primal: o paroxismo entre o ficcional e o factual na construção do gênero – e toda a gama de questionamentos ontológicos e epistemológicos que se encontram na exposição dessa fissura. Esse tensionamento dialético encontra-se na origem da biografia, concomitantemente à fundação do gênero histórico.

No século V a.C., na Grécia Antiga, a produção de biografias estava limitada à narração de uma representação social estrita, em que os personagens eram abordados pela sua função representativa no coletivo, com o simples retrato de personalidades da magistratura, da política e do exército, mas sem um desenvolvimento maior do gênero, uma vez que, por exemplo, não eram bem vistos elogios fúnebres, e os nomes de soldados mortos em batalhas não eram revelados, em favor de uma identidade coletiva. O gênero começa a se constituir como tal a partir século IV a.C., com relatos de Isócrates e Xenofonte, precursores que marcam seus escritos pela invocação da vida política de personalidades, porém já com a noção de narrar não apenas a vida, mas a maneira de viver, em retratos quase sempre idealizados. São biografias que se preocupam com a manutenção da memória, em preservar para a posteridade o passado dos homens. De acordo com Dosse, é neste período que a cisão entre o gênero histórico e o biográfico começa a se estabelecer, quando a discussão sobre a presença do real e da verdade se inscreve na tradição biográfica a partir da emergência da historiografia.

Aprofundando-se a separação, sobretudo a partir de Tucídides, entre o discurso do historiador nascente, que se quer discurso de verdade, e os mitos, lendas e outras epopeias, a biografia da época helenística alimenta uma ambição que se abebera tanto no real autenticado quanto na ficção. A biografia não corta o cordão umbilical que a liga ao imaginário, contrariamente ao gênero histórico. A liberdade criativa está aí toda inteira e o leitor não se preocupa em saber se as frases mencionadas foram ditas ou não. De resto, a inventividade dos biógrafos era amplamente solicitada e correspondia ao horizonte de expectativas dos leitores. Cumpria responder-lhes à curiosidade, e a lição de vida que se esperava do biógrafo devia ser exemplar, podendo até mesmo constranger a realidade se necessário (DOSSE, 2009, p. 125).

Porém, é no mundo romano que a biografia encontra sua excelência como gênero na Antiguidade, por meio das obras de Plutarco e Tácito, contemporâneos no século I d.C. Segundo Dosse (2009, p. 126), “foi pelo modelo dos seus trabalhos, sobretudo os de Plutarco, que o gênero biográfico se cristalizou em sua especificidade”. A grande obra de Plutarco teria sido *Vidas Paralelas*, em que retrata 50 personalidades aos pares, e revela biografias onde o caráter moralizante e exemplar marcam o tom o do relato. Na obra de Plutarco, questões sobre a constituição de um herói biográfico - “um ser não sujeito a regras, marcado pela desmedida (hýbris), e esse herói está, por definição, sujeito às tentações do descomedimento” (DOSSE, 2009, p. 128) - e a noção e o tratamento do tempo, construído de forma episódica, atrelado ao conceito moralizante sobre a vida narrada, revelam um biógrafo preocupado não tanto com o elogio ao indivíduo, ou mesmo com a sua singularidade, mas sim com as suas

virtudes, que são tratadas no contraponto com os vícios, no sentido de buscar uma dimensionalidade sobre o personagem. Esta complexificação no relato da vida narrada guarda o virtuosismo da obra de Plutarco e a sua manutenção na posteridade como paradigma nos estudos biográficos.

O que principalmente, assegurou a fortuna perene da obra de Plutarco foi seu senso do complexo, sua descrição dos detalhes que instilam humanidade a retratos individualizados ao longo da intriga – retratos que, por isso mesmo, não constituem ilustrações perfeitas de normas morais. Se *Vidas* acenam com um discurso de virtudes, estas são sempre captadas na ação e ligadas à humanidade de um herói preso a um complexo histórico singular (DOSSE, 2009, p. 132).

Ainda outros biógrafos marcaram a Antiguidade, como Suetônio (contemporâneo de Plutarco), que escreveu a vida dos Césares, e Diógenes Laércio, no século III d.C., que se dedicou à escrita da vida e obra de pensadores, como Aristóteles.

Na Idade Média tem-se a exacerbação da hagiografia, gênero que trata da vida dos santos, que privilegia “as encarnações humanas do sagrado e ambiciona torná-las exemplares para o resto da humanidade” (DOSSE, 2009, p. 137). Como se pode pressupor, a hagiografia não se aproxima em nada de um regime de historicidade, pois a noção de veracidade histórica não se viabiliza. Concebendo-a como gênero puramente literário, Certeau (1982) estabelece a seguinte distinção:

Enquanto a biografia visa colocar uma evolução e, portanto, as diferenças, a hagiografia postula que tudo é dado na origem com uma “vocação”, com uma “eleição” ou como nas vidas da Antiguidade, com um ethos inicial. A história é, então, a epifania progressiva deste dado, como se ela fosse também a história das relações entre o princípio gerador do texto e suas manifestações de superfície. [...] O santo é aquele que não perde nada do que recebeu. [...] O relato não é menos dramático, mas não há devir senão da manifestação (CERTEAU, 1982, p. 273).

A vida dos heróis hagiográficos é narrada no “discurso das virtudes” que se aproxima, segundo Certeau (1982), do “extraordinário e do maravilhoso”. A temporalidade na hagiografia é suplantada por um fenômeno de constância do indivíduo narrado, com a “predominância das particularizações do lugar sobre as particularizações do tempo” (CERTEAU, 1982, p. 276). Na sua evolução particular, a hagiografia, que teve os seus primeiros registros no século II d.C., também sofre algumas mutações na concepção dos relatos sobre a vida dos santos, principalmente na sua “mensagem”. Entre os séculos XII e

XIII, as hagiografias passam a retratar a vida do biografado com um caráter mais exemplar e um pouco mais humano, se é que se pode definir assim. O determinismo absoluto e totalizante sobre a vida do biografado, em que a individualidade não era levada em conta, dá lugar a uma percepção mais flexível sobre a singularidade do indivíduo. “A santidade se adquire pela superação da prova, do trágico [...] cuja coragem é um sinal tangível de beatitude” (DOSSE, 2009, p. 144).

A mitologia do herói perpassa todo o desenvolvimento da biografia, como um elemento definidor do seu postulado original – a escrita da vida pressupõe a existência de indivíduo - e também aglutinador das suas idiossincrasias como gênero – o sujeito em devir, a construção da relação autor-biografado, na perspectiva da identidade e da alteridade. Ao longo do percurso biográfico, os heróis vão se transmudando, adquirindo matizes, relevâncias oriundas principalmente do momento histórico em que suas biografias são revisitadas. Na era das hagiografias, os santos-heróis passam da divindade inerente, narrada como um fim em si mesmo e, portanto, imutável, para a glorificação a partir do exemplo pessoal de uma jornada. Campbell (1990) avalia esta última como uma das duas “proezas” que circundam a vida do herói.

[...] há dois tipos de proeza. Uma é a proeza física, em que o herói pratica um ato de coragem, durante uma batalha, ou salva uma vida. O outro tipo é a proeza espiritual, na qual o herói aprende a lidar com o nível superior da vida espiritual humana e retorna com uma mensagem (CAMPBELL, 1990, p. 131).

Este herói exemplar que experiencia um acontecimento definitivo que invoca um caráter iluminado sobre a sua vida vai influenciar o aparecimento de um novo paradigma biográfico entre os séculos XIII-XV - as biografias cavaleirescas. O modelo instaura uma noção mais proeminente de individualismo, seja na figura do herói, seja na presença mais evidente do autor na construção da narrativa. Localizadas mais no âmbito literário, do gênero épico, pautadas pela tradição oral, pela evocação da memória coletiva, as biografias cavaleirescas reforçam ainda mais a tensão entre o histórico e o factual, constituindo-se para alguns autores como romanceadas. Essas biografias “integram-se no seio da genealogia cuja narrativa é concomitantemente exemplificação e afirmação de autoconsciência de um grupo social. Nessas vidas heroicas de cavaleiros, o vínculo com a verdade é tão ambivalente quanto no discurso hagiográfico” (DOSSE, 2009, p. 152).

O movimento de revalorização do indivíduo se mantém no século XVI sob a sombra da Antiguidade que volta nortear a produção biográfica. A obra *As Vidas Paralelas*, de

Plutarco, dá a tônica dos escritos, quando os heróis são balizados pela valorização das suas trajetórias na coletividade e pelos detalhes sobre suas vidas privadas. “A escrita entre a exemplaridade moral e a anedota singular tornar-se-á o modelo constitutivo do gênero biográfico nos tempos modernos” (DOSSE, 2009, p. 155). As figuras heroicas retratadas nas biografias vão ganhando uma nova genealogia com o passar do tempo, afastando-se da divinização de suas personalidades, trocando o posto de semi-deus por natureza, ou de trajetória exemplar pelo posto de herói mais factível, surgido na urgência dos grandes acontecimentos que se desdobram com as revoluções. “Buscam-se, com efeito, no instante do acontecimento, as figuras que melhor cristalizem a identidade nova, e com tanto mais ardor quanto o fato passa por ruptura radical e aurora de novos tempos, tábula rasa do passado” (DOSSE, 2009, p. 161).

Já no século XVIII, século das luzes, quando a racionalidade interpela o imaginário do divino, a figura do herói se vê em uma crise mais concreta que alça ao interesse biográfico o personagem da narrativa, na figura do ‘grande homem’, termo cunhado por Voltaire. Essa noção invade o século XIX, tornando o elogio aos grandes homens um “gênero literário”, suplantando a oração fúnebre. Segundo Dosse (2009, p. 166), revela-se “um momento importante de laicização da memória”. É no século XIX que a biografia sofre uma ruptura no seu desenvolvimento, com uma estigmatização do gênero, com um distanciamento por parte dos historiadores, que deixam de praticá-lo.

A biografia sofre então um demorado eclipse porque, [...], o mergulho da história nas águas das ciências sociais, graças à escola dos Annales, tanto quanto o triunfo exclusivo das teses durkheimianas, contribuíram para a radicalização de seu desaparecimento em proveito das lógicas massificantes e quantificáveis. A biografia se torna o local de refúgio da historieta, do relato puramente anedótico sem outra ambição que encantar e distrair (DOSSE, 2009, p. 181).

No século XIX a crise biográfica se faz presente na mudança de regime de historicidade. Segundo Dosse, essa tensão já se apresentava em meados do século XVIII. Na linha evolutiva traçada pelo autor, a biografia chega à sua idade modal, e o seu fazer como possibilidade de escrita e pesquisa histórica é confrontado na ruptura epistemológica que conduz à perspectiva de que para o entendimento dos fenômenos é necessário buscar “esquemas explicativos que recorrem a lógicas puramente sociais” (DOSSE, 2009, p. 197), uma influência direta da visão da sociologia que, como explica, tem por base uma ontologia social.

O que essa sociologia tenta esclarecer é um certo número de leis inatingíveis e causalidades fortes para demonstrar a legitimidade e a eficácia dessa nova disciplina tida como ciência independente. A partir desses princípios, a variedade humana, individual, deixa de ter pertinência e torna-se mesmo aquilo de que as ciências sociais devem se precaver (DOSSE, 2009, p. 198).

Essa preocupação da sociologia com a não pertinência da individualidade evidenciaria a percepção de inadequação da biografia na historiografia, que está vinculada à ideia de que contar a história a partir da observação da vida de um indivíduo dentro de uma coletividade poderia ser “arbitrário”. Burke (1997), nos seus estudos sobre a Escola dos Annales, explicita os pontos de vista dos fundadores da sociologia sobre a história na época:

Os fundadores da nova disciplina, a sociologia, expressavam pontos de vista semelhantes. Augusto Comte ridiculizava o que chamava de “indignificantes detalhes estudados infantilmente pela curiosidade irracional de compiladores cegos de anedotas inúteis”, e defendia o que chamou, numa frase famosa “uma história sem nomes” [...]. Herbert Spencer queixava-se de que “as biografias dos monarcas (e nossas crianças aprendem pouco mais do que isso) pouco esclarece a respeito da ciência da sociedade” [...]. Da mesma maneira, Durkheim despreza os acontecimentos particulares, nada mais do que “manifestações superficiais”; a história aparente mais do que a história real de uma determinada nação [...] (BURKE, 1997, p. 20).

No revés da autonomia da história como ciência, numa ruptura com paradigmas acadêmicos anteriores, unvida pela noção de progresso, mirando um futuro, a biografia foi atacada como um dos ídolos da história, na acepção da fragilidade das narrativas sobre os grandes homens que não caberiam mais na nova história que se impunha, uma provocação do sociólogo durkheimiano François Simiand, em seu artigo escrito em 1903, para que os historiadores exorcizassem seus três ídolos: a biografia, a cronologia e a política.

[...] François Simiand foi mais longe nesse sentido, quando num famoso artigo, atacou o que chamou de “os ídolos da tribo dos historiadores”. Segundo ele, havia três ídolos que deveriam ser derrubados: “o ídolo político”, “a eterna preocupação com a história política, os fatos políticos, as guerras, etc., que conferem a esses eventos uma exagerada importância”; “o ídolo individual”, isto é, a ênfase excessiva nos chamados grandes homens, de forma que mesmo estudos sobre instituições eram apresentados como “Pontchartrain e o Parlamento de Paris”, ou coisas desse gênero; e, finalmente, o “ídolo cronológico”, ou seja, o “hábito de perder-se nos estudos das origens” [...] (BURKE, 1997, p. 21).

Os fundadores da Escola dos Annales tomam a provocação de Simiand como um paradigma para construção do novo discurso histórico (BURKE, 1997; DOSSE, 2009), que vai balizar os primeiros anos dessa nova fase da historiografia na França, e nessa nova

acepção a biografia é abatida e refutada na produção da revista que dá origem à escola, *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, lançada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929. Nas gerações seguintes da produção de *Annales*, “a opção pelos fenômenos de massa diminui o peso dos indivíduos na história” (DOSSE, 2009, p.199).

A crise biográfica que se estende por boa parte do século XX evidencia o que é uma das grandes aporias da biografia, a incapacidade de dar conta da complexidade do indivíduo e do mundo real, suas múltiplas camadas de “verdades” e “realidades” fractais posicionadas no espaço e no tempo e que não poderiam caber no relato de uma vida. Na perspectiva que conduziu as ciências sociais ao longo desse período, a biografia se tornou quase uma impossibilidade, com críticas contundentes sobre o conceito de história de vida e a sua constituição em relato biográfico, como a de Bourdieu (2006), que se abordou anteriormente. Na idade modal, o empreendimento biográfico é exposto em todas as “imperfeições”, trazendo à tona questões⁶ como sobre o proceder de pesquisa do autor, sua relação quase simbiótica e, por vezes, obsessiva com o indivíduo biografado, na reflexão sobre a alteridade e a autoria, o questionamento sobre a subjetividade da produção do documento, a relação dialética entre a ficção e o factual, a identidade narrativa. Essas arbitrariedades da biografia atravessaram as gerações da Escola dos *Annales*, sendo refutadas como problemas ontológicos na configuração da história de abordagem serial quantitativa, ou de bases sócio-econômicas. Porém, nos anos 1970, as críticas às metodologias de análise quantitativa da história se tornaram proeminentes, com questionamentos sobre a eficácia ou não do método, taxado como reducionista.

A abordagem quantitativa da história em geral, ou da história cultural em particular, pode ser criticada, obviamente, como reducionista. De maneira geral, o que pode ser medido não é o que importa. Os historiadores quantitativos podem contar as assinaturas nos registros de casamentos, os livros em bibliotecas particulares, os que comungam na Páscoa, as referências ao juízo divino, etc. O problema que permanece é o de saber se essas estatísticas são indicadores seguros de alfabetização, de religiosidade, ou de qualquer coisa que o historiador deveria investigar. Alguns historiadores levantaram dúvidas quanto à validade desses números, outros aceitaram-na. Alguns fizeram uso de outros tipos de evidência para tornarem as suas estatísticas significativas; outros não. Alguns assinalaram que se tratavam de pessoas reais, outros esqueceram o fato (BURKE, 1997, p. 93).

O autor descreve esse período como de reações “contra o domínio da história estrutural e social”, reações que levaram a aproximações ao que vê como a configuração de três correntes: “uma mudança antropológica, um retorno à política e um ressurgimento da

⁶ Essas questões serão abordadas mais adiante, neste capítulo, na reflexão sobre as aporias biográficas.

narrativa” (BURKE, 1997, p. 93). A “viragem antropológica” destacada por ele revelaria um interesse dos historiadores por conceitos da antropologia cultural e simbólica, novas orientações para suas práticas. Pierre Bourdieu, Michel de Certeau e Jacques Le Goff são alguns nomes que influenciaram a construção dessa perspectiva antropológica da história, onde se realiza, como exemplifica Burke ao se referir ao trabalho de Bourdieu, uma “substituição da ideia de 'regras sociais' (que considera muito rígida e determinista) por conceitos mais flexíveis, como 'estratégia' e 'habitus’” (BURKE, 1997, p. 94). Na esteira dessa abordagem antropológica, nomes como Pierre Nora e Maurice Halbwachs revelam sua preocupação com os usos do passado pelo presente. Em seus trabalhos, no âmbito da Escola dos Annales, Nora e Halbwachs promovem um retorno a outro “ídolo” da história, a política. De acordo com Burke, essa reação opera-se contra o mesmo determinismo que pautou a mudança antropológica e que, conseqüentemente, abriu caminho para o renascimento da narrativa, com a retomada de um interesse pela liberdade humana, e a reinserção da biografia histórica praticada de diferentes formas.

O exemplo das mudanças de perspectiva da Escola de Annales sobre o fazer biográfico na história é sintomático da evolução, do processo de desconstrução e reconstrução da biografia como gênero ao longo do século XX. Na idade modal definida por Dosse, a biografia surge e se desenvolve de forma complexa, como um ilustrativo de formas típicas de comportamentos de uma determinada época e de um espaço. A singularidade ganha valor como representante de uma coletividade. A longo do século XX a biografia passa por novas perspectivas de abordagem, com a ênfase da singularidade, não apenas na história, mas também na antropologia, na sociologia e até na psicanálise, quando o gênero passa por uma renovação por meio da observação do sujeito e dos seus processos de subjetivação (DOSSE, 2009). A idade hermenêutica, na periodização de Dosse, traz reflexividade, interesse pelo outro, noção da alteridade no processo de escrever uma vida.

Desta forma, para se chegar a essa terceira idade, propõe-se um desvio no caminho percorrido até aqui, para discutir a problemática dos usos e modelos de biografias, o que se faz a seguir a partir do trabalho de Levi (2006), autor que propõe algumas categorias que refletem, em parte, a evolução da escrita biográfica e a complexidade que esta encerra.

1.4 Enquadramentos biográficos

As aporias biográficas não impediram em momento nenhum que muitos se aventurassem pelo gênero. Ao contrário, a irredutibilidade das trajetórias individuais, a

impossibilidade de dimensioná-las em um relato total, a confiança nas fontes de pesquisa, dos relatos de vida, a complexidade da construção da narrativa, fascinam e instigam a produção de biografias em abordagens diversas, principalmente no século XX. Levi (2006) propõe uma tipologia dessas abordagens que “visa lançar luz sobre a complexidade irresoluta da perspectiva biográfica” (LEVI, 2006, p. 174).

O primeiro modelo proposto pelo autor é o da prosopografia e da biografia modal. Em ambos o interesse biográfico está em ilustrar “comportamentos ou as aparências ligadas às condições sociais estatisticamente mais frequentes” (LEVI, 2006, p. 174). A prática da prosopografia (característica da história social quantitativa que marcou, como foi visto na seção anterior, em parte a idade modal na biografia) utiliza a biografia com interesse no alcance mais amplo da trajetória do indivíduo, numa abordagem que busca dar espaço para os anônimos. “Os elementos biográficos que constam nas prosopografias só são considerados historicamente reveladores quando têm alcance geral” (LEVI, 2006, p. 174). Já a biografia modal, apesar de ter similaridades de alcance e proposta final com a prosopografia, não é de uma “pessoa singular e sim de um indivíduo que concentra todas as características de um grupo” (LEVI, 2006, p. 175).

Outro uso proposto por Levi é a biografia e contexto. Nesse caso, a biografia conserva a sua essência única, mas necessita de uma contextualização do meio, de onde, como e em que tempo viveu esse indivíduo, para que a singularidade da trajetória narrada se sustente. Para Levi, essa utilização da biografia está firmada sobre a hipótese de que “qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através dos seus desvios e singularidades, mas, ao contrário, mostrando cada desvio aparente em relação às normas ocorre um contexto histórico que o justifica” (LEVI, 2006, p. 176).

O terceiro modelo, segundo Levi, abriga como exemplo uma biografia do moleiro Menocchio, feita pelo historiador Carlo Ginzburg. Nesta, um caso extremo ilustra toda uma análise sobre a cultura popular da Europa medieval. A abordagem mostra o uso da biografia para esclarecer um contexto específico. “O contexto não é percebido em sua integridade e exaustividade estáticas, mas por meio de suas margens. Descrevendo os casos extremos, lança-se luz precisamente sobre as margens do campo social dentro do qual são possíveis esses casos” (LEVI, 2006, p. 176-177). O estudo de caso do moleiro Menocchio de Ginzburg preconizou o interesse da historiografia pela micro-história, que se direciona e passa a valorizar a singularidade no fazer biográfico no âmbito da história social, uma renovação proeminente de um dos traços que marcam a idade hermenêutica, classificada por Dosse (2009) como a terceira idade da biografia.

A biografia e hermenêutica é o quarto modelo identificado por Levi, e o que se vê é a reflexividade sobre o processo biográfico, a perspectiva de trabalhar o gênero na plenitude de sua problemática, em um movimento interpretativo e dialógico.

A antropologia interpretativa certamente salientou o ato dialógico, essa troca e essa alternância contínuas de perguntas e respostas no seio de uma comunidade de comunicação. Nessa perspectiva, o material biográfico torna-se intrinsecamente discursivo, mas não se consegue traduzir-lhe a natureza real, a totalidade de significados que pode assumir: somente pode ser interpretado, de um modo ou de outro. O que se torna significativo é o próprio ato interpretativo, isto é, o processo de transformação do texto, de atribuição de um significado a um ato biográfico que pode adquirir uma infinidade de significados (LEVI, 2006, p. 178).

A orientação resgata a mesma perspectiva da utilização da técnica de história de vida proposta por Cáceres (1995) com base na interação entre pesquisador e entrevistado. Longe de ser um caminho definitivo para a biografia, a abordagem abre espaço para reflexão mais ampla por parte dos historiadores sobre o processo biográfico, “levando-os a utilizar as formas narrativas de modo mais disciplinado e a buscar técnicas de comunicação mais sensíveis ao caráter aberto das escolhas e ações” (LEVI, 2006, p. 178).

Em sua tipologia sobre os usos da biografia, Levi (2006) expõe ainda mais a complexidade do gênero, suas representações, seus conflitos, suas indagações e os diferentes campos em que a biografia se inscreve. A relação do “contrato” implicitamente estabelecido entre autor-biografado-leitor na construção da narrativa, a articulação dos sujeitos textuais autor-narrador-biografado, a dialética entre o factual e o ficcional, a singularidade que orienta os relatos e documentos utilizados como fontes na investigação sobre a trajetória do indivíduo, são conflitos próprios do gênero e que o fazem complexo, seja na história, na literatura ou no jornalismo, pois cada campo reflete, pensa e trabalha a biografia no interior das suas representações e características internas. Ginzburg (2006), no prefácio à edição inglesa de *O queijo e os vermes*, seu estudo de caso sobre o moleiro Menocchio, ilustra os questionamentos no campo da história, ao explicar o seu propósito com essa biografia:

O queijo e os vermes pretende ser uma história, bem como um escrito histórico. Dirige-se, portanto, ao leitor comum e ao especialista. Provavelmente apenas o último lerá as notas, que pus de propósito no fim do livro, sem referências numéricas, para não atravancar a narrativa. Espero, porém, que ambos reconheçam nesse episódio um fragmento despercebido, todavia extraordinário, da realidade, em parte obliterado, e que coloca implicitamente uma série de indagações para nossa própria cultura e para nós (GINZBURG, 2006, p. 10).

Na observação dos tensionamentos, o modelo mostra-se ambivalente e paradoxal, sedimentado nos pólos do factual e ficcional, em uma aproximação entre o gênero biográfico e o romance. Dosse (2009) identifica a cristalização deste tipo de escrita no trabalho de Virgínia Woolf, que defendia, para a excelência do gênero, a necessidade de o autor saber dosar o ficcional e o factual, para tentar captar de uma forma mais ampla a existência biografada, não apenas na quase infinita apuração dos fatos em arquivos, documentos, diários, mas também fazer o exercício criativo de buscar expressar a interioridade do indivíduo. Para a autora “o romancista goza de liberdade; o biógrafo está manietado” (WOOLF, 1939, p. 198). A escritora inglesa defende, porém, que se “a verdade da ficção e a verdade dos fatos são incompatíveis [...] o biógrafo deve mais do que nunca tentar combiná-las” (WOOLF, 1976, p. 213).

No campo do jornalismo, as tensões também se apresentam sob a perspectiva dos conceitos e questionamentos internos do campo. O jornalista traz para a construção do projeto biográfico os referenciais epistemológicos do seu ofício. O “eu” jornalista dá lugar a um “eu” biógrafo, personalidade de identidade multifacetada que abriga o jornalista, o historiador e o escritor. Para o jornalista enquanto biógrafo, a biografia é um produto de consonância e dissonância entre o factual e o ficcional, e a subjetividade do relato e o como dizer esta narrativa se interpõem como imbricações conflitantes, como na historiografia. Dosse (2009) exemplifica esse tensionamento do jornalista-biógrafo com o caso de Jean Lacouture, jornalista francês que se sagrou “profissional da biografia” (LACOUTURE, 2003). O jornalista fez da escrita biográfica um ofício ao traçar a vida de personagens como o general De Gaulle e, por meio da sua produção, criou um modelo em que os limites entre história e jornalismo se sobrepõem. “Lacouture insistirá em mostrar a fecundidade de um procedimento de pesquisa que recolhe os testemunhos orais cruzando-os com as fontes escritas, mesclando a relação do jornalista com a instantaneidade e o esforço de objetivação do historiador” (DOSSE, 2009, p. 119).

No percurso explorado até aqui, viu-se um desdobrar da biografia ao longo do tempo, em diferentes regimes de historicidade que a abrigaram plenamente, que a deixaram à margem como um gênero menor e até, em alguns momentos, a refutaram como algo inviável. Mas o fato é que a biografia se mantém, apesar de todas as suas aporias. Tal qual o seu objeto, uma vida, a biografia não pode ser vista, pesquisada e trabalhada dentro de amarras deterministas, reducionistas e totalizantes. As virtudes e também as idiosincrasias biográficas estão nos níveis de conflito que se estabelecem na sua gênese, em que a vida narrada é o que seduz e atormenta os que se lançam ao “voo sem limites”.

No rastro desse voo, dá-se continuidade a esta pesquisa observando conflitos pontuais que sempre estiveram presentes na reflexão sobre a biografia e que aqui são abordados através de estudos que se tornaram paradigmáticos sobre o tema: a distinção entre autobiografia e biografia, de Lejeune (2008); os sujeitos da escrita na relação autor e personagem e pacto com o leitor (Foucault, 2001; Barthes, 1968; Booth, 1961; Eco, 1994; Bakhtin, 1992); a identidade narrativa e o paroxismo entre e história e ficção na composição da narrativa (Ricoeur, 1991 e 1997).

1.5 O pacto referencial e os sujeitos da escrita

Nos seus estudos sobre a autobiografia, em que procura estabelecer o conceito de pacto autobiográfico⁷, Lejeune (2008) discute os meandros da escrita de si a partir do estabelecimento de uma relação de identidade entre autor, narrador e personagem. As imbricações dessa relação são debatidas por ele na tentativa de explicar, embora num estudo exploratório, os desdobramentos dessas identidades e suas posições textuais na produção da narrativa. Dessa relação de identidades, o autor estabelece aproximações e distanciamentos entre autobiografia e biografia, quando observa a existência de um pacto referencial comum aos gêneros:

Em oposição a todas as formas de ficção, a biografia e autobiografia são textos referenciais: exatamente como o discurso científico ou histórico, eles se propõem a fornecer informações a respeito de uma “realidade” externa ao texto e a se submeter, portanto, a uma prova de verificação. Seu objetivo não é simples verossimilhança, mas a semelhança com o verdadeiro. Não o “efeito de real”, mas a imagem do real. Todos esses textos referenciais comportam então o que chamarei de pacto referencial, implícito ou explícito, no qual se incluem uma definição do campo do real visado e um enunciado das modalidades do grau de semelhança aos quais o texto aspira (LEJEUNE, 2008, p. 36).

No caso da autobiografia, esse pacto referencial se aproxima do pacto autobiográfico, com o reconhecimento de que a verdade estaria restrita ao “possível (a verdade tal qual me parece, levando-se em conta os inevitáveis esquecimentos, erros, deformações involuntárias

⁷ Ao definir o conceito de pacto autobiográfico Lejeune (2008) pressupõe a evidência de uma noção, pelo leitor, de que a identidade de quem fala é a mesma de quem escreve e a mesma que é narrada. Para Lejeune (2008, p. 26), “desde o momento em que englobamos ao texto, com nome do autor, passamos a dispor de um critério textual geral, a identidade do nome (autor-narrador-personagem). O pacto autobiográfico é a afirmação, no texto, dessa identidade, remetendo, em última instância, ao nome do autor, escrito na capa do livro. As formas de pacto autobiográfico são muito diversas, mas todas elas manifestam a intenção de honrar sua assinatura. O leitor pode levantar questões quanto à semelhança, mas nunca quanto à identidade”.

etc.)” (LEJEUNE, 2008, p. 37) e à demarcação do campo em que esta verdade se aplica, “a verdade sobre tal aspecto de minha vida, sem me comprometer sobre tal outro aspecto” (LEJEUNE, 2008, p. 37). Para o autor, o que distingue o pacto na autobiografia e na biografia é o valor de semelhança na narrativa. Para ambas as produções textuais o leitor espera que o que foi firmado seja cumprido; porém, ao contrário da biografia, a ordem estrita de semelhança na autobiografia não se faz como valor e nem por isso desfaz o valor de referência do texto.

Percebe-se a semelhança entre esse pacto e o que é firmado por qualquer historiador, geógrafo ou jornalista com seu leitor, mas é preciso ser muito ingênuo para não perceber, ao mesmo tempo, as diferenças. Não estamos falando das dificuldades práticas da prova de verificação no caso da autobiografia, já que o autobiógrafo nos conta justamente – e esse é o interesse de sua narrativa – o que só ele próprio pode dizer. O estudo biográfico permite facilmente reunir outras informações e determinar o grau de exatidão da narrativa. A diferença não é essa, mas consiste no fato, bem paradoxal, de que essa exatidão não tem importância capital. [...] O pacto referencial pode ser, segundo os critérios do leitor, mal cumprido, sem que o valor referencial do texto desapareça (ao contrário), o que não é o caso nas narrativas históricas ou jornalísticas (LEJEUNE, 2008, p. 37).

Com base nessa noção paradoxal do pacto referencial na biografia, o autor explica que a narrativa biográfica busca assemelhar-se ao modelo que ele entende como real. “O modelo, no caso da biografia, é, pois, a vida de um homem ‘tal como foi’” (LEJEUNE, 2008 p. 38). Na oposição entre autobiografia e biografia, conclui que a distinção reside na “hierarquização das relações de semelhança e de identidade; na biografia, é a semelhança que deve fundamentar a identidade, na autobiografia é a identidade que fundamenta a semelhança. A identidade é o ponto de partida real da autobiografia; a semelhança, o impossível horizonte da biografia” (LEJEUNE, 2008, p. 39).

Como se vê na reflexão de Lejeune (2008), a concepção de que biografia e autobiografia são textos referenciais e, portanto compartilham de um pacto referencial com o leitor que é medido de acordo com o grau de semelhança a que a narrativa aspira. Esta relação implica o posicionamento do autor na construção textual que, segundo Lejeune (2008, p. 38), no caso da biografia pressupõe a existência de um modelo a se assemelhar: a vida de um homem tal como ela foi.

Partindo dessa observação sobre os pactos estabelecidos entre autor e leitor na autobiografia e na biografia, passa-se para a reflexão de como autoria na produção narrativa permeia um tensionamento na posição do sujeito na formação do discurso. Como sustenta

Mainqueneau (2010, p. 25-26), “a noção de autor é indissociável da noção de texto: em um sentido pode-se considerar o texto como unidade à qual se costuma associar uma posição de autor, mesmo que esta última não tome a forma de um indivíduo único, em carne e osso, dotado de um estado civil”. A pergunta “o que é um autor?”, de Foucault (2001), não encontrou uma resposta definitiva. Do postulado de Barthes (1968), que fala na “morte do autor”, à proposta de um autor implícito (Booth, 1961) ou de um autor-modelo (Eco, 1994), a discussão busca definir a posição do autor e a sua relação com o personagem – o herói - e o leitor. A discussão em torno desse posicionamento e dessa relação entre sujeitos textuais ganha um contorno ainda mais difuso quando se trata da biografia. Como explica Bakhtin (1992), o princípio da alteridade define e rege o mundo biográfico.

Na biografia, não saímos fora dos limites do mundo dos outros, e a atividade criadora do autor não nos leva além desses limites: ela se situa inteiramente dentro da alteridade e é solidária com o herói em sua passividade ingênua. A criação do autor não se prende ao ato, mas à existência, o que a deixa na insegurança e na necessidade. O ato de biografia é, em certa medida, um ato unilateral: há duas consciências, sem haver duas posições de valores; há duas pessoas e, em vez de eu e o outro, há dois outros (BAKHTIN, 1992, p. 178).

Nas discussões sobre o papel do autor, alguns autores tentaram compreender de que forma essa figura se faz significativa para a tessitura do texto. Barthes (1968), por exemplo, discorre sobre o desaparecimento do autor a partir da ideia de que a escrita anula a voz que a escreve, com uma perda da identidade desse autor⁸. “A escritura é a destruição da voz, de toda a origem. A escritura é esse neutro-composto [...], o branco-e-preto onde vem se perder toda a identidade, a começar pelo corpo que escreve” (Barthes, 1968, p. 65). A supressão do autor, com a diminuição da sua importância como figura originária da escrita, leva ao nascimento do leitor, como uma figura articuladora da gênese textual, pois seria ele, o leitor, quem reúne as multiplicidades da tessitura da escrita.

[...] o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura; a unidade do texto não está na sua origem, mas no seu destino, mas esse destino não pode mais ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; ele é apenas esse *alguém* que mantém reunidos em um único campo todos os traços de que é constituído o escrito (BARTHES, 1968, p. 70).

8 Para Barthes (1968, p. 66), “o autor é uma personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade na medida em que, ao sair da Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma, ele descobriu o prestígio do indivíduo, ou como se diz nobremente, da ‘pessoa humana’”. Chartier (1999) explica que essa busca pela identidade do autor inicia ainda antes, na Idade Média, com a perseguição religiosa e política, com o intuito de responsabilizar os autores heréticos por suas publicações.

Para Barthes, autor e leitor estão equiparados na configuração do texto, são seus produtores e, portanto, escritores. “[...] Sabemos que, para devolver à escritura o seu futuro, é preciso inverter o mito: o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do autor” (BARTHES, 1968, p. 70).

Essa articulação entre a escritura e a leitura está presente na noção de autor implícito desenvolvida por Booth (1961), que encontra consonância na teoria do autor-modelo, de Eco (1994). No livro *a Retórica da Ficção*, Booth desenvolve o argumento de que, ao escrever, o autor empírico nunca perde de vista o seu leitor, isto é, o leitor faz parte da construção da escrita, ele toma corpo junto da obra como um autor implícito. “Enquanto escreve, o autor não cria, simplesmente, um homem em geral, impessoal, ideal, mas sim uma versão implícita de si próprio, que é diferente dos autores implícitos que encontramos nas obras de outros homens” (Booth, 1961, p. 88). A imagem desse autor implícito também é construída pelo leitor: “Por impessoal que ele tente ser, o leitor construirá, inevitavelmente, uma imagem do escriba que escreve dessa maneira” (Booth, 1961 p. 89). O pesquisador entende a problemática em torno desse conceito, pois há a noção de um autor fractal em sua obra, assumindo diferentes versões de acordo com as necessidades da sua produção. Booth (1961) enfatiza, porém, a diferença entre narrador e autor implícito: o narrador seria um dispositivo, um recurso do autor implícito na construção da narrativa. Para ele, quem definiria as regras do jogo é o autor implícito, e o narrador seria o jogador. “Até o romance que não tem um narrador dramatizado cria a imagem implícita de um autor nos bastidores” (Booth, 1961, p. 167). Sustenta, todavia, que o estabelecimento da relação do leitor com a obra é imprescindível na construção narrativa, e é determinada pelo autor implícito, conscientemente ou não. Em contrapartida, o leitor idealizaria essa figura ideal (autor implícito) do autor empírico (real). O autor implícito seria, portanto, “a soma das opções desse homem” (Booth, 1961, p. 92), que ganha forma e significado no decorrer da leitura do texto. Essa cumplicidade que se estabelece no jogo entre o autor implícito e leitor é construída na forma de um pacto de expectativas entre ambos. A partilha desse “sistema de expectativas”, segundo Eco (1991), é uma prerrogativa para a aceitação da narrativa pelo leitor. É um pacto de construção e identificação de significados, viabilizado pela narratividade, o como contar, onde se estabelecem as regras do jogo pelo autor-modelo.

Sim claro, no final pode-se reconhecer o autor-modelo também como um estilo [...] Contudo, o termo “estilo” diz muito e pouco. Leva-nos a pensar que o autor-modelo (para citar Stephen Dedalus), isolado em sua perfeição, “como Deus da criação, permanece dentro ou atrás ou além ou acima de sua obra, invisível, refinado, fora de existência aparando, as unhas”. Por outro

lado, o autor-modelo é uma voz que nos fala afetosamente (ou imperiosamente, ou dissimuladamente), que nos quer a seu lado. Essa voz se manifesta como uma estratégia narrativa, um conjunto de instruções que nos são dadas passo a passo e que devemos seguir quando decidimos agir como leitor-modelo (ECO, 1994, p. 21).

Para este autor, o leitor-modelo é “um conjunto de instruções textuais, apresentadas pela manifestação linear do texto precisamente como um conjunto de frases ou de outros sinais” (ECO, 1994, p. 22). Ou seja, a concepção de Barthes do leitor como a reunião de todas as multiplicidades do texto. “O autor-modelo e o leitor-modelo são entidades que se tornam claras uma para a outra somente no momento da leitura, de modo que uma cria a outra. Acho que isso é verdadeiro não apenas em relação aos textos narrativos como em qualquer tipo de texto” (ECO, 1994, p. 30). O pacto discutido por Booth (1961) e por Eco (1994) se alinha ao pacto referencial proposto por Lejeune (2008) na autobiografia e na biografia. Em ambos, leitor e autor estabelecem um contrato tácito que, no caso biográfico, pressupõe um entendimento prévio por parte do leitor das limitações inerentes ao desafio de escrever uma vida.

Na discussão sobre o que é um autor, Bakhtin (1992) distingue autor-criador e autor-pessoa na produção da narrativa. E se aproxima de Foucault sobre o posicionamento do autor do discurso e a sua constituição como sujeito que fala. Bakhtin defende o autor como parte do todo da obra, partindo do princípio exotópico, “o fato de uma consciência estar fora de outra, de uma consciência ver a outra como um todo acabado, o que ela não pode fazer consigo mesma” (TEZZA, 2001, p. 282.). Nesse sentido, entende o autor como uma consciência abrangente, onisciente, que tem o domínio de todo o processo estético da criação, da obra, e o todo do personagem.

“O autor é depositário da tensão exercida pela unidade de um todo acabado, o todo do herói e o todo da obra, um todo transcendente a cada um dos seus constituintes considerados isoladamente. [...] A consciência do autor é consciência de uma consciência, ou seja, é uma consciência que engloba e acaba a consciência do herói e do seu mundo, que engloba e acaba a consciência do herói por intermédio do que, por princípio, é transcendente a essa consciência e que, imanente, a falsearia” (BAKHTIN, 1992, p. 32).

Contudo, o princípio da exotopia que fundamenta o autor-criador bakhtiniano pressupõe uma referencia do autor (sujeito) a si próprio e ao outro, o excedente de sua visão e de seu conhecimento a respeito do outro. Esse excedente “é condicionado pelo lugar que sou o único a ocupar no mundo: neste lugar, neste instante preciso, num conjunto de dadas circunstâncias – todos os outros se situam fora de mim” (BAKHTIN, 1992, p. 43). Para o

autor, o acontecimento estético, a obra, “para realizar-se necessita de dois participantes, pressupõe duas consciências que não coincidem” (BAKHTIN, 1992, p. 42). Na evolução do pensamento bakhtiniano, o princípio da alteridade do autor-criador acontece no seu auto-reconhecimento pelo reconhecimento do outro, num processo dialógico, de interação. É pelo reconhecimento do outro que o sujeito se constitui. Na biografia, o reconhecer-se no outro não prediz a coincidência evidente dos valores do herói e do autor, mas uma quase-coincidência, pela noção intrínseca de preservação do autor e da posição que ocupa, de “portador da unidade da forma”, enquanto o herói é o “portador da unidade da vida” (BAKHTIN, 1992, p. 178). O biógrafo, por mais envolvido no empreendimento biográfico, entende que ambos, autor e herói, são outros que vivem e se constituem em “um mundo dos outros que serve de norma” (BAKHTIN, 1992, p. 178). E o leitor é um desses outros no compartilhamento da alteridade.

O desígnio biográfico conta a intimidade de um leitor que participe do mesmo mundo da alteridade; esse leitor ocupa a posição do autor. O leitor crítico percebe a biografia como material quase bruto suscetível de receber a forma e o acabamento artístico. Tal concepção compensa a lacunosidade das posições do autor e pode levar à exotopia completa, introduzindo na obra elementos que lhes são transcendentais e lhe asseguram acabamento (BAKHTIN, 1992, p. 180).

A reflexão de Bakhtin sobre a relação autor e herói na consecução da biografia e, por fim, o “pacto” que estabelece com o leitor, no mesmo nível de alteridade, expõe o dilema original do empreendimento biográfico para o biógrafo: como representar esse sujeito intangível narrando todas as transformações, suas nuances ao longo do tempo. O sujeito como um devir, um vir a ser incessante no tempo e no espaço que ocupa na vida, não se inscreve em um modelo único, definitivo e, portanto, não se esgota. É a partir dessa perspectiva que se busca em Ricoeur (1991), no seu conceito de “si”, um possível viés para compreensão desse dilema. Para chegar lá, vamos percorrer os caminhos da memória na construção da narrativa biográfica e da identidade narrativa.

1.6 Memória, narratividade e identidade

Os caminhos que engendram o universo da memória ainda estão por ser desvendados. O que lembramos e o que esquecemos, e como construímos essas escolhas, são alguns dos elementos que fundamentam as pesquisas sobre a memória. A percepção que um indivíduo

tem de si mesmo e do que o cerca, ou seja, a nossa consciência, está na base da construção da memória em relação à forma como sentimos e nos emocionamos com os estímulos adquiridos pela experiência de vida. O sentimento pode ser compreendido como “uma percepção de um certo estado do corpo, acompanhado pela percepção de pensamentos com certos temas e pela percepção de um certo modo de pensar” (Damasio, 2004, p. 94).

O trabalho com histórias de vida depara-se diretamente com esse labirinto que é a memória de um indivíduo. Quando este conta a sua história, tende a construí-la de forma ordenada, linear, em ordem cronológica, de forma a dar sentido ao seu relato. No ato de narrar a trajetória, contamos a nossa história de acordo com o que nós lembramos no momento que lembramos e contamos. As estruturas desse relato estão estabelecidas em momentos que para o indivíduo, em sua trajetória, parecem determinantes para sua identidade, a percepção da sua autobiografia. E os sentimentos e as emoções perpassam essa leitura da memória. O fenômeno da memória, porém, deve ser entendido também como um fenômeno coletivo, social. Pollack, ao citar Maurice Halbwachs e os seus estudos sobre a memória social em uma perspectiva historiográfica, define a memória também como “um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (Pollack, 1992, p. 201).

A memória individual ou coletiva é constituída de pessoas, lugares e acontecimentos que ganham significado a partir da forma como foram vividos, percebidos na trajetória do indivíduo ou de determinado grupo social. Esses elementos podem estar ligados diretamente a uma experiência pessoal ou a uma percepção por “tabela”, como observa Pollack (1992, p. 201). Isto é, o indivíduo muitas vezes não participou, não viveu ou conheceu tal elemento, mas o tem projetado dentro de um imaginário⁹ e apoiado em uma relação de espaço e tempo que se tornou irreduzível no relevo da memória. São fenômenos de projeção e transferência inerentes ao processo de articulação da memória. Ao tentar compreender essa fenomenologia da memória, Pollack diz que a memória é “seletiva”, é “um fenômeno construído” e também “um elemento constituinte do sentimento de identidade” (Pollack, 1992, p. 204). Essas características alertam para a subjetividade presente no trabalho com a memória e, conseqüentemente, com a história de vida. Trabalha-se na mesma medida com uma construção narrativa baseada no “trabalho da própria memória em si”, onde é realizada uma

9 Compreende-se aqui a noção de imaginário na perspectiva de uma narrativa própria do indivíduo, da sua percepção, identificação e sentimentos sobre o que o rodeia. Para melhor definir esse entendimento utiliza-se aqui a definição de Silva (2003, p. 11-12) que observa o imaginário como um “reservatório, agrega imagens, sentimentos lembranças, experiências, visões do real que realizam o imaginado, leituras da vida e, através de um mecanismo individual/grupal, sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e de aspirar ao estar no mundo. O imaginário é uma distorção involuntária do vivido que se cristaliza como marca individual ou grupal. [...] o imaginário emana do real, estrutura-se como ideal e retorna ao real como elemento propulsor”.

manutenção de continuidade, unidade e ordenação da memória e das lembranças, e também, com os silêncios, os esquecimentos e as projeções por “tabela” pertinentes a esse jogo da memória.

O empreendimento em um projeto biográfico, portanto, pressupõe, primeiramente, a compreensão das regras do jogo da memória que se configuram a partir das intenções de cada jogador. O que se pretende ao narrar uma história de vida? A trajetória da biografia revela uma evolução e uma transformação do gênero permeada pela intersecção de diferentes perspectivas dos campos de estudo em que se manifesta. Sob uma perspectiva histórica, o gênero passa por um momento de revalorização, por assim dizer. Na visão reducionista, e também totalizadora, o ato de escrever a história de vida de uma pessoa era visto como uma impossibilidade devido à fragilidade e subjetividade de suas fontes. Além disso, a reação contra o hibridismo do gênero, que se configura na fronteira entre a literatura e a história, relegou a biografia a um espaço quase marginal na história em grande parte do século XX, quando a sua especificidade enquanto metodologia não tinha reconhecimento. A partir dos anos 1980, a produção biográfica voltou a ganhar espaço na historiografia tanto como instrumental para a compreensão e análise da história, entendida como “lugar de memória”¹⁰, expressão e conceito propostos por Pierre Nora, como também como objeto de estudo em que os questionamentos concentram-se principalmente na sua ambiguidade, “já que tanto podia se constituir em um instrumento da pesquisa histórica, como ser um meio de fugir dela” (MOTTA, 2000, p. 9).

A biografia enquanto relato de uma história de vida traz na sua essência como gênero, seja na história, na literatura ou no jornalismo, esta mesma carga de subjetividade, em que o narrar pressupõe a relação de memória e narratividade. É por meio da memória que a existência individual se constitui como relato e, portanto, como narrativa e como história. Nesse sentido, entende-se a memória como um fenômeno de construção individual e coletivo, que implica, conseqüentemente, a constituição de um valor de identidade. Ricouer (1991, p. 138) propôs, em *Tempo e Narrativa* - onde o autor desenvolve um profundo trabalho sobre a refiguração do tempo pela narrativa e, no terceiro livro, reflete essa questão pelo

10 Os lugares de memória são antes de tudo restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são marcos, testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade (Nora, 1993 p. 12-13).

entrecruzamento da história e da ficção - que a noção de identidade narrativa “seja de uma pessoa, seja de uma comunidade” seria o lugar ideal para o entrelaçamento das duas classes narrativas. O autor discute essa relação memória e narratividade na problemática das histórias de vida que ganham sentido, se tornam legíveis no momento em que são postas em narrativa e, desta forma, tornam-se mediadoras entre a identidade e a sua interpretação.

A compreensão de si é uma interpretação; a interpretação de si, por sua vez, encontra na narrativa, entre outros signos e símbolos, uma mediação privilegiada; esse último empréstimo à história tanto quanto à ficção fazendo da história de uma vida uma história fictícia ou, se preferirmos, uma ficção histórica, entrecruzando o estilo historiográfico das biografias com o estilo romanesco das autobiografias imaginárias. Faltava a essa apreensão intuitiva do problema da identidade narrativa uma clara compreensão do que está em jogo na própria questão da identidade aplicada às pessoas ou às comunidades (RICOEUR, 1991, p. 138).

Na busca pelo que está em jogo na constituição da identidade narrativa, Ricoeur (1991), na obra *O si-mesmo como um outro*, parte do conceito “si”¹¹ - o sujeito que resulta na ação reflexiva do eu sobre o outro, numa relação recíproca - e problematiza a dialética entre mesmidade e ipseidade¹², a identidade do mesmo e a identidade do si, respectivamente, na identidade pessoal. De acordo com Ricoeur (1991, p. 140), esses dois conceitos de identidade estabelecem-se dialeticamente, numa situação de recobrimento e afastamento, pela questão da “permanência no tempo” - na polaridade dos termos caráter e a palavra considerada -, no sentido de uma “continuidade ininterrupta entre o primeiro e o último estágio do desenvolvimento do que nós consideramos o mesmo indivíduo” (RICOEUR, 1991, p. 141-142). A mesmidade está na instância do caráter do sujeito.

Entendo aqui por caráter o conjunto das marcas distintivas que permitem reidentificar um indivíduo humano como o mesmo. Pelos traços descritivos que iremos arrolar, ele acumula a identidade numérica e qualitativa, a continuidade ininterrupta e a permanência no tempo. É por esse meio que ele designa de modo emblemático a mesmidade da pessoa (RICOEUR, 1991, p. 144).

11 O “si” de Ricoeur entende o pronome por designar uma pessoa ou as pessoas de quem se fala ou escreve. O si traz a perspectiva de reflexividade, onde ele já não é o eu, ou o tu ou o ele, mas sim todos os outros na composição da narrativa. Ele se reflete na dialética interna da ipseidade e alteridade, na implicação da manutenção de si para o outro e pelo outro, a ideia do si-mesmo enquanto outro. “O ser-si se define, pois, ao termo do percurso, como um compromisso ontológico da atestação, sempre em posição e terra prometida, de horizonte de expectativa” (DOSSE, 2009, p. 343).

12 O problema da identidade pessoal constitui, ao meu ver, o lugar privilegiado da confrontação entre os dois usos maiores do conceito de identidade, que muitas vezes evoquei sem nunca tematizá-los verdadeiramente. Evoco os termos da confrontação: de um lado, a identidade como mesmidade (latim: idem; inglês: sameness; alemão: Gleichheit), do outro, a identidade como ipseidade (latim: ipse; inglês: selfhood; alemão: Selbstheit) (RICOEUR, 1991, p. 140).

Contudo, numa segunda observação da conceitualização sobre o caráter, Ricoeur mostra que além de referenciar a mesmidade, este tende também a sustentar a ipseidade, quando observado como um conjunto de hábitos, e o hábito também implica a noção de permanência no tempo, como uma disposição durável que vem a se tornar uma característica do sujeito. Desta forma, o caráter é “o que designa o conjunto das disposições duráveis com que reconhecemos uma pessoa” (RICOEUR, 1991, p. 146).

Na perspectiva da permanência do tempo, o conceito de ipseidade está inscrito na manutenção do si pela palavra considerada, “a palavra mantida na fidelidade à palavra dada” (RICOEUR, 1991, p. 148), isto é, está relacionado à temporalidade, à busca pela manutenção desta identidade do sujeito, apesar das mudanças ao longo da vida, o sujeito como devir. A identidade do si se constrói na inferência do tempo, na alteridade, salvaguardando a promessa de fidelização à palavra dada, mas sem se furtar à possibilidade da mudança. É o que Ricoeur denomina de o si-mesmo, como um outro. No entremeio dessa relação, ao mesmo tempo polarizada, e de consonância e dissonância entre a mesmidade e a ipseidade é que a identidade narrativa é entendida por Ricoeur como mediadora “entre o pólo do caráter, em que idem e ipse tendem a coincidir, e o pólo da manutenção de si, em que a ipseidade liberta-se da mesmidade” (RICOEUR, 1991, p. 143).

Essa nova maneira de opor a mesmidade do caráter à manutenção de si mesmo na promessa abre um intervalo de sentido que é preciso preencher. Esse intervalo é aberto pela polaridade, em termos temporais, entre dois modelos de permanência no tempo, a perseveração do caráter e a manutenção de si na promessa, É, portanto, na ordem da temporalidade que a mediação está à procura. Ora, é esse “meio” que, na minha opinião, vem ocupar a noção de identidade narrativa. Tendo-a assim situado nesse intervalo, não ficaremos surpresos em ver a identidade narrativa oscilar entre dois limites, um limite inferior, em que a permanência no tempo exprime a confusão do idem e do ipse, e um limite superior, em que o ipse coloca a questão da identidade sem a ajuda nem o apoio do idem (RICOEUR, 1991, p. 150).

No jogo de construção dessa identidade narrativa mediadora, Ricoeur retoma a ideia original de que a narrativa constitui o tempo humano recontado, isto é, o tempo vivido pelo indivíduo na sua memória que, ao tomar forma na narrativa, passa a ser o presente do passado. Esta dialética entre o presente e o passado constitui o tempo da narrativa. O autor constrói a representação criadora da narrativa sobre, a mimese, na perspectiva da prefiguração (o tempo de ação e vivido), da configuração (o tempo de invenção da intriga) e da refiguração (o tempo da leitura)¹³. “A narrativa constrói a identidade do personagem, que podemos chamar sua

13 Eu situo toda a minha análise sob as três rubricas sucessivas que percorri em *Temps et Récit*, o que eu havia

identidade narrativa, construindo a da história relatada. É a identidade da história que faz a identidade do personagem” (RICOEUR, 1991, p. 176). Ao inserir essa dialética interna da identidade narrativa com mediadora na polarização entre mesmidade e ipseidade, o autor explica a representatividade na constituição do relato biográfico.

[...] a identidade narrativa mantém-se entre as duas; tornando narrável o caráter, a narrativa restitui-lhe o movimento abolido nas disposições adquiridas, nas identificações-com sedimentadas. Tornando narrável a perspectiva da verdadeira vida, ele lhe dá traços reconhecíveis de personagens amados e respeitados. A identidade narrativa mantém juntas as duas pontas da cadeia: a permanência no tempo do caráter e da manutenção de si (RICOEUR, 1991, p. 196).

A mediação da identidade narrativa proposta por Ricoeur apresenta-se como uma possibilidade de compreender a biografia para além da sua gênese utópica de narrar uma vida ou da busca por um modelo que encerre a sua prática. A teoria mostra a pertinência em se compreender a complexidade do gênero, aceitando as aporias que o compõe, e pensando a sua existência como a tessitura de uma experiência, suscetível às inferências do tempo, onde o sujeito como devir se faz e refaz no horizonte da alteridade. A emergência do si para o empreendimento biográfico permite uma reinterpretação da biografia como gênero, pelo qual o horizonte de ambições do biógrafo, seja ele um historiador, um jornalista ou um escritor, se torna muito mais amplo, mas não menos complexo, pois aceitar e compreender as dimensionalidades do si se tornam novos desafios da construção narrativa. Manter o pacto à luz dessa perspectiva é uma outra aporia biográfica, mais uma no caminho do biógrafo. Mas ele sabe “que o enigma biográfico sobrevive à escrita biográfica” (DOSSE, 2009, p. 410), como sobrevive ao tempo e aos homens. Dessa forma, segue-se a aventura pela seara do jornalismo, refletindo sobre como o campo abriga o gênero e suas aporias na confrontação com os seus próprios princípios técnicos e deontológicos.

posto sob o título muito antigo de mimésis – portanto, de re-criação, da representação criadora – partindo de um estágio que nomeio de “prefiguração”, aquele em que a narrativa está engajada na vida cotidiana, na conversa, ainda sem se separar dela para produzir formas literárias. Passarei em seguida a estágio de um tempo realmente construído, de um tempo narrado, que será o segundo momento lógico: “configuração”. E terminarei por aquilo que chamei, na situação de leitura e de releitura, a “refiguração” (Ricoeur, 1998, p. 2).

2 Passeios jornalísticos

*No campo da biografia não podemos, é claro saber “tudo” a respeito de uma pessoa nem dizer “tudo”. Uma vida nos agarra e nos escorre por todos os poros, por todas as veias.
(Jean Lacouture)*

Depois de percorrer o universo biográfico, sua evolução como gênero na história e na literatura e expor algumas das suas principais aporias, seguem-se os estudos sobre a biografia e sua configuração no campo do jornalismo. Para tanto, inicia-se com uma reflexão sobre a constituição do *ethos* jornalístico a partir da concepção do jornalismo como forma de conhecimento, como instituição, como atividade e como gênero. Pretende-se com isso compreender a biografia como um produto jornalístico, o que implica, primeiramente, fazer uma revisão do conceito de *ethos* e da formação de identidade a partir da ordenação de um conjunto de princípios técnicos e deontológicos.

A partir dessa compreensão, analisa-se o jornalismo como campo de conhecimento e questões relativas ao que se compreende como um contrato de comunicação. Ao avaliá-lo como gênero discursivo, assim como a estruturação dos gêneros, faz-se uma revisão dos estudos sobre este tema no Brasil e em outras escolas, como a espanhola, para, desta forma, explicar como esta pesquisa concebe e classifica a biografia. Por fim, analisam-se as características e especificidades da modalidade biografia no texto jornalístico.

O percurso aqui proposto tem como objetivo refletir sobre as aporias jornalísticas e biográficas, analisando-se como o jornalismo brasileiro vem trabalhando o gênero.

2.1. O *ethos* jornalístico

O termo *ethos* está relacionado ao conceito de retórica e pode ser definido como a “imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre o seu alocutário” (AMOSSY, 2008, p. 220)¹⁴. Essa é uma definição de perspectiva linguística. Maingueneau (1984, 1999, 2002), porém, amplia sua compreensão ao observar que esse enunciador “deve legitimar seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca a sua relação a um saber. No entanto, ele não se manifesta somente como um papel e

¹⁴ In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique, **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

um estatuto, ele se deixa apreender também como uma voz e um corpo” (AMOSSY, 2008, p. 220). Maingueneau problematiza o desenvolvimento do *ethos* articulando a retórica como um valor de formação e a credibilidade do que é enunciado no discurso e no corpo. “A instância subjetiva que emerge da enunciação implica uma ‘voz’, associada a um ‘corpo enunciante’ especificado sócio-historicamente: uma maneira de circular, uma disciplina tácita do corpo que o destinatário constrói apoiando-se num conjunto difuso de estereótipos [...]” (MAINGUENEAU, 2010, p. 80).

Nesse processo de interação preexistente na sua composição, pode-se distinguir a existência de um *ethos* discursivo e um pré-discursivo – distinção que contribui para a compreensão da gênese do contrato de comunicação no jornalismo enquanto gênero discursivo. O *ethos* pré-discursivo estaria vinculado à noção da imagem, ou representação anterior do locutor, de quem enuncia, e “está frequentemente no fundamento da imagem que ele constrói em seu discurso: com efeito ele tenta consolidá-la, retificá-la, retrabalhá-la ou atenuá-la” (AMOSSY, 2008, p. 221). Já o *ethos* discursivo se estabeleceria na “imagem prévia que o auditório pode ter do orador ou, pelo menos com a ideia que este faz do modo como seus alocutários o percebem” (AMOSSY, 2008, p. 221).

A problematização de Maingueneau permite compreender e explorar a formação do *ethos* jornalístico. O que constitui essa identidade do fazer jornalístico, quais suas implicações, condutas, normas, enfim, quais os princípios deontológicos e técnicos que estruturam o jornalismo como forma de conhecimento, como atividade prática, como instituição e como gênero discursivo? Ou seja, “como se deve ser (jornalista) / estar (no jornalismo) (TRAQUINA, 2004, p. 126).

O construto do campo foi sendo organizado historicamente por valores e princípios que legitimaram socialmente a sua produção, e como “corpo” conseguiu pela “voz” estruturar-se como instituição detentora de um saber específico. Traquina (2004) explica:

Apesar da sua incapacidade histórica de delimitar o seu “território” de uma forma minimamente rigorosa, poucas profissões tiveram tanto êxito como o jornalismo na elaboração de uma vasta cultura rica em valores, símbolos e cultos que ganharam dimensão mitológica dentro e fora da “tribo” e de uma panóplia de ideologias justificativas em que é claramente esboçada uma identidade profissional, isto é, um *ethos* [...] (TRAQUINA, 2004, p. 126).

Traquina analisa a construção desse caráter moral com a finalidade de compreender como os jornalistas (“comunidade interpretativa”) concebem o seu ofício – a noção que tem de si e como refletem essa noção na construção da sua relação com o público. “Num processo

circular entre os membros da ‘comunidade interpretativa’ e a sociedade democrática, o jornalismo foi definido como o preenchimento de certas funções na sociedade [...] (TRAQUINA, 2004, p. 128). Essas funções e papéis são identificados pelo autor a partir de opiniões de jornalistas sobre o ofício. Ele destaca noções como “guardião dos cidadãos”, por exemplo, e descreve os jornalistas como pessoas comprometidas com valores da profissão, que agem de forma desinteressada, fornecendo informação, a serviço da opinião pública e em constante vigilância e defesa da liberdade e da própria democracia (TRAQUINA, 2004).

Essa concepção de jornalismo está assentada em valores que são percebidos como constantes no *ethos* jornalístico, como liberdade, credibilidade, verdade e objetividade. Eles referendariam em diferentes níveis os *ethos* pré-discursivo e discursivo, pois sustentariam a “condição de identidade”¹⁵ estabelecida por Charaudeau (2007) – a moldura que encerra a concepção preexistente do locutor sobre si mesmo, quem sou eu e o que eu falo para o outro, e a imagem prévia que o outro tem do locutor.

Esses valores compõem um “regimento” do jornalismo, algo que o pressupõe e o condiciona enquanto instituição, atividade, forma de conhecimento e gênero discursivo. A liberdade é um valor inerente ao jornalismo, pois é pressuposto e condição fundamental para a sua completa realização. Historicamente, a constituição da identidade jornalística esteve ligada à luta pela liberdade, pelo direito de poder falar. Como diz Traquina, a manutenção da liberdade no jornalismo está diretamente ligada à necessidade de independência e autonomia do fazer jornalístico, e ambos são condicionantes para outro valor, a credibilidade. O fazer crer é uma problemática pertinente à noção de *ethos* – o caráter moral do orador – considerado por Aristóteles, como explica Serra (2006), como “o primeiro meio de persuasão”:

A persuasão pelo caráter pode ser caracterizada numa tripla dimensão: a dos fins, a dos meios e a do campo de aplicação. Em relação aos fins, estes residem, fundamentalmente, em o orador dar ao auditório a impressão – aparente ou real [...] – de que é digno da sua confiança, de que é, como Aristóteles também diz, uma “pessoa honesta”. Quanto aos meios, eles referem-se à forma como se profere o discurso, e não a factores pré ou extra-discursivos que, enquanto provas “não técnicas” ou extrínsecas, não pertencem à retórica propriamente dita. Quanto ao campo de aplicação, ele

15 A identidade dos parceiros engajados na troca é a condição que requer que todo ato de linguagem dependa dos sujeitos que aí se acham inscritos. Ela se define através das respostas às perguntas: “quem troca com quem?” ou “quem fala a quem?” ou “quem se dirige a quem?”, em termos de natureza social e psicológica, por uma convergência de traços personológicos de idade, sexo, etnia etc., de traços que sinalizam o status social, econômico e cultural e que indicam a natureza ou o estado afetivo dos parceiros. Entretanto, esses traços só podem ser levados em conta se estiverem numa relação de pertinência com relação ao ato de linguagem. Não se trata aqui de fazer sociologia, mas de destacar os traços identitários que interferem no ato de comunicação. O fato, para um locutor, de ser jornalista, será assimilado como traço pertinente numa situação de comunicação como a da entrevista radiofônica, mas não o será numa situação de pedido de informações no guichê de um banco (CHARAUDEAU, 2007, p. 68-69).

permite perceber porque é que a “fé” ou “confiança” é essencial à prática retórica – com efeito, tal campo refere-se a questões que não têm a ver com a verdade, mas com a verossimilhança, acerca dos quais não pode haver certezas, mas apenas dúvidas e controvérsia (SERRA, 2006, p. 03-04).

O valor de credibilidade se manifesta numa relação circular dentro do contrato de comunicação. Neste, é a “credibilidade do orador que torna o seu discurso credível; mas, por outro lado, é o discurso credível que revela a credibilidade do orador (SERRA, 2006, p. 04). Para Berger (1996), a credibilidade é o capital simbólico do jornalismo e por isso um valor fundador do *ethos* que permeia a construção da “mitologia” sobre o campo. Como explicam Benetti e Hagen (2010), em torno da credibilidade outras crenças se estabelecem, como a orientação pelo interesse público e não pelo interesse privado dos veículos, a capacidade de identificar a relevância ou não dos fatos, a utilização de fontes confiáveis e o conhecimento sobre os interesses do leitor.

A essa dinâmica do fazer crer vincula-se um outro valor inestimável para o jornalismo, a verdade. O princípio da verdade norteia o ofício do jornalista que tem nesse valor o objetivo da sua produção. Porém, a noção de verdade no jornalismo passa pelo entendimento de uma graduação de certeza ou fiabilidade (SOUSA, 2002, p. 04), principalmente pela sua relação indireta com a credibilidade, uma vez que “por norma o jornalismo apoia-se em fontes (que são, para todos os efeitos, as suas fontes de verdade) cuja credibilidade nem sempre lhe será possível confirmar inteiramente” (SOUSA, 2002, p. 04).

A sustentação dos valores liberdade, credibilidade e verdade passa pela consagração da objetividade como valor balizador do *ethos* jornalístico. Traquina (2004) analisa a polémica que envolve a objetividade, apresentada normalmente e erroneamente como contrária à subjetividade – conceito inerente ao jornalismo, uma vez que o jornalista não comunica o fato em si, mas uma interpretação deste. Dessa forma, “a objetividade se desloca da simples fé nos factos para uma fidelidade a um conjunto de regras e procedimentos que visam conferir a essa interpretação o cariz mais objetivo possível” (SOUSA, 2002, p. 07). Esse conjunto de regras é o que Tuchman (1971) chama de “ritual estratégico”. “Os jornalistas invocam os procedimentos rituais para neutralizar potenciais críticas para seguirem rotinas confinadas pelos limites cognitivos da racionalidade” (TUCHMAN, 1971, p. 75). A autora lista quatro procedimentos estratégicos que, além da verificação dos fatos, denotam a objetividade necessária à produção jornalística: a apresentação de possibilidades conflituais, a apresentação de provas auxiliares, o uso judicioso das aspas e a estruturação da informação numa sequência apropriada. Por esses procedimentos o jornalista asseguraria não apenas a objetividade no seu

relato, mas também os valores liberdade, verdade e credibilidade.

2.2 As dimensões do jornalismo

A discussão sobre a formação do *ethos* jornalístico e os valores fundamentais que o compõem ajudam a compreender a complexidade do jornalismo, seja pelos profissionais no conjunto das suas práticas, seja pela audiência - leitor, telespectador, público.

Como já dito, o jornalismo se constitui enquanto forma de conhecimento, instituição, atividade e gênero discursivo. Visando a entender o jornalismo como forma de conhecimento propõe-se aqui a abordagem de Charaudeau (2007), ao trabalhar a construção de sentidos na informação sobre os “saberes de conhecimento”. Por “saberes de conhecimento”, o autor compreende “aqueles que procedem de uma representação racionalizada da existência dos seres e dos fenômenos sensíveis do mundo. Trata-se, para o homem, de tentar tornar o mundo inteligível, colocando marcas num *continuum* de sua materialidade” (CHARAUDEAU, 2007, p. 43). Segundo ele, são os “saberes de conhecimento” uma forma de tornar o mundo inteligível e esse processo se dá na constituição do saber a partir das “escolhas da atividade discursiva” feitas pelo homem para contar esse mundo. “Esse conjunto de atividades discursivas configura os sistemas de interpretação do mundo, sem os quais não há significação possível” (CHARAUDEAU, 2007, p. 43).

A ideia de um *continuum* trabalhada por Charaudeau (2007) está presente já nos estudos de Park (1940), sobre as notícias como forma de conhecimento, quando buscava entender “que tipo de conhecimento as notícias proporcionam e quais são as suas características” (CONDE, 2008, p. 23). Dessa forma, Park situa as notícias numa gradação (*continuum*) entre o “conhecimento de” (*acquaintance with*) e o “conhecimento sobre” (*knowledge about*).

Como Park assinala, *knowledge about* e *acquaintance with* estão relacionados. O primeiro não é possível sem o segundo: não existe um método científico que seja completamente independente da intuição e da perspectiva que a familiaridade com as coisas proporciona. Entre *acquaintance with* e *knowledge about* existe um *continuum* em cujos extremos opostos se situam esses dois tipos de conhecimento e no qual podem se situar todas as formas de conhecimento, também as notícias (CONDE, 2008, p. 24). [Grifo do autor]

Muitos autores partiram de Park (1940) para ampliar as teorias sobre as notícias como conhecimento, pois na sua análise não há um aprofundamento sobre como as notícias se estabelecem por si mesmas como forma de conhecimento sistemático. Para Park, as notícias

se constituem mais ligadas ao *acquaintance with*, principalmente se observada a audiência para a qual se destina a notícia.

Por exemplo, uma notícia sobre o anúncio de um descobrimento e cirurgia cardiovascular (que constitui em si mesmo *knowledge about*) proverá *acquaintance with*. Isso implica que aqueles que estão familiarizados com a inovação achem o relato da notícia distorcido ou simplificado porque a popularização requer a dissolução do *knowledge about* para facilitar o *acquaintance with* a um auditório leigo (CONDE, 2008, p. 26). [Grifo do autor]

Retomando o pensamento de Charaudeau (2007), a construção do conhecimento pelo sujeito se dá na intersecção de uma dupla aprendizagem. Essa ideia pode se aproximar desta relação que as formas de conhecimento categorizadas por Park (1940) estabelecem na destinação da informação para um determinado tipo de audiência. A gradação entre esses dois conceitos de conhecimento, o *continuum*, está relacionada à forma como se apreende essa informação – que pressupõe uma relação de intersubjetividade entre os sujeitos na construção do conhecimento -, que para Charaudeau acontece no ponto de convergência de uma dupla aprendizagem.

Pela aprendizagem que se desenvolve através das práticas da experiência, as quais se aplica uma observação na empiria do sentir, do ver e do ouvir, no jogo dos erros e dos acertos, na predição das percepções, e que permite ao sujeito depreender recorrências no interior desses fenômenos, e construir assim uma explicação empírica do mundo fenomenal. E pela aprendizagem dos dados científicos e técnicos que tentam explicar o mundo a partir do que não é visível e se torna apreensível com o auxílio de um instrumental intelectual (cálculo, raciocínio, discurso de explicação, mais ou menos vulgarizados) (CHARAUDEAU, 2007, p. 44).

Meditich (1997, p. 04) entende que a abordagem de Park leva a uma “comparação quantitativa dos atributos do jornalismo em relação à ciência e à história”, que pode ser útil somente na elucidação das diferenças, “mas parece insuficiente para definir o que ele tem de específico”. Desta forma o autor propõe uma terceira margem na reflexão do jornalismo como conhecimento.

Para esta terceira abordagem, o jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar. Além desta maneira distinta de produzir conhecimento, o jornalismo também tem uma maneira diferenciada de o reproduzir, vinculada à função de comunicação que lhe é inerente. O jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz,

reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do jornalismo no processo de cognição social (MEDITSCH, 1997, p. 04).

Esse revelar “diferente” sugerido por Meditsch (2001) pressupõe um rompimento com os paradigmas ideológicos e positivistas, propondo uma visão pelo viés da articulação do discurso¹⁶, da intersubjetividade¹⁷, da produção do conhecimento¹⁸, em que o autor explora indícios de uma “fisiologia do jornalismo” como forma de conhecimento. Dessa forma o jornalismo não se situaria dentro de uma lógica positivista e ou ideológica. O jornalismo tem uma forma própria e específica de articulação e entendimento, “capaz de revelar aspectos da realidade que escapam à metodologia das ciências [...]; incapaz de explicar por si mesmo a realidade que se propõe a revelar” (MEDITSCH, 2001, p. 15). Desta forma, o autor caracteriza o jornalismo como “um gênero específico de relação social mediada pela linguagem” (MEDITSCH, 2001, p. 01).

Franciscato (2005), também na busca por uma “fisiologia” do jornalismo, tenta definir os limites e os alicerces do campo, observando as suas diferentes angulações. O autor elabora um quadro de caracterização do jornalismo, pois entende que essas “características perpassam a maioria das formas sócio-históricas de sua constituição” (FRANCISCATO, 2005, p. 166). O autor elenca oito características que configuram o campo na sociedade, iniciando pela observação de três princípios singulares que definem a prática e o produto do jornalismo: a) a adoção, como pressuposto, da “existência de uma ideia de verdade do real que pode ser apreendida nos seus aspectos principais por meio de técnicas jornalísticas e transformada em relato noticioso”; b) o “compromisso normativo de cumprir esta tarefa de fidelidade do real”

16 A teoria do discurso situa o jornalismo como uma forma de relação social que se estabelece através do uso da linguagem [...] A descrição do jornalismo enquanto gênero de discurso permite uma primeira aproximação a sua fisiologia normal, e também à maneira específica como reflete e ao mesmo tempo refrata a realidade. A especificidade desta reflexão/refração se define num processo condicionado por sua construção, pela forma do discurso, mas também por uma terceira variável que não é menos fundamental: a sua utilização pela sociedade (MEDITSCH, 2001 p. 01-02).

17 A consideração da intersubjetividade, ao tomar o discurso, enquanto uso a linguagem, como forma de interação social, propõe uma alteração nos critérios de aferição de verdade no conhecimento: desloca este critério tanto da objetividade ideal (critério dominante no paradigma positivista) quanto da subjetividade (critério dominante no paradigma ideológico), e o recoloca na *prática*, que contém as duas, e só pode ser compreendida “num mundo interpessoal de interações públicas” (TOULMIN, 1994, p. 27) (MEDITSCH, 2001, p. 03).

18 Em relação ao campo lógico, o jornalismo como forma de produção do conhecimento distingue-se da ciência por operar no terreno do senso comum. “Descende da mais antiga e singela forma de conhecimento – só que , agora, projetada em escala industrial, organizada em sistema, utilizando fantástico aparato tecnológico” (LAGE, 1992, p. 14-5). Em consequência, como propõe Genro Filho (1987, p. 58), é necessário ressaltar que o jornalismo gênero de conhecimento difere do senso comum pela sua forma de produção: nele, a imediatividade do real é um ponto de chegada e não de partida. No entanto, se isso o diferencia quanto aos atores, às mediações e intenções que interferem no discurso, não o deslocam do campo lógico em que se situa (MEDITSCH, 2001, p. 08).

na sua atividade; e c) produzir conteúdos que ofertem à sociedade “modos específicos de vivenciar situações num tempo presente”.

Essa produção/reprodução do conhecimento do/pelo jornalismo e, principalmente, as especificidades e singularidades desse processo, fundamentam outras características do campo, bem como a sua formação como gênero discursivo. Na caracterização desenvolvida por Franciscato (2005), o autor ressalta o papel social do jornalismo, que, como instituição, “conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir [...] uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas” (FRANCISCATO, 2005, p. 167). Como instituição, segundo o autor, o jornalismo está circunscrito a “contextos espaço-temporais concretos” que compreendem as relações e práticas externas – “papéis sociais instituídos e relações de poder na construção de sentidos e ações sociais” - e internas – “princípios organizativos da instituição” -, bem como vinculado “a processos sociais amplos e históricos” que influenciam nos formatos jornalísticos discursivos. No que se refere ao produto jornalístico, entende-o como algo condicionado ao seu processo de produção, mais simplificado que a metodologia científica, o que constitui “um recorte, uma ‘colagem’ ou ‘combinação’ de observação, descrição e interpretação tanto do jornalista quanto da equipe de produção e das fontes de informação” (FRANCISCATO, 2005, p. 168).

Dentre as características identificadas por Franciscato (2005), uma das singularidades do produto jornalístico é o seu dialogismo: o discurso se estabelece entre sujeitos - na produção e também na recepção, em que um sistema de expectativas¹⁹ se estabelece para a formação do discurso. O produto jornalístico, para Franciscato (2005, p. 168) também “oscila entre um trabalho mais marcadamente individual (quase autoral) e um trabalho coletivo”, situações que influenciam diretamente o processo de produção. Nesta pesquisa, a marca individual da produção define a construção do produto que está entranhado pela subjetividade do autor. Como última característica do jornalismo, Franciscato recupera a ideia de Park de que o produto jornalístico é um documento público, para revelá-lo em sua função social, enquanto conteúdo passível de circular socialmente com base num ‘uso público’ desse conteúdo pela sociedade.

Com base nesse conjunto de características do jornalismo propostas por Franciscato pretende-se estabelecer algumas das bases para o entendimento da biografia como gênero

19 Eco (1991) define o ritual dessa conquista a partir do pressuposto de que, para a aceitação da narrativa pela audiência existe a partilha de um “sistema de expectativas”. Um pacto de construção e identificação de significados, viabilizado pela narratividade. Para Charaudeau (2006), esta ideia pressupõe o que ele define como contrato de comunicação.

jornalístico. Desta forma, a partir da reflexão sobre a concepção de gênero e os desdobramentos desses conceitos para a conformação do jornalismo como gênero discursivo, passa-se a discorrer sobre a tipologia dos gêneros jornalísticos e sobre a modalidade biografia.

2.3 Constituição dos gêneros

Para compreender as possibilidades da biografia como gênero jornalístico faz-se necessária uma reflexão sobre gênero, de forma a situar o jornalismo como tal. Para tanto, trabalha-se com as concepções de gênero de Charaudeau (2007) e Maingueneau (2001).

Charaudeau (2007, p. 204) entende que “um gênero é constituído pelo conjunto das características de um objeto e constitui uma classe à qual o objeto pertence”. No mesmo sentido, Maingueneau (2001) pressupõe duas condições referenciais para a constituição de um gênero: as rotinas e os critérios de êxito. A primeira se estabeleceria, segundo o autor, quando se trabalha a noção de gênero fora do âmbito literário, seu terreno original, como no caso do jornalismo, que segue uma rotina de produção de notícias concernente às circunstâncias do campo. Na literatura, o gênero tem como referencia textos-modelos, filiações a obras consagradas. “As obras apontam [...] para seus ‘protótipos’: *As Ligações Perigosas*, no caso do romance em cartas, *A Ilíada* para a epopéia etc” (MAINGUENEAU, 2001, p. 65).

Já o conjunto de critérios de êxito se constituiria a partir de cinco elementos: uma finalidade reconhecida – “estamos aqui para dizer ou fazer o que?”; o estatuto de parceiros legítimos – “que papel devem assumir o enunciador e o co-enunciador?”; o lugar e o momento legítimos – “todo gênero discursivo implica um certo lugar e um certo momento” que são constitutivos, porém não são evidentes; um suporte material – “o texto é inseparável de seu modo de existência material”; uma organização textual – o domínio de um gênero de discurso pressupõe a consciência sobre “os modos de encadeamento de seus constituintes em diferentes níveis” (MAINGUENEAU, 2001, p. 65). Esta sistematização vai ao encontro da análise de Charaudeau sobre a constituição do gênero discursivo a partir relação entre os dados externos e internos que fundamentam o “contrato de comunicação”.

Benetti (2008) explica que os dados externos²⁰ “definem a situação de troca entre os

20 Benetti (2008, p. 20) explica que, de acordo com Charaudeau, os dados externos “dizem respeito a quatro condições: a) uma condição de identidade, em que importa saber ‘quem troca com quem’; b) uma condição de finalidade, em que importa saber o objetivo da troca comunicacional; c) uma condição de propósito, em que é preciso considerar do que se trata a comunicação; d) uma condição de dispositivo, que considera o ambiente em que a troca se dá, ou seja, as condições de produção do discurso, as técnicas e suportes utilizados. Resumidamente, os dados externos do contrato levam em conta ‘quem diz e para quem’, ‘para quem se diz’, ‘o que se diz’ e ‘em que condições se diz’”.

sujeitos”. Já os dados internos²¹ referem-se a “como se diz”. Ao problematizar as características do jornalismo como gênero discursivo, a autora analisa cinco elementos essenciais para pensar as regras do discurso jornalístico propostos por Charaudeau: “quem diz e para quem”, “para quem se diz”, “o que se diz”, “em que condições se diz” e “como se diz”.

Neste trabalho, propõe-se um olhar para o elemento “como se diz”, tendo em vista a análise exploratória da biografia como gênero jornalístico a partir da relação memória e narratividade. Para Benetti (2008, p.23), o “como se diz” faz referência “a uma série de estratégias discursivas, preocupadas fundamentalmente com a garantia do efeito de verdade e, por consequência, da credibilidade de quem enuncia”. Pensar a biografia como gênero jornalístico, a partir da confluência com a literatura, por meio da narratividade, e com a história, por meio da memória, encontra parte de sua problematização no elemento “como se diz”, em que a objetividade do processo de produção – a apuração dos fatos, entrevistas, análise de documentos, entrevistas com as fontes - deve caminhar junto com a subjetividade do saber narrativo.

A partir das reflexões sobre gênero de Maingueneau (2001) e Charaudeau (2007), e da inscrição do jornalismo como gênero particular, na perspectiva das condições do contrato de comunicação, pretende-se agora discutir o conceito de gênero e as classificações que recebe no campo jornalístico. Para tanto, faz-se um recorte histórico, recuperando a tradição das escolas espanhola e norte-americana e chegando às propostas brasileiras, de Melo (1994) e Chaparro (2008), com o objetivo de mostrar a evolução das definições de gênero jornalístico.

2.3.1 Os gêneros jornalísticos

Segundo Seixas (2009), a classificação por gêneros teria surgido como método para a análise sociológica quantitativa das mensagens da imprensa, no fio da teoria funcionalista da *communication research*. Estes teriam, portanto, uma função institucionalizadora. Como explica Gomis:

Os gêneros facilitam o trabalho comum. Quanto mais se prescrevem as convenções próprias do gênero – nascidas de uma peculiar relação entre conteúdo e a forma – mais homogêneo resultará o trabalho da redação e mais confiança adquirirá o receptor na mensagem que chega. Daí também a

21 Para Charaudeau, os dados internos “se instituem em três espaços: a) um espaço de locução, em que o sujeito que enuncia se impõe como falante a partir de legitimidade e autoridade; b) um espaço de relação, em que o sujeito falante, ao estabelecer sua própria identidade e a identidade do destinatário, constrói relações (de inclusão e exclusão, de agressão e convivência etc.); c) um espaço de tematização, no qual são tratados domínios do saber, por meio de um modo de organização discursivo particular e aqui caberia os modos descritivo, narrativo e argumentativo, por exemplo (BENETTI, 2008, p. 20).

utilidade dos gêneros jornalísticos no ensino. Os gêneros representam a sedimentação da experiência do trabalho coletivo em diversos meios de informação, o domínio técnico que distingue o profissional do jornalismo de quem o é, a possibilidade de fazer chegar ao receptor a mensagem, com relativa rapidez e segurança. Os gêneros são formas assimiladas pelo hábito, formas que podem ensinar-se e aprender-se (GOMIS, 1991, p. 44).

A escola espanhola é uma das mais tradicionais no estudo dos gêneros jornalísticos, com critérios muito diferentes da escola norte-americana, que revela um interesse mais pragmático pela descrição e interpretação dos processos jornalísticos, ou buscando apreender suas tendências concretas (MELO, 1994). Os autores espanhóis²² estabelecem uma divisão entre gêneros de opinião e de informação, colocando a categoria de interpretação em um outro plano.

Dentro dessa tradição, Albertos (1992)²³ amplia o paradigma informação e opinião. Nos estudos sobre gêneros jornalísticos, o autor acrescenta, para além das modalidades informativo e opinativo, um terceiro tipo de texto: o interpretativo, um gênero intermediário que contemplaria a complexidade das formas discursivas. O gênero interpretativo incluiria a reportagem e a crônica, e se caracterizaria pela possibilidade de análise dos fatos. No esquema de Albertos, porém, a flexibilidade ainda é limitada, pois o autor mantém em estado de isolamento as categorias constitutivas dos gêneros informativo e opinativo. A interpretação apresentada no seu modelo reflete um hibridismo dos dois gêneros, em que aparece uma intenção no texto, porém vista de forma independente no jornalismo pelo autor. Chaparro observa que talvez falte à conceituação de Albertos considerar o caráter interlocutório da interpretação, que envolve a interação entre os sujeitos autor e leitor para estabelecimento de sentido aos textos.

Não há texto sem intenção nem leitura sem atribuição de sentidos. E nessa interação entre intenções de autoria e intenções de leitura talvez os principais intérpretes sejam os que leem, não os que escrevem. [...] Talvez se possa dizer que essa possibilidade é a que organiza e dinamiza o todo interpretativo do jornalismo, cujos textos relatam e comentam uma realidade que é a dos leitores, mas reelaborada, por critérios jornalísticos, com dados, fatos, depoimentos e pontos de vista colhidos em fontes interessadas. Nessa interlocução, as fontes também inserem pontos de vista e elementos interpretativos, que a mediação crítica organiza para a difusão social. E tudo isso interage na construção de um mesmo processo cognitivo. Do qual nem

22 Os estudos de gêneros jornalísticos têm tradição na Espanha, com Martínez Albertos, Lorenzo Gomis, Bernal y Chillión (década de 80), Núñez Ladevèze, Sanchez e López (década de 90). [...] As classificações espanholas são organizadas segundo: 1) os tipos que ocupam a mídia impressa, ou seja, pelo suporte; 2) a estrutura textual, se descritiva, narrativa ou argumentativa; e 3) a finalidade (SEIXAS, 2009, p. 48).

23 [...] a função valorativa é absolutamente própria e específica, em todos os níveis, do exercício do jornalismo: no plano do recolhimento das notícias [...], no plano da análise e organização das notícias [...] e no plano do ajuizamento e comentário dessas mesmas notícias (ALBERTOS, 1992, p. 46).

os artigos podem ser excluídos (CHAPARRO, 2008, p. 152).

Sobre a escola norte-americana, a visão mais pragmática faz a distinção dos tipos “pelos processos produtivos e competências próprias da atividade jornalística (SEIXAS, 2009, p. 49). Não há, claramente, nos trabalhos mais significativos sobre o tema, um mapeamento de forma sistemática, mas uma observação sobre as práticas, situada entre o que é “intencionalmente informativo e o que é explicitamente opinativo” (MELO, 1994, p. 42). O trabalho de Fraser Bond (1962) divide a produção jornalística em noticiário e página editorial. Por noticiário compreende-se: notícia, reportagem, entrevista, história de interesse humano. Na página editorial estão: editorial, caricatura, coluna e crítica. Melo (1994) acha que a classificação sugerida por Bond não retrata toda a renovação do processo jornalístico norte-americano a partir da década de 1940, e faz uma revisão bibliográfica²⁴ da produção norte-americana sobre o tema. O autor conclui que, no tocante às divisões entre jornalismo interpretativo e informativo, existem poucas “inovações” relativas à estrutura narrativa dos fatos. “No caso particular gênero interpretativo, a grande mudança parece ter sido o desenvolvimento da reportagem, com o reforço analítico e documental” (MELO, 1994, p. 43). Para o autor, a maior contribuição do jornalismo norte-americano sobre o assunto talvez tenha vindo com a ampliação *feature*, ou seja, com a ampliação da história de interesse humano, que nas décadas de 60 e 70 ganha nova roupagem, com deslocamento entre o real e o imaginário, admitindo-se o tratamento literário de fatos - o *New Journalism*²⁵ (MELO, 1994).

No Brasil, as propostas de classificação dos gêneros jornalísticos têm como uma das

24 Seixas (2009, p. 50) mostra que na sequência da proposta de Fraser Bond “vieram os trabalhos sobre fazer jornalístico, a competência da apuração, da seleção, da organização e hierarquização dos fatos, da configuração do *lead*, do conceito de investigação na reportagem, com a preocupação de analisar o sistema de produção desta nova indústria e do aspecto deontológico desta atividade social, cuja principal função seria informar. Sobressaem-se as obras de Curtis MacDougall (*Northwestern University*, 1960, com *Interpretative Reporting*) – primeiro a registrar, em livro, a nomenclatura 'interpretativo' -, John Hohenberg (*Columbia University*, 1960, *The Professional Journalist*), James Aronson (*Columbia University and Harvard College*, 1971) e Philip Meyer (*Harvard University*, 1971, com o *precision journalism*). Dois anos depois, é publicado o livro de Tom Wolfe (1973) (*The New Journalism*), colocando em pauta o chamado “novo jornalismo”.

25 O *New Journalism*, estética jornalística que reinventou o uso da linguagem na produção jornalística, ampliou os limites do ofício e estreitou as estruturas de saliência entre a literatura e o jornalismo. Nascida nas redações das revistas norte-americanas *Esquire* e *The New Yorker* e no suplemento dominical *New York* do jornal *Herald Tribune*, no início dos anos 60, a nova estética surgiu como uma reação à padronização do texto jornalístico, pasteurizado dentro da engrenagem das grandes empresas, preso ao rigor formal do texto e na produção de relatos noticiosos pré-moldados. Tom Wolfe, Gay Talese e Truman Capote surgem como os principais referenciais do gênero. As longas narrativas com feições romanceadas, o atrevimento estético do discurso, o hábil manejo da palavra, fazem-se presentes na produção textual em perfis e longas reportagens. O modelo do que se entende hoje como romance-reportagem surgiu nesse período e tem como ícone *A Sangue Frio*, de Truman Capote. O *New Journalism* usa dos instrumentos da literatura para renovar a escrita jornalística, com uma atitude mais libertária no estilo e na linguagem, na construção de diálogos e numa percepção do personagem multifacetada, onde o narrador atinge aqui um grau de onisciência jamais visto nas narrativas factuais tradicionais nos veículos de referência.

principais referências o trabalho de Beltrão (1976). Melo (1994), que diz ter partido da categorização desse autor, afirma que o critério utilizado por Beltrão é explicitamente funcional, porque sugere uma separação segundo as funções que desempenham junto ao público leitor: informar, explicar e orientar.

Beltrão (1976) apresenta três categorias: a) jornalismo informativo: notícia; reportagem; história de interesse humano; informação pela imagem; b) jornalismo interpretativo: reportagem em profundidade; c) jornalismo opinativo: editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada, opinião do leitor.

A primeira classificação de Melo (1994), que ainda é uma das grandes referências bibliográficas nos estudos brasileiros, reafirmava a dicotomia informação e opinião. Nesse trabalho, o autor classifica os gêneros em duas vertentes (informativo e opinativo), com a observação de que o gênero informativo traz a “reprodução do real”, enquanto o opinativo enquadra a “leitura do real”.

Os gêneros que correspondem ao universo da informação se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação dos mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades e organizações). Já no caso dos gêneros que se agrupam na área da opinião, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: a autoria (quem emite opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião) (MELO, 1994, p. 64).

Ainda quanto a essa classificação, o autor lista 12 categorias de dois gêneros: quatro informativos (nota, notícia, reportagem e entrevista) e oito opinativos (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta). Assim como Albertos, o autor brasileiro também isolava as duas vertentes por critérios específicos, como a “progressão” do fazer jornalístico na reprodução dos acontecimentos e acesso ao público – temporalidade na estrutura dos relatos dos gêneros informativos – e efeitos de autoria e argumentação para os gêneros opinativos, refutando a existência do gênero interpretativo.

Mais recentemente, entretanto, Melo vem defendendo uma revisão dessa classificação, propondo agora cinco gêneros autônomos, incluindo o interpretativo. Mas o conceito de interpretação do autor brasileiro passa pelo sentido da palavra em inglês, como explicação e educação, ao invés do sentido atribuído no Brasil, que entende interpretação e opinião como similares (SEIXAS, 2009). Esta é a mais recente classificação sugerida por Melo:

Cinco gêneros: o gênero informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. Nos anos 80, a pesquisa que fiz só me indicou a predominância de

informativo e opinativo. A maioria do pessoal lia, dizendo eu acho que só existem dois gêneros. Não é isso, eu identifiquei somente dois gêneros na imprensa diária. De lá pra cá, eu venho pesquisando a cada cinco anos e fui encontrando evidências de que outros gêneros foram surgindo. O gênero interpretativo, que teve uma vigência muito forte nos anos 60 e 70, desapareceu nos anos 80 e voltou nos 90 e agora está se desenvolvendo muito (MELO, 2008)²⁶.

A nova divisão proposta por Melo (2010) é composta da seguinte forma: a) informativo: nota, notícia, reportagem, entrevista; b) opinativo: editorial, comentário, artigo resenha, coluna, crônica, caricatura e carta; c) interpretativo: dossiê, perfil, enquete, cronologia; d) utilitário: indicador, cotação, roteiro e serviço; e) diversional: história de interesse humano; história colorida.

Nesta pesquisa, entende-se a necessidade de uma abordagem mais complexa sobre a questão dos gêneros jornalísticos, de forma a compreender a circunscrição da biografia. Por ser um gênero híbrido, de subjetividade singular, originada na tensão entre o factual e o ficcional, acredita-se que a biografia encontra-se na intersecção entre as vertentes informativa e opinativa, e que os modelos aqui apresentados se aproximam em parte da estrutura de relato, gênero proposto por Chaparro (2008) depois de analisar comparativamente os textos produzidos pela imprensa brasileira e portuguesa.

Chaparro considera inconsistente a classificação de Melo²⁷, pois, na sua avaliação, a dinâmica da produção jornalística e a constante evolução dos processos de criação já não podem estar encerradas na dicotomia informação e opinião. Ele busca suporte em Todorov (1980) para enfatizar pontos fundamentais da gênese dos gêneros, como o fato de terem de ser caracterizados por um número de propriedades que os definem, a transgressão manifestada, justamente, pela mistura ou combinação dessas propriedades; e por serem horizontes de expectativas para os leitores e modelos de escrita para o autor. Chaparro (2008) utiliza as reflexões de Van Dijk sobre as aproximações entre a pragmática e o jornalismo, na análise da ação jornalística, para construir a sua classificação de gêneros jornalísticos. Nesse sentido, parte dos conceitos de superestrutura e macroestrutura²⁸.

26 SEIXAS, L. O que é jornalismo? É impossível entender através dos gêneros. Entrevista realizada com o professor José Marques de Melo em Gêneros Jornalísticos, 26 de abril de 2008. Disponível em : <http://www.generos-jornalisticos.blogspot.com>. Acesso em 04/01/2011.

27 Chaparro refere-se aqui à classificação mais antiga de Melo, que dividia os textos jornalísticos em informativos e opinativos. Sua crítica, portanto, não contempla os cinco tipos sugeridos pelo autor no seu mais recente trabalho sobre gêneros jornalísticos.

28 Chaparro (2008, p. 172) explica que a “superestrutura é um tipo de esquema abstrato que estabelece a ordem global de um texto e que se compõe de categorias cujas possibilidades de combinação se baseiam em regras de formação convencionais (esquemas). Macroestruturas são estruturas semânticas num nível mais global, decisivas para a compreensão real do texto. Pertencem ao campo da semântica textual. Assim, as superestruturas pertencem à ordem externa do texto, e as macroestruturas, à ordem interna. A superestrutura

[...] Van Dijk coloca os gêneros no âmbito das superestruturas e afirma que o discurso jornalístico se organiza em dois tipos de esquemas das superestruturas: a) esquemas de narração, para o relato dos acontecimentos; b) esquemas da argumentação, para o comentário dos acontecimentos (CHAPARRO, 2008, p. 173)

A partir desse esquema, Chaparro (2008) propõe a classificação do discurso jornalístico em dois gêneros: o comentário e o relato. O autor subdivide cada um deles em agrupamentos de espécies argumentativas e espécies gráfico-artisticas para as formas de comentário, e espécies narrativas e espécies práticas para as formas de relato.

No quadro do autor, a reportagem pertence às espécies narrativas do gênero relato, assim como a notícia, a entrevista e a coluna. Chaparro, como outros autores, classifica na mesma categoria a reportagem e a notícia, ambos os tipos como espécies narrativas dentro do gênero relato. Dessa forma, define a notícia como “o resumo informativo para a descrição jornalística de um fato relevante que se esgota em si mesmo, e para cuja compreensão bastam informações que o próprio fato contém” (CHAPARRO, 2008, p. 182). A partir dessa definição de notícia, o autor compreende a reportagem para além de uma ampliação da notícia, como faz Melo (1994). Para Chaparro, a reportagem está imbuída de um “grau de extensão, aprofundamento e liberdade estilística” (2008, p. 182), o que implica uma abordagem muito mais complexa na atribuição de significados aos acontecimentos. “A reportagem constrói e/ou propõe contextos para situações, falas, fatos, atos, saberes e serviços que revelam, alteram, definem, explicam ou questionam a atualidade” (CHAPARRO, 2008, p. 182).

Charaudeau (2007), na busca por uma classificação sobre o que chama “gênero de informação midiática”, propõe uma definição a partir de um cruzamento entre “o tipo de instância enunciativa, um tipo de modo discursivo, um tipo de conteúdo e um tipo de dispositivo”.

[...] o tipo *instância enunciativa* caracteriza-se pela origem do sujeito falante e seu grau de implicação. A origem pode estar na própria mídia (um jornalista) ou fora da mídia (um político, um especialista, uma personalidade convidada a falar-escrever na mídia) [...] o tipo de *modo discursivo* transforma o acontecimento midiático em notícia atribuindo-lhe propriedades que dependem do tratamento geral da informação. Os modos discursivos organizam-se em [...] “relatar o acontecimento”, “comentar o acontecimento”, “provocar o acontecimento”. [...] o tipo de *conteúdo temático* constitui o macrodomínio abordado pela notícia: acontecimento de política nacional ou estrangeira, acontecimento esportivo, cultural etc. [...] o tipo de dispositivo, por sua materialidade, traz especificações para o texto e diferencia os gêneros de acordo com o suporte midiático (imprensa, rádio, televisão) (CHARAUDEAU, 2007, p. 206-207). [Grifo do autor.]

relaciona-se com a forma; a macroestrutura, com o conteúdo.”

A partir dessa classificação dos gêneros de informação midiática, Charaudeau (2007, p. 209) desenvolve uma classificação dos textos de informação midiática, por meio da relação entre eixos de tipologias de informação²⁹, hierarquizada. Desta forma, explica, constrói-se uma tipologia de base, inserindo-se em seguida outras variáveis no interior dos eixos de base, construindo tipologias sucessivas que se encaixam no modelo de base.

Na estruturação desses eixos, o autor expõe uma metodologia para o tratamento da questão, levando em consideração as características inerentes desses gêneros no jornalismo, bem como as possibilidades de alteração das suas características enquanto categoria na contextualização do campo, pois “os gêneros inscrevem-se numa relação social de reconhecimento, trazendo uma codificação que lhes é própria – própria a seu contexto sociocultural – e podem então variar de um contexto a outro e de uma época a outra” (CHARAUDEAU, 2007, p. 211).

Nessa proposta, a reportagem, tipo de texto jornalístico que aqui se entende como próximo à biografia, está inscrita na instância interna do quadrante formado pelo acontecimento relatado e o acontecimento comentado, onde o procedimento de investigação lhe confere as “condições de credibilidade da finalidade de informação”³⁰ e as qualidades da estrutura narrativa do relato satisfazem “às condições de sedução da finalidade de captação”³¹ (CHARAUDEAU, 2007, p. 221-222).

Vista dessa forma, a reportagem revelaria uma tendência “transgressora” e, ao mesmo tempo, aglutinadora, ao conceber na sua constituição como relato os signos da objetividade e da subjetividade, para sustentar a credibilidade e para estabelecer o pacto de captação do leitor. É na perspectiva de Charaudeau sobre esse limiar entre a objetividade e a subjetividade, inerente à reportagem e também à biografia, e nas afinações dos gêneros enquanto relatos, que se insere a proposta de investigação da biografia como gênero jornalístico.

29 [...] uma tipologia de base que entrecruza os principais modos discursivos do tratamento da informação (“acontecimento relatado”, “acontecimento comentado”, “acontecimento provocado”) colocados sobre um eixo horizontal, e os principais tipos de instância enunciativa (instância de “origem externa”, instância de “origem interna”), às quais superpõe-se um grau de engajamento (+/-), colocados sobre um eixo vertical (CHARAUDEAU, 2007, p. 209).

30 [...] condições de credibilidade da finalidade de informação (com formatos de investigações, de testemunho, de reconstituição detalhada trazendo a prova da existência dos fatos e da validade da explicação) (CHARAUDEAU, 2007, p. 221).

31 [...] “dramatizações destinadas a tocar a afetividade do espectador” (CHARAUDEAU, 2007, p. 222).

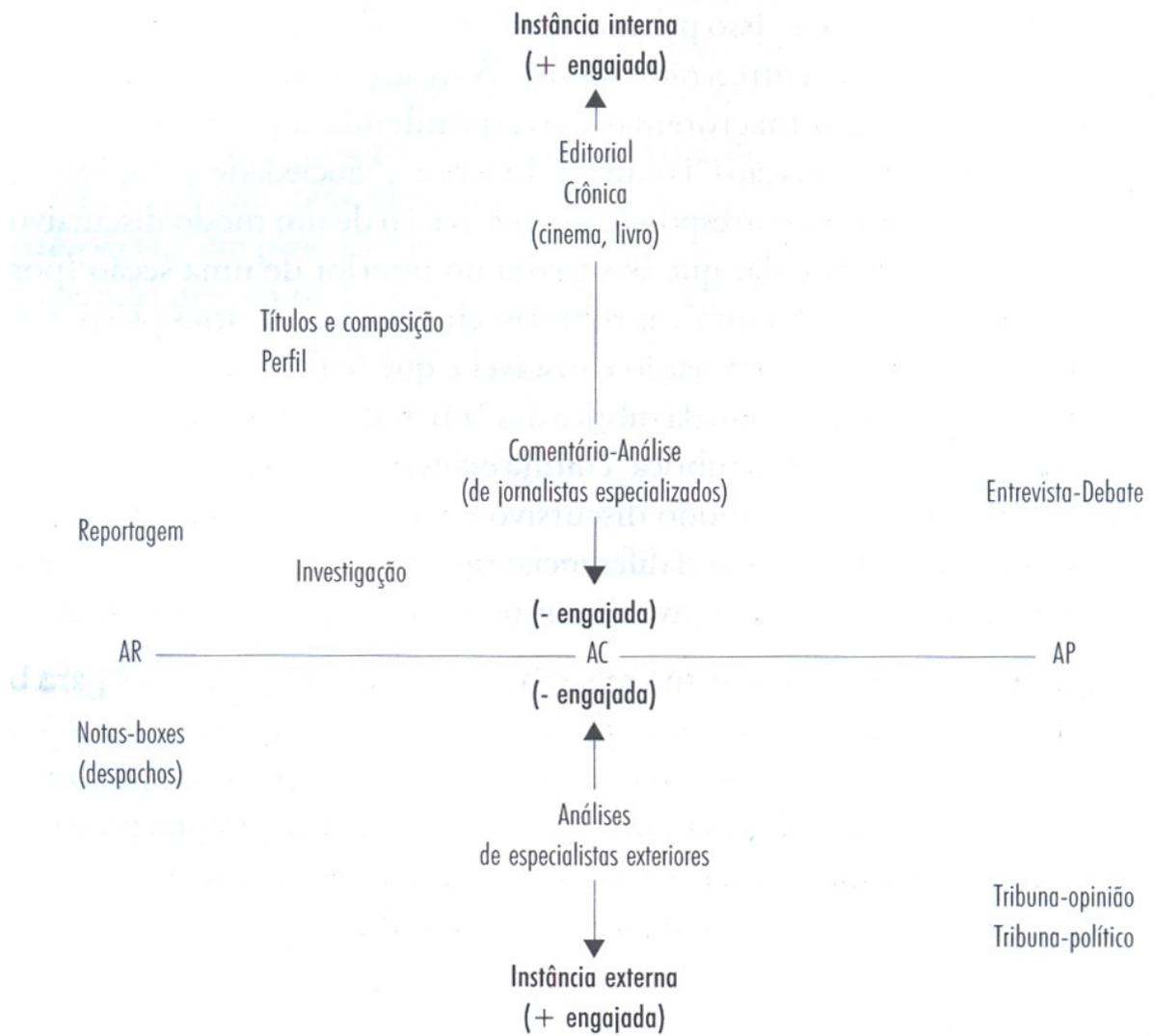


Figura 1. Tipologização dos gêneros

Fonte: CHARAUDEAU, 2007, p. 208.

2.3.2 Reportagem: os limites do gênero

Nesta busca por uma aproximação entre reportagem e biografia faz-se conveniente resgatar aqui algumas definições sobre a reportagem e a sua relação com a notícia. Nas classificações citadas anteriormente, viu-se que notícia e reportagem normalmente estão inseridas no mesmo gênero. Em boa parte das análises, a relação entre notícia e reportagem se dá na forma de um prolongamento, como uma progressão. Albertos (1992), por exemplo, não delimita formalmente os dois gêneros, pois trata notícia como sinônimo de informação, como fato verdadeiro que será apurado e interpretado pelo jornalista. Nesse sentido, o conceito se aproxima do de informação midiática, utilizado por Charaudeau (2007). Porém, na conceituação deste, em que a perspectiva desta pesquisa se inscreve, é necessário observar o grau de engajamento do jornalista na produção do relato, a sua presença na sua enunciação, para a estruturação da reportagem.

No seu clássico *As Notícias*, Traquina (1999) estuda a construção da notícia sem distinção de gênero, ou seja, tratando notícia como reportagem, na noção mais ampla de relato dos acontecimentos. “[...] As notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos. Enquanto acontecimento cria a notícia; a notícia também cria o acontecimento” (TRAQUINA, 1999, p. 168). Ao tratar da construção das notícias, Traquina diz que elas “registram as formas literárias e as narrativas (*news frames*) utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento” (1999, p. 168). Em Traquina observa-se, assim como em Charaudeau (2007), que para a construção da notícia pressupõe-se a existência de uma autoria do jornalista, uma intencionalidade do repórter enquanto produtor do relato e não como mediador. Para ele, esta presença do jornalista na construção da notícia acontece nas suas escolhas narrativas no processo de elaboração do relato.

Como escreve Robert Karl Manoff (1986), a escolha da narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre. Essa escolha é orientada pela aparência que a realidade assume para o jornalista, pelas convicções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas. As narrativas são elaboradas através de metáforas, exemplos, frases feitas, imagens, ou seja, símbolos de condensação (Gamson, 1984). E como as mesmas narrativas podem ser – e são – utilizadas repetidamente, muitas vezes as “novas” são “velhas” [...] As formas literárias e as narrativas garantem que o jornalista, sobre pressão tirânica do factor tempo, consegue transformar, quase instantaneamente, um acontecimento numa notícia (TRAQUINA, 1999, p. 169).

Ao irem fundo nas qualidades narrativas das notícias, Bird e Dardenne (1999)

definem a notícia como “estória”³², narrativas culturalmente construídas, e defendem uma ampliação do entendimento sobre esse processo de construção da notícia. Os autores consideram “[...] seriamente as notícias como narrativas e ‘estórias’ e, deste modo, a relação nada pacífica entre a realidade e as ‘estórias’ sobre a realidade” (BIRD e DARDENNE, 1999, p. 264). Eles observam como este debate sobre a perspectiva das qualidades das narrativas e, por consequência, de uma intencionalidade, ainda são tabus na concepção de valor dos relatos noticiosos para o jornalismo. Em outras disciplinas, como antropologia e história, que, assim como o jornalismo, também narram acontecimentos reais, os seus profissionais estariam a descobrir que para compreender as suas narrativas têm de analisar como são construídas, incluindo os mecanismos de contar a “estória” que constituem parte integrante dessa construção (BIRD e DARDENNE, 1999, p. 264).

Considerar as notícias como narrativas não nega o valor de as considerar como correspondentes da realidade exterior, afectando ou sendo afectadas pela sociedade, como produto de jornalistas ou da organização burocrática, mas introduz uma outra dimensão às notícias, dimensão essa na qual as “estórias” de notícias transcendem as suas funções tradicionais de informar e explicar. As notícias enquanto abordagem narrativa não negam que as notícias informam; claro que os leitores aprendem com as notícias. [...] E poder-se-ia argumentar que a totalidade das notícias como sistema simbólico duradouro “ensina” os públicos mais do que qualquer das suas partes componentes, mesmo que essas partes tivessem como finalidade informar, irritar ou entreter (BIRD E DARDENNE, 1999, p. 265).

Ao conceberem a reportagem como “estória”, os autores reconhecem o jornalismo como produtor de discursos e significado. Tuchman ratifica essa percepção ao dizer que as notícias, como todos os documentos públicos, são uma realidade construída de validade interna própria. “Os relatos noticiosos, mais uma realidade seletiva do que uma realidade sintética, como acontece na literatura, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente” (TUCHMAN, 1999, p. 262). Na construção do relato noticioso, o jornalista traz a sua percepção do fato, a sua noção do “real”, um processo permeado por escolhas. Assim, a reportagem, enquanto gênero jornalístico, abre as portas para a percepção de que a presença de um autor na produção jornalística não traz uma deformidade para o ofício, mas um enriquecimento, principalmente pelo “esforço de interpretação”, como avalia Medina (2009).

32 A palavra “estória” faz referência ao termo *story* utilizado pelos americanos para definir reportagem. Manteve-se o termo na forma utilizada pelos autores para distingui-la de “história”.

A distância que existe entre a realidade objetiva e a representação dessa realidade é percorrida pelo esforço de interpretação. O esforço de produção simbólica na direção de uma narrativa de contemporaneidade minimamente confiável não mais se valia da cartilha positivista, mas pesquisava outros horizontes [...] (MEDINA, 2009, p. 30).

Em outro trabalho, a autora analisa as afinações entre jornalismo e literatura, e avalia que há uma certa sabedoria em denotar de clima ficcional a redação e edição da coleta de informações ao lembrar que “o jargão jornalístico norte-americano consagrou a palavra *story* para nomear reportagem” (MEDINA, 1996, p. 225). Para ela, “o relato jornalístico, para obter o máximo de difusão, tem de ser eficiente: só uma estória bem contada pode aspirar o êxito na comunicação social” (MEDINA, 1996, p. 225).

Esta explanação sobre a reportagem e as discussões sobre as qualidades narrativas dos relatos jornalísticos completam a trajetória proposta neste capítulo de identificação do jornalismo como forma de conhecimento, como instituição, como atividade e como gênero. Da mesma forma, a discussão sobre os gêneros jornalísticos foi empreendida com a finalidade de compreender a biografia como modalidade de relato. Agora, para concluir, procura-se dialogar com os estudos sobre biografia no Brasil, particularmente a partir dos trabalhos de Vilas Boas (2002 e 2006), autor que analisa a produção brasileira desse tipo de narrativa, quando feita por jornalistas, e propõe o seu aperfeiçoamento.

2.4 Cruzada biográfica: entre o jornalismo, a história e a literatura

A interdisciplinaridade do jornalismo, e suas aproximações com história e a literatura, em um movimento transversal de interpretação do significado da reportagem, pode ser explorada na construção do empreendimento biográfico.

Para analisar a biografia na intersecção de campos disciplinares é interessante observá-la como uma experiência estética narrativa jornalística que pode ser compreendida a partir do conceito de Thomas Pavel (1988), de “fusões ontológicas”, utilizado por Ponte (2005) para visualizar pontos de intersecção entre jornalismo e literatura, por exemplo. De acordo com esse autor, essa graduação de interligações entre os campos transparece na utilização de mecanismos referenciais e modais semelhantes, coexistindo dentro do que define como “estruturas de saliência”, onde “os objetos podem pertencer a dois mundos diferentes e possuir características e funções diferentes em cada um deles, manifestando assim fusões ontológicas fortes ou fracas” (PONTE, 2005, p. 30). Por esse viés, entende-se que a esfera das estruturas de saliência abriga as diferentes experiências de produção das narrativas na

convergência entre o factual e o ficcional, como no caso da biografia. Na história do jornalismo e da literatura pode-se identificar dois momentos claros em que estes construíram suas fusões ontológicas: o realismo literário no século XIX³³ e o *New Journalism*. Ambos os movimentos marcaram os modelos de produção jornalística do romance-reportagem e também influenciaram a produção biográfica.

A literatura, por sua vez, na construção da narrativa biográfica, é um campo que aproxima jornalistas e historiadores na observação de um espaço de ficção. Na profunda reflexão de Ricoeur (1997) sobre a noção de que o tempo humano é o tempo recontado, o autor sugere a ideia de refiguração do tempo pelo entrecruzamento da história e da ficção³⁴. “O que se convencionou chamar de tempo humano, em que se conjugam a representância do passado pela história e as variações imaginativas da ficção, sobre o pano de fundo das aporias da fenomenologia do tempo” (RICOEUR, 1997, p. 332). O que Ricoeur relaciona com a noção da escrita da história, proposta por Certeau (1982) a partir da utilização dos recursos da ficção no “discurso da história”:

[...] o historiador é aquele que reúne menos os fatos do que significantes. Ele parece contar os fatos, enquanto efetivamente, enuncia sentidos que, aliás, remetem o notado (aquele que é retido como pertinente pelo historiador) a uma concepção do notável. O significado do discurso historiográfico são estruturas ideológicas ou imaginárias; mas elas são afetadas por um referente exterior ao discurso, por si mesmo inacessível: R. Barthes chama este artifício próprio ao discurso historiográfico, “o efeito do real” que consiste em esconder sob a ficção de um “realismo” uma maneira, necessariamente interna à linguagem, de propor um sentido. “O discurso historiográfico não segue o real, não fazendo senão significá-lo repetindo sem cessar aconteceu, sem que esta asserção possa jamais ser outra coisa do que o avesso do significado de toda a narração histórica” (CERTEAU, 1982, p. 52).

Contudo, apesar dessa concepção da história como relato, percebe-se ainda entre os historiadores, a manutenção de princípios orientadores, como o valor de verdade e de

33 O realismo emergiu no século XIX como uma das principais correntes da literatura ocidental e entrou no início do século seguinte ainda como forte expressão. Seu legado, porém, fixou um paradigma narrativo para a literatura e influenciou o jornalismo, principalmente na fundação do modelo conceitual do gênero de descrever o real, mostrando-o como algo palpável e crível. Émile Zola, Eça de Queiroz, Gustave Flaubert, Honoré de Balzac figuram como alguns ícones do gênero. O olhar aguçado para o detalhe, a busca pelo desmascaramento da realidade, a crítica social contundente, um rigor na apuração e na retratação do ambiente social estão na essência dos textos dos escritores realistas. Ponte (2005) ressalta o processo de descrição no realismo como forma de representação da realidade. Essa natureza descritiva no estilo fundamenta, segundo a autora, o que Barthes (1968) definiu como “efeito de real”.

34 Por entrecruzamento da história e da ficção, entende-se a estrutura fundamental, tanto ontológica quanto epistemológica, em virtude da qual a história e a ficção só concretizam cada uma sua respectiva intencionalidade tomando empréstimos na intencionalidade da outra (RICOEUR, 1997, p. 316).

credibilidade, na interpretação dos fatos e no tratamento crítico das fontes de pesquisa.

Porém, as biografias produzidas por jornalistas, na observação de alguns pesquisadores sobre o tema (seja na história, na literatura ou mesmo no próprio campo do jornalismo), tendem a ser vistas como uma produção ainda superficial do ponto de vista metodológico, como uma pesquisa de questionável valor documental e narrativo, e ainda por buscar um aperfeiçoamento na construção do como contar uma vida, pois estariam arraigadas a modelos pré-estabelecidos, a alguns cânones biográficos³⁵. Schmidt (1997), na sua observação sobre as aproximações entre jornalistas e historiadores na construção do gênero, cita como exemplo a relação com as fontes de pesquisa.

A historiografia, apesar de suas significativas transformações teóricas e metodológicas recentes, manteve-se fiel à tradição da crítica (interna e externa) aos documentos: quem produziu determinado vestígio? em que situação? com quais interesses? Esses questionamentos, primários na investigação histórica, nem sempre estão presentes nos trabalhos jornalísticos (SCHMIDT, 1997, p. 5).

A falta de rigor metodológico também é apontada por Pignatari (1996), para quem as histórias escritas por jornalistas se inscrevem na categoria das biografias romanceadas, marcadamente simbólicas, mais verbalistas do que verbais.

Pertence a esta categoria a quase totalidade das biografias escritas por jornalistas. Só há uma coisa que pode justificar e salvar essa categoria biográfica: é a *qualidade da assinatura*, uma instância mais artística do que a ciência histórica (PIGNATARI, 1996, p. 17). [Grifo do autor]

Na pesquisa sobre biografias no jornalismo brasileiro apresentada logo na introdução deste trabalho, observou-se uma extensa produção nos últimos 30 anos, um movimento que vem crescendo com novos jornalistas aventurando-se pelo gênero. Essa fértil produção ganhou sua devida atenção na pesquisa de Vilas Boas (2002 e 2006), que na dissertação e tese realizadas na Universidade de São Paulo, propôs-se a refletir sobre esse espaço ocupado pelos jornalistas. Na dissertação, Vilas Boas concentra-se na análise do modo de operação dos “jornalistas-biógrafos”³⁶, em como aplicam os recursos jornalísticos e os de outras áreas

35 Os cânones da arte biográfica, segundo Dosse (2009), impõem-se ao biógrafo, como a ideia de que a biografia deve seguir “a ordem cronológica, que permite conservar a atenção do leitor na expectativa de um futuro que desvelará progressivamente o tecido da intriga [...]. A segunda regra é nunca descentralizar demais o herói da biografia, nunca fazê-lo desaparecer no pano de fundo” (2009, p. 56).

36 Expressão utilizada por Vilas Boas para denominar os profissionais que exercem (ou exerceram) o jornalismo

(história, literatura, sociologia e psicologia) na narrativa biográfica.

Investiguei, por exemplo, se *Chatô*, *Mauá* e *Estrela Solitária* continham os fundamentos das reportagens narrativas especiais (para jornais ou para livros) típicas do Jornalismo Literário ou Literatura da Realidade ou *Creative Nonfiction*. Observei o emprego ou não das principais técnicas dessa modalidade de jornalismo; e tracei paralelos contextuais a partir de depoimentos de outros biógrafos experientes, jornalistas e não-jornalistas (VILAS BOAS, 2006, p. 13). [Grifo do autor]

A partir desses depoimentos o autor chega a estabelecer o que chama de características do discurso de jornalistas-biógrafos, como, por exemplo, “a negação da tradição do biógrafo como catedrático defensor de tese(s) sobre o biografado, a preferência por narrar a vida de pessoas falecidas há algum tempo e a crença de que a vida do biografado é o que escreveram, porque acreditam no que escrevem e por que a verdade é a base de uma biografia – logo, o que escrevem é a verdade” (VILAS BOAS, 2006, p. 12-13). Já em sua tese, Vilas Boas deixa evidente que não acredita na possibilidade de uma biografia jornalística, e que ao longo da pesquisa essa hipótese se tornou “insustentável porque é imensa a variedade de intercâmbios possíveis entre diversas áreas que podem contribuir para o conhecimento do indivíduo humano e para a biografia em particular” (VILAS BOAS, 2006, p. 15). Dessa forma, opta por seguir na vereda da “multidisciplinariedade” inerente à narrativa biográfica e propõe o que chama de seis tópicos para o aperfeiçoamento do jornalismo biográfico, paralela à experiência de discutir o biografismo e as suas proposições com o jornalista Alberto Dines, a quem “biografa”.

Vilas Boas (2006) acredita que os jornalistas-biógrafos estão limitados a algumas convenções de uma escrita biográfica, como os cânones de Dosse (2009) que impedem um “salto qualitativo” neste fazer.

Limitações? Sim, a repetição de convenções tácitas que estreitam a percepção do jornalista-biógrafo em relação às possibilidades do biografar. Uma limitação de ordem filosófica se evidencia pela superficialidade com que um autor visualiza/sente a experiência humana e o significado da escrita biográfica. Em uma palavra: cosmovisão (*Esse estreitamento pode estar ligado ao modo de pensar das empresas jornalísticas, das editoras de livros, dos jornalistas-biógrafos e dos articulistas que escrevem sobre biografias em jornais, revistas e sites.*)[...] E a limitação de ordem narrativa? É o estreitamento do campo de visão do biógrafo em relação às possibilidades narrativas – ou seja, em relação aos modos de expressão (forma) possíveis da

e se dedicam também (ou somente) a livros biográficos (VILAS BOAS, 2006, p. 12).

biografia. Esse estreitamento tanto pode ser causa quanto consequência das limitações filosóficas apontadas anteriormente, como veremos (VILAS BOAS, 2006, p. 20). [Grifo do autor]

Assim, o autor estabelece quatro limitações filosóficas relacionadas ao modo de pesquisar e captar do jornalista: 1) descendência; 2) fatalismo; 3) extraordinariedade; 4) verdade. E duas limitações relacionadas ao modo de expressar: 5) transparência; 6) tempo. Ao longo da análise, para ilustrar cada um dos tópicos, o jornalista trabalhou com trechos das biografias *JK, o artista do impossível*, de Cláudio Bojunga, *O anjo pornográfico, a vida de Nelson Rodrigues*, de Ruy Castro, *Fidel Castro, uma biografia consentida (2 tomos)*, de Cláudia Furiati, e retomou as biografias utilizadas na dissertação: *Chatô, o rei do Brasil*, de Fernando Moraes, *Mauá, empresário do império*, de Jorge Caldeira, e *Estrela solitária, um brasileiro chamado Garrincha*, de Ruy Castro. Articulando a análise dessas produções e escrevendo seus diálogos com Alberto Dines, sobre a sua trajetória de vida e sobre o ato de biografar, Vilas Boas (2006, p. 200) constrói a sua “biografia da biografia”, dissecando e questionando alguns vícios dos jornalistas-biógrafos. Um exemplo é a limitação da descendência, em que começar a narração da trajetória de vida pelos antepassados do biografado é um recurso usual que busca e sustenta possíveis referências para a constituição de traços de personalidade do indivíduo narrado, o que para o autor é bastante discutível. Entre as conclusões a que chegou, sugere que a metabiografia se torna possível quando o biografado está vivo, capaz de discutir o processo. “Há nisso [...] uma função mais dinâmica que a de esmiuçar um morto com vistas a um painel, um mapeamento ou um hiper-relatório. O biografado morto [...] possui voz [...] mas não fala por si, não se constitui, não se ressignifica” (VILAS BOAS, 2006, p. 201). Sobre as fontes, nas biografias tradicionais, em que o biografado está morto, o autor acredita que elas são “exteriorizantes – e mais dificultam do que facilitam o acesso ao *self*” (VILAS BOAS, 2006, p. 201).

Outro ponto interessante defendido pelo autor é a transparência dos processos pelo jornalista, que poderia compartilhar da construção, “com pitadas de *making of* [...] e tornar-se mais consciente sobre o seu relacionamento com o biografado (vivo ou morto) (VILAS BOAS, 2006, p. 201). Do ponto de vista narrativo, o autor defende a prática de uma biografia tecida como um hipertexto, em que a narração se daria pela articulação de um conjunto de perfis, em que cada um seria formado por uma “faceta/episódio” do personagem. Assim, o autor conclui pela impossibilidade de se alcançar uma totalidade na biografia.

As propostas de Vilas Boas (2006) mantêm-se como horizontes de diálogos para a reflexão sobre o empreendimento biográfico por jornalistas, provocando e questionando esse

fazer tão caro aos seus produtores. O autor detecta padrões de produção pela observação e análise do texto narrativo final buscando evidências das limitações por ele identificadas.

A pesquisa que aqui se apresenta dialoga com o trabalho desse autor à medida que também investiga o fazer biográfico jornalístico, porém observando o seu avesso: refazendo o caminho de produção, buscando nos rastros deixados as marcas do fazer jornalístico. Nesse percurso o que se propõe não é um aperfeiçoamento do jornalismo biográfico, mas compreender o que é esse fenômeno, buscando a textura única da experiência criadora de narrar uma vida. Sendo assim, segue-se pela vereda biográfica, explorando-se a partir de agora a metodologia da pesquisa, a crítica genética, na busca da gênese criativa.

3 Passeios metodológicos

*O autor deve ser compreendido, acima de tudo, a partir do acontecimento da obra, em sua qualidade como participante, de guia autorizado pelo leitor.
(Mikhail Bakhtin)*

Depois de percorrer as veredas teóricas do universo biográfico e do universo jornalístico, discutindo aporias particulares, mas também afinações entre os territórios, chega-se ao ponto do percurso onde os referenciais para execução da proposta de pesquisa se estabelecem: a metodologia. Ao longo dos estudos realizados para composição deste trabalho, a interdisciplinaridade da biografia como gênero pontuou a reflexão como um todo. Como já foi dito, a biografia se coloca no limiar dos campos em que se inscreve a sua gênese, a história e a literatura, de forma que a complexidade das suas questões é marcada por uma transversalidade inerente. Desta forma, flexionada no campo jornalístico, a biografia complexifica as aporias próprias do campo, expondo, na tensão dos seus limites como gênero, as indagações do fazer jornalístico.

A escolha da biografia como objeto decorreu de questionamentos sobre esse gênero tão popular entre os jornalistas no Brasil e no mundo, com tantos *best-sellers*, mas tão pouco explorado pela investigação acadêmica. Neste trabalho, o interesse recai sobre o processo de produção, o caminho que leva o jornalista à construção de uma narrativa de vida. Para a exploração desse processo criativo escolheu-se como objeto empírico de análise a biografia sobre o padre Cícero Romão Batista, *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão*, do jornalista Lira Neto, na qual se pretende observar e identificar as marcas do jornalismo na estruturação do empreendimento biográfico. Mas se o interesse de pesquisa está na produção, resta a questão: como investigar o processo de produção de uma obra depois que ela é publicada? Como resgatar o processo de criação de um autor nas marcas de investigação deixadas no relato final?

Na busca de uma metodologia que respondesse às questões da dissertação foi ficando claro também que a interdisciplinaridade da biografia se faria presente igualmente no método de pesquisa. Embora do âmbito da comunicação, esta pesquisa investiga objeto, como já se disse, marcado pela transversalidade da história e da literatura. E foi no campo da teoria

literária que se encontrou o método capaz de fornecer as respostas que se buscava - a crítica genética. Assim, neste capítulo, faz-se uma exposição da metodologia, mostrando suas origens, evolução e avanços, as características e a descrição dos procedimentos, o método a ser aplicado.

É importante salientar que o trabalho metodológico realiza-se a partir da articulação entre a crítica genética e os instrumentais teóricos do jornalismo, o que vai permear toda a elaboração do protexto, com a transcrição e análise das cadernetas, manuscritos e texto final. Como será visto adiante, pretende-se incorporar à metodologia a tabela de valores-notícia desenvolvida por Moreira (2006), com 11 categorias de valores-notícia que podem ser utilizadas para a análise das marcas da produção jornalística a partir da conformação desses valores na construção do projeto biográfico. Além disso, observa-se outros pressupostos do fazer jornalístico, como o conceito de enquadramento e as estratégias de comunicação estabelecidas pelo biógrafo.

3.1 A gênese da crítica

A origem da crítica genética remonta, primeiramente, ao nascimento dos manuscritos modernos no século XV, com o nascimento da imprensa e a constituição do papel como suporte no desenvolvimento da tradição da escrita. Até então, os textos literários eram ditados pelos autores e reproduzidos pelos escribas em pergaminhos, papiros e rolos, onde o que é escrito é reproduzido em cópias manuscritas - “sempre únicas, que contêm versões particulares dos textos, com variantes mais ou menos importantes de uma cópia para outra” (BIASI, 2010, p. 14). Nesse período, a constituição do texto medieval se dava de maneira plural, pela quantidade de versões feitas do texto original. E a sua manutenção no tempo também se realizava de forma aberta, pela tradição oral. Com o advento da imprensa, a cultura da cópia sai da mão do escriba e passa a ser produzida de forma mecânica. “A reprodução manual dos exemplares, realizada em cadeia, nos ateliês de escribas religiosos ou laicos (scriptoria), é assim substituída pela multiplicação mecânica de um texto invariante com grande tiragem” (BIASI, 2010, p. 15). Esse é o momento chave que muda a noção de texto e muda também a noção de comunicação. Os manuscritos comunicavam pela cópia e pela recópia, com transformações sistemáticas e variações generalizadas. Dessa forma, assim como a transmissão oral, o manuscrito antigo é um material coletivo.

Já o manuscrito moderno registra uma característica cara à crítica genética, como ciência dos manuscritos: o que constitui um texto é a ideia de uma assinatura (com a noção de

um sujeito) e uma invariância (sedimentada com a invenção da imprensa).

No século XVIII, o conceito de manuscrito literário passa a ser concebido de outra forma, com valor não apenas de comunicação, mas também de autoria.

À medida que se firmam as chances de uma mecanização do livro e da imprensa, o manuscrito, cada vez mais associado à imagem de uma prática privada, se enriquece com uma significação nova fortemente valorizada: escrito “pela mão do autor”, ele se torna rastro de uma criação individual, a testemunha material e a assinatura de um pensamento que está na origem do texto impresso. Por meio dos papéis autógrafos, o que se começa a sentir como verdadeiro alvo do manuscrito é a pessoa do escritor, seu trabalho, seu procedimento, sua individualidade (BIASI, 2010, p. 16).

Nesse período, o que se vê é uma nova geração de escritores que vai pela primeira vez guardar não somente os manuscritos, mas todo o material utilizado para a criação de uma obra. É fascinante observar a valorização do sujeito que se dá pela preocupação dos autores em manter os rastros do seu processo criativo. Esse novo olhar sobre o indivíduo e sua criação culmina com o período de liberdade vivido na França logo depois da Revolução Francesa, quando se estabelece, por exemplo, a liberdade de imprensa, em 1791.

Outro ponto importante no contexto histórico da época é a inversão da imagem do tempo. Até o século XVII todo o sentido estava no passado. Buscava-se na Antiguidade o que havia sido perfeito. A partir do século XVIII, articula-se culturalmente uma noção de indivíduo, de felicidade e de futuro. Por essa visão, o escritor é a figura que tem a missão de buscar o futuro, e isso vai justificar o gesto de doar os seus manuscritos de trabalho. Isso é uma ação de futuro, uma noção de evolução, com o propósito de fazer a manutenção de uma memória e do conhecimento da época, para as novas gerações .

Já no século XIX, o sentido de modernidade dos manuscritos vai além da invariância e da individuação, e chega à industrialização, com a possibilidade da produção em série, com a criação da rotativa e do papel industrial. Essas inovações têm impacto gigantesco para a produção de jornais e de livros, onde o texto passa a ser um produto de massa, produzido massivamente, o que, conseqüentemente, resultaria em consumo por maior número de pessoas.

O processo de emergência democrática de opinião em uma cultura de massa vai dar ao manuscrito de autor uma dimensão considerável, com um maior interesse por parte de colecionadores e especialistas interessados em preservar esse material, que “começam a reunir acervos e arquivos literários privados, às vezes enquanto os escritores estão vivos, antes mesmo da existência do princípio de uma conservação pública desses documentos e das

instituições encarregadas de sua salvaguarda” (BIASI, 2010, p. 18). Os escritores, por sua vez, também se mostram dispostos a oferecer os rastros das suas produções para pesquisa, o que marca, de acordo com Biasi (2010, p. 18), o século XIX como cenário de uma institucionalização do manuscrito moderno.

Vitor Hugo é um caso exemplar desse tipo de iniciativa, ao doar em 1881, em testamento, os seus manuscritos à Biblioteca Nacional de Paris, fato que deu origem, após a sua morte em 1885, à criação do Departamento dos Manuscritos Modernos da biblioteca. A decisão de Vitor Hugo incentiva outros escritores europeus a fazerem o mesmo. Segundo Biasi, autores como Goethe e Edgar Allan Poe diziam que a doação era para que no futuro os pesquisadores pudessem entrar na obra. Essa busca por estabelecer relações com o futuro permaneceu incompreendida até a estruturação da crítica genética como metodologia.

Na crítica genética sempre se trabalha sob a influência dos criadores que nos legaram o material. Por isso, a herança de um manuscrito nunca é inocente, como observa Biasi (2010). Segundo o autor, não há uma soberania dos críticos como em outras teorias críticas. Este é um horizonte da análise que não se deve perder de vista: os geneticistas se apagam por trás da imagem do escritor do texto que vão reconstruir. Trata-se de uma despersonalização. Nesse sentido, deve-se entender o manuscrito, enquanto objeto de pesquisa, como algo muito além e mais significativo que o manuscrito definitivo, “aquele que o autor copia no final a sua redação [...] para fornecer uma versão legível a seu copista (ou datilógrafo), tendo em vista o documento que servirá como texto de referência para a gráfica (BIASI, 2010, p. 21-22).

A abordagem é muito mais complexa:

O manuscrito privilegiado pelos geneticistas seria mais o feio rascunho saturado de rasuras; o documento de redação autógrafo no qual se percebe concretamente o trabalho escrito em estado nascente; o rascunho, mas também o plano, o roteiro, a caderneta, a agenda, o dossiê de notas de leitura, a ideia rabiscada no verso de um envelope, ou uma toalha de papel de uma mesa de restaurante etc. É esse conjunto denso, imprevisível, heterogêneo, enigmático, surpreendente e muitas vezes difícil de decifrar que constitui o verdadeiro objeto da crítica genética (BIASI, 2010, p. 22).

Partindo dessa explanação sobre o nascimento do objeto que deu origem à crítica genética, sua contextualização histórica, e da distinção em relação aos manuscritos antigos, explica-se a seguir a relação entre os estudos de gênese e a filologia, com a instituição da crítica genética como ciência na metade do século XX.

3.1.1 As fronteiras da gênese

Na observação da história que precede a fundação da crítica genética, faz-se necessária uma distinção entre a metodologia e os antigos estudos de gênese. De acordo com Biasi (2010), esses estudos não se detinham sobre os rascunhos da obra, os rastros da produção, mas sobre uma descrição e avaliação estilísticas, limitadas ao levantamento das correções do manuscrito, isto é, da cópia definitiva, ou, no melhor dos casos, das últimas “passagens a limpo”. Dessa forma, uma aproximação entre os estudos de gênese e a crítica genética não procede, tendo em vista que as exigências da metodologia vão além desse tipo de amostragem.

Outro equívoco seria a comparação da crítica genética com a filologia clássica, ciência descobridora dos manuscritos antigos. A filologia teria surgido no século XVIII na Alemanha e depois se difundido pela Europa, com grande destaque na França. Já no século seguinte, tornar-se-ia por excelência a ciência que se dedica às versões sucessivas de um mesmo texto, mais precisamente textos da Antiguidade e da Idade Média. A missão da filologia seria reconstruir uma versão do texto que tenha versões desaparecidas, fazendo o “ajuste das aborescências (*stemma*) que permitem compreender a filiação das cópias” (BIASI, 2010, p. 25). A filologia trabalharia, assim, com a noção de fontes e variantes. Nos textos produzidos na Antiguidade, a fonte é o manuscrito pelo qual se vai analisar a obra. Já as variantes são as diferenças entre o documento fonte e as cópias. Já com o advento dos manuscritos modernos, há uma tentativa de adaptação do método filológico. A concepção, porém, seria completamente distinta:

O problema, é que não existe quase nenhuma relação entre o trabalho intelectual de um escritor moderno que redige (inspirando-se ou não em uma obra anterior) e o gesto do escriba que recopia um manuscrito, modificando-o, para fabricar um livro. Não se trata do mesmo universo (antes e depois da imprensa), nem do mesmo objeto (rascunhos, a forma de um texto). Ora, não se transplanta impunemente um conceito de um campo histórico e metodológico para outro (BIASI, 2010, p. 26).

Este equívoco histórico e metodológico teria se mantido até a década de 1960, quando novos instrumentos de análise surgiram para os manuscritos modernos, em um cenário de ruptura estruturalista, de afastamento e rompimento com a filologia, onde a crítica genética se constitui como um novo olhar sobre a materialidade do manuscrito.

Dessa forma, pode-se definir a crítica genética como uma disciplina pós-estruturalista, surgida entre os anos 1960 e 1970 entre grupos de pesquisadores movidos por um projeto

teórico de conjunto, que visava unir todas as ciências humanas na busca da estruturação do texto. Segundo Biasi (2010), até então era comum pensar os métodos críticos como em concorrência uns com os outros. Na nova perspectiva, passou-se a considerar as ciências humanas como ferramentas para a compreensão textual, algo antes impensável. A teoria do texto fechado foi posta em cheque, pois a crítica genética compreende o escritor pelo seu método de criação, levando em consideração que há um trabalho de documentação, roteiro e correção até chegar à cópia final e que todo esse é tempo necessário para a produção escrita. Esse tempo de gênese permanece no texto, como rastro, como memória. Toda essa mudança de percepção teve origem na França de 1968, através dos estudos de Louis Hay e Almuth Grésillon, a partir de uma pesquisa para a organização dos manuscritos do poeta alemão Heinrich Heine, no Centro Nacional de Pesquisa Científica, de onde se expandiu para uma estrutura que até hoje conduz a operação com a crítica genética na França. Biasi sintetiza:

Oriundos da pesquisa universitária e do Centro Nacional de Pesquisa Científica e reunindo pesquisadores de horizontes críticos muito diversos (psicanálise, narratologia, sociocrítica, temática, linguística etc.), os estudos genéticos literários beneficiaram-se na França de um dispositivo original que, nos anos 1970, permitiu que várias equipes de especialistas (corpus Heine, Proust, Zola, Aragon, Flaubert, Valéry, Nerval, Joyce, Sartre, ...) se agrupassem em uma mesma estrutura: o Centro de Análises dos Manuscritos do CNRS (CAM, 1974), fundado por Louis Hay. [...] Associado à Biblioteca Nacional da França e à Escola Normal Superior, e rebatizado Instituto dos Textos e Manuscritos Modernos (ITEM) quando de sua transformação em laboratório do CNRS, em 1982 esse instituto [...] continua seu desenvolvimento com a criação de novos polos de pesquisa: codicologia, suportes e traçados, edição genética, hipertexto e multimídia, histórias das escritas, teoria da gênese textual, gênese e ciências cognitivas, arquivos da criação (BIASI, 2010, p. 37).

De lá pra cá, o interesse da crítica genética foi-se ampliando para além dos manuscritos literários e hoje recai também sobre o processo de criação artística de uma maneira geral. Essa vertente de estudos se tornou mais relevante a partir dos anos 1990, com a abertura de um espaço para a ação transdisciplinar da crítica genética (SALLES, 2008). Como fica claro na revisão de Biasi (2010), na gênese da metodologia já se manifestava a possibilidade de diálogo com outros campos do saber, buscando novos objetos de análise, com aplicações no cinema, na publicidade, nas artes plásticas, teatro, fotografia, arquitetura e também no jornalismo.

No Brasil a crítica genética vem se desenvolvendo, principalmente, através da Associação dos Pesquisadores em Crítica Genética (APCG), que reúne os principais grupos

de pesquisa no país, com trabalhos que propõem justamente uma renovação nas abordagens, numa perspectiva experimental em outros campos. Assim, o processo de criação é, de fato, o objeto de estudo da crítica genética, que visa entender as imbricações do percurso de fabricação da obra artística, como explica Salles.

Ao nos depararmos com o objeto de estudo da crítica genética, estamos, necessariamente, acompanhando uma série de acontecimentos interligados, que levam à construção da obra: estamos diante de um objeto móvel, um objeto de criação. Na relação entre esses registros e a obra entregue ao público encontramos um pensamento em processo. E é exatamente como se dá essa construção o que nos interessa. (SALLES, 2008, p. 35)

A crítica genética não se fundamenta em objeto que lhe seja próprio, pois pesquisadores de outros campos do conhecimento também utilizam objetos como manuscritos, esboços de pintura, partituras, cadernetas e anotações, por exemplo, em seus estudos. Segundo Salles (2008), o que confere especificidade ao método, o que o distingue de outros estudos que também têm esses documentos como objeto, é o seu propósito. [...] é o fato de tomá-los como índices do processo de criação, suportes para a produção artística ou registros de memória de uma criação, e assim, dar um tratamento metodológico que possibilite um maior conhecimento sobre esse percurso” (SALLES, 2008, p. 30).

Decorre dessa peculiaridade o seu caráter interdisciplinar, pois se abre para a intersecção com outros campos visando contribuir para a revelação de um fazer, de um percurso criativo.

Apesar de aberta à experimentação em outros campos de pesquisa, ainda são esporádicos os trabalhos fora da área da literatura, em âmbito nacional. A opção pela crítica genética como metodologia nesta pesquisa justifica-se pela necessidade de se observar o processo de produção e criação da biografia *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão*, do jornalista Lira Neto, em que a análise recai sobre as cadernetas de produção e sobre os manuscritos cedidos pelo autor. Esses materiais são analisados concomitantemente em relação ao texto final da obra. “[...] O geneticista não estuda o manuscrito em si, mas o processo de criação revelado por ele, por meio das rasuras, das pegadas deixadas pelo escritor durante o processo de criação” (SILVA, 2009, p. 149). Os manuscritos e as cadernetas são os traços deixados pelo autor para que o geneticista possa percorrer os meandros da sua obra, e são definidos como documentos do processo, uma vez que atualmente, com a ampliação dos estudos genéticos, o espectro do corpus das pesquisas é cada vez mais diverso.

No jornalismo, são poucos os trabalhos com essa metodologia. Um exemplo é a tese

defendida por Moura (2007) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que utiliza a Crítica Genética para compreender o processo de investigação do jornalista Caco Barcellos. Moura divide seu trabalho em duas partes: o repórter e o método. Na primeira, faz uma reportagem sobre o jornalista para mostrar a sua trajetória como repórter e as implicações dessa formação no processo de investigação. Na segunda, explica o método de investigação de Caco Barcellos para o livro *Rota 66: a história da polícia que mata* (2002). Nesse processo, a autora mergulha no arquivo cedido pelo jornalista, que chegou a 20 mil documentos catalogados. Ela trabalha com estudos de processos criativos, desenvolvidos principalmente por Salles (2008), que propõem a ampliação do conceito de manuscrito, saindo do círculo exclusivamente literário, para a noção de documentos do processo, ou seja, todo e qualquer registro do processo de criação. A autora desenvolveu a análise sobre o livro em quatro partes, abordando, primeiramente, o método de investigação do jornalista; depois, o processo investigativo em si, marcado pelo diálogo com as fontes, colaboradores e amigos; na terceira parte fez um mapeamento das linguagens que compõem a investigação e, por último, a escritura de Caco Barcellos, entre o jornalismo e literatura. O trabalho dessa pesquisadora é uma referência importante para a aplicação da crítica genética na presente pesquisa.

Contudo, este estudo busca apoio também nos procedimentos metodológicos da genética textual utilizando como referencial, principalmente, o trabalho de Biasi (2008), na orientação das etapas que envolvem esse processo até a análise final. Alguns desses procedimentos foram adaptados devido ao material que se tem em mãos e que constitui o dossiê genético, que será explicado ainda neste capítulo, com a descrição das etapas realizadas. Antes, conceitua-se, no âmbito da crítica genética, os documentos do processo de análise: as cadernetas.

3.2 As cadernetas (documentos do processo): tipos e funções

No processo de apuração, o bloco de anotações do repórter (a caderneta) é um dos principais instrumentos de trabalho. O suporte guarda os registros de entrevistas, esboços de textos, notas sobre pontos importantes da apuração. São as primeiras impressões, as descobertas, os inícios do relato que vão se transformar em narrativa final na forma de uma reportagem, uma notícia, uma entrevista. Para a crítica genética, as cadernetas são objetos de estudo, e podem definir o fio condutor da análise do complexo processo de criação. Na origem dos estudos da análise genética, que se constituíram no campo da literatura, as

cadernetas, diários e cadernos dos escritores foram objetos que delinearão os caminhos da criação textual. Entre rasuras, rabiscos, rascunhos, pequenos desenhos, esquemas de produção, revela-se a elaboração de um capítulo, o perfil de um personagem e, por vezes, rastros da intimidade do escritor na construção da escrita.

As cadernetas dos escritores fazem parte de uma classe de objetos que compreende igualmente seus cadernos e diários – ao menos aqueles que classificamos de ‘íntimos’. [...] Intelectualmente, são conjuntos cuja função é assegurar a disponibilidade simultânea de seus elementos: o escritor tem o todo ‘na palma da mão’. Esta lógica opõe-se à de triagem e à da classificação, que requer páginas móveis. Trata-se de dois princípios de escrita, e é a função que engendra o objeto (HAY, 1999, p. 6).

Escritores e jornalistas compartilham dos mesmos suportes para o desenvolvimento das suas oficinas, que guardam a gênese das suas escritas, os passos das suas pesquisas. Louis Hay (1999) procura estabelecer uma distinção entre cadernetas, cadernos e diários, a partir da definição de cada objeto, tendo como pressuposto o princípio da taxonomia³⁷: “reter, para cada tipo de objeto, a função dominante que permite caracterizá-lo, sem levar em conta a totalidade dos seus atributos, nem percorrer toda a escala dos casos em questão” (HAY, 1999, p. 6).

Seguindo esta lógica, o diário funciona como a “malha da escrita do tempo”. Anotações por datas é o que distingue o diário, que guarda o tempo vivido do escritor e, nesse tempo, o desenvolvimento da escrita. Já o caderno tem como função própria, segundo Hay (1999, p. 7), “oferecer à pena um espaço duplamente interior.” Essa duplicidade se dá em um nível material – o caderno fica sobre a mesa (a caderneta, no bolso): tem seu lugar consignado, o cômodo das escritas – e em nível intelectual, em que o objeto está colocado como o lugar da escrita privada, do “livro secreto”.

Ao definir a caderneta, o autor estabelece o tamanho (a forma do objeto) como determinante da sua principal função, a mobilidade. A partir dessa característica funcional, estrutura uma tipologia para o objeto: a caderneta de esboço, a caderneta de pesquisa e a caderneta compósita. De acordo com Hay (1999, p. 7), a caderneta de esboço guarda “os primeiros instantâneos textuais: versos, ideias, expressões, retidos no próprio instante para não escapar à memória”. Outro tipo de classificação seriam as cadernetas de pesquisa, destinadas à documentação – de fatos, testemunhos, fontes de informação, matéria-prima da sua funcionalidade. Nesse tipo de suporte, registram-se notas rápidas, destinadas a uma obra

37 Ciência da classificação

em andamento, ou, pelo menos, a um projeto de escrita. Já as cadernetas compósitas abrigariam uma complexidade maior, pois apresentariam um universo particular do escritor, em que o rastro dos esboços da escrita e a documentação da pesquisa dividem o mesmo espaço. “Objeto e função se unem aqui para criar lugar privilegiado de uma prática da escrita que registra desordenadamente o efêmero e o essencial, acontecimentos cotidianos e projetos literários, fragmentos de formas ou de ideias” (HAY, 1999, p. 9).

Nesta pesquisa, as cadernetas utilizadas pelo jornalista Lira Neto são o ponto de partida para o trabalho de análise da gênese da construção de *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão*. A partir dos primeiros esboços das cadernetas, trilha-se o caminho da observação do processo de criação das marcas do jornalismo e, desta forma, busca-se a definição da obra como produto característico do campo. Para atingir este propósito, passa-se a descrever as etapas do processo. Com isso, além de desnudar as operações que envolvem a análise genética dos textos, procura-se explicar também conceitualmente, por meio dos estudos de Biasi (2010), Grésillon (2007) e Salles (2008).

3.3 As etapas do processo

O trabalho de investigação sobre o processo de produção textual inicia com a constituição do dossiê de gênese, uma etapa decisiva que corresponde à reunião dos rastros, à montagem do *puzzle* da criação. Essa etapa é determinante porque não há genética sem rastros e o que for organizado e adquirido nesse processo vai definir o andamento da pesquisa. O dossiê pode conter informações internas ou externas à obra trabalhada. Os documentos internos que contribuíram para a formação do manuscrito autógrafo podem ser cadernetas, cadernos, notas, planos de redação, documentos preparatórios, rascunhos, cópias de provas corrigidas. Já os documentos externos à gênese da obra são as correspondências, a biblioteca pessoal do escritor, contratos de edição, arquivos familiares, documentos visuais (pinturas, fotos e vídeos) e sonoros (gravações) produzidos ou reunidos pelo autor. Este amplo universo a ser montado e explorado pelo geneticista deve seguir uma orientação protocolar de organização, porém a sua leitura e interpretação dependerão das intenções do pesquisador, como explica Grésillon:

[...] as motivações que levam um pesquisador a trabalhar sobre determinada gênese podem ser de todos os tipos: escolha de se especializar em um autor sobre o qual tudo o interessa, inclusive a gênese das obras; [...] interesse por um determinado tipo de escritura literária; restauração de manuscritos perdidos e hipóteses sobre a gênese de textos inacabados; exercício genético

sobre qualquer página de rascunho; descoberta durante a leitura de manuscritos de procedimentos recorrentes; [...] Em suma o estalo pode vir tanto do texto impresso, quanto da própria gênese, e essa constatação tem sua importância. Na verdade, não condicionada pela existência do texto impresso e orientada para a defesa e ilustração desse. O texto, impresso e acabado, não é o único alvo do olhar genético (GRÉSILLON, 2007, p. 147-148).

Nesta pesquisa, o dossiê genético é constituído por um amplo material cedido por Lira Neto entre novembro de 2009 e janeiro de 2010. Para se conseguir essa documentação foi realizado um contato com o jornalista no início do segundo semestre de 2009, quando já se delineava a intenção de trabalhar com a crítica genética como metodologia de pesquisa. O conhecimento do autor sobre a pesquisa de gênese foi determinante para que ele concordasse com a cessão dos documentos, já que ele próprio faz uso desse método nas suas pesquisas. Nesse ponto, faz-se interessante comparar o trabalho do geneticista com o trabalho de um biógrafo, uma vez que ambos procuram montar quebra-cabeças: um sobre a obra de um escritor e o outro sobre a vida de alguém.

O dossiê organizado pelo biógrafo também é composto de documentos do biografado, como cadernetas, cartas, fotos, vídeos, gravações que ajudam a compor esse inventário sobre a existência do indivíduo. Assim como muitos biógrafos, existem geneticistas que se dedicam exclusivamente à investigação sobre a obra de uma vida inteira de um autor, e esse trabalho carrega consigo um caráter biográfico, bastante emblemático, pois a trajetória de vida desse autor está também na produção da sua obra. Lejeune (2000) faz uma reflexão sobre contrato autobiográfico e a relação de legitimidade para os estudos da genética dos textos:

O autor de um romance, de um poema, de um ensaio, não se engaja a nada mais a não ser a seu leitor, um objeto de gozo ou de reflexão. Como ele o construiu, é de sua conta, o que ele pode desejar guardar para si. O leitor normal não está preocupado com isso, conhecer a gênese poderia mesmo acabar com o seu prazer. O autor de um texto autobiográfico promete dizer a verdade sobre a sua história. Ora, a história de seu texto faz parte de sua história: é prova disso o número de textos autobiográficos que encenam, mais ou menos explicitamente, sua própria gênese. Por outro lado, o engajamento verdadeiro supõe a possibilidade e a aceitação de uma verificação. O dossiê genético é o lugar mais acessível, e talvez o mais instrutivo, para tal enquete. Ele dá a ver, no segundo grau, o movimento de construção e apresentação da personalidade. Seu conhecimento satisfaz a curiosidade do leitor da autobiografia (LEJEUNE, 2000, p. 7-8).

Pode-se relacionar o que diz Lejeune sobre os estudos genéticos e o pacto autobiográfico na perspectiva da produção biográfica com o contrato referencial em que o

gênero se insere. A biografia também trabalha com o horizonte da verdade sobre a vida narrada (mesmo que se tenha clareza de que dimensioná-la é algo inatingível), mas uma verdade que se faz sobre os limites do biógrafo na sua pesquisa, até onde o seu dossiê consegue chegar. Assim como na biografia, o todo de uma vida e o todo de uma obra pertencem ao intangível. O dossiê genético utilizado nesta pesquisa foi organizado a partir da reunião dos materiais cedidos autor, o que pressupõe uma escolha realizada pelo próprio cedente sobre o que repassar e tornar público, assim como fizeram muitos dos grandes autores no século XVIII que, ao liberarem suas obras para a posteridade, guardavam a intenção, às vezes explícita, de terem suas criações estudadas por futuras gerações, mas a partir de uma seleção que foi e será do autor.

Partindo dessa compreensão, esta pesquisa não visa questionar as escolhas realizadas por Lira Neto na separação dos documentos a serem cedidos (cadernetas e manuscritos), mas, a partir do dossiê genético reunido, atingir os propósitos da análise: compreender as marcas do jornalismo no processo de produção da biografia *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão*.

No protocolo de processos da crítica genética, com o dossiê em mãos, chega-se à segunda etapa: a especificação das peças e determinação dos objetivos que orientarão a pesquisa. É o momento em que o dossiê genético sai do estado bruto e passa a ter uma organização, uma ordenação de produção, com a classificação das peças, o que se designa como protexto. “O protexto é uma produção crítica: ele corresponde à transformação de um conjunto empírico de documentos em um dossiê de peças ordenadas e significativas” (BIASI, 2010, p. 41). Segundo o autor, o protexto redistribui as peças de forma inteligível conforme a diacronia que os fez nascer, numa relação lógica de ordem no tempo de produção e de interação. Deve-se ter claro que essa ordenação é artificial, ou seja, essa documentação nunca foi disposta dessa forma. Ela foi se constituindo no tempo da produção, conforme a manipulação do autor. Porém, traz um retrato de coerência da produção bastante real.

Biasi define a complexidade significativa do protexto na pesquisa científica:

O protexto é o dossiê genético que se tornou interpretável, enquanto o estudo genético é o discurso crítico pelo qual o geneticista dá a sua interpretação e a sua avaliação dos processos por intermédio dos pressupostos de um método específico: poético, sociológico, psicanalítico etc. É por meio desse discurso crítico específico que o geneticista poderá notadamente interpretar as formas e significações da obra à luz do processo dinâmico que as produziu (BIASI, 2010, p. 42).

Para Grésillon (2008), esse interpretável está ligado à noção de construção que

envolve o protexto. Nessa perspectiva, esta produção crítica não designaria mais, necessariamente, “o conjunto dos documentos genéticos de uma obra, já que o crítico pode construí-la a partir de levantamentos de sua escolha” (GRÉSILLON, 2008, p. 149). Essa noção de construção presente no protexto, como ressalta Salles (2008, p. 63), revela “que a subjetividade do crítico é inevitável”, e, portanto, “não se pode negar o fato de que mesmo essa fase de preparação dos documentos já está encharcada do propósito geral da pesquisa”. Dessa forma, pode-se considerar que o recorte realizado no material de pesquisa é feito em função do que o pesquisador procura.

Sendo assim, no cumprimento desta etapa, classificou-se da seguinte forma os 798 documentos que constituem o dossiê genético: 642 cartas (digitalizadas) escritas por 25 personagens citados no livro, nove cadernetas, seis manuscritos impressos, oito manuscritos digitalizados, três esboços de capítulos digitalizados (que o autor denomina de rascunhos), 24 fichários, 48 documentos impressos (cópias de páginas de livros, de cartas e bilhetes do Pe. Cícero e outros personagens que aparecem na biografia, cópias impressas de páginas de sites), sete e-mails impressos, 29 cópias impressas de matérias de jornais, sites e revistas e 19 fotos digitalizadas de edições do jornal *O Cearense*, publicada em 10 de maio e 24 de abril de 1891.

Desse universo, fez-se a seleção dos documentos do processo que serão objetos finais de análise: as nove cadernetas, classificadas numericamente de acordo com uma ordem cronológica estabelecida a partir da leitura do material e da confrontação com as anotações de datas nas próprias cadernetas, como, também, a observação de uma coerência entre a descrição nas cadernetas e a produção dos capítulos. É o que Biasi (2010, p. 42) define como uma “ordem artificial”, que traz “à luz a obra através de um trajeto temporal cujas peças constituem os indícios materiais e as etapas”. Esse tipo de seleção também foi utilizado por Moura (2007) na organização do seu corpus de análise que continha cerca de “20 mil documentos, entre fichas, roteiros, anotações, recortes de periódicos, cópias de processos judiciais, fichas disciplinares, rascunhos, fotografias etc.” (MOURA, 2007, p. 125). Mas, para o conjunto final da pesquisa, ela selecionou “12 fotografias, um caderno de anotações, uma caderneta, um desenho, pautas, roteiros, cartas, laudos de exame de cadáver, registros de consultas de antecedentes criminais, anotações de entrevistas e mais de 100 fichas” (MOURA, 2007, p. 126).

Esse recorte do dossiê de gênese, realizado na pesquisa com o foco nas cadernetas, contempla a necessidade de atingir os objetivos de análise propostos e, ao mesmo tempo, o processo produtivo do jornalista Lira Neto ao longo dos dois anos e meio de trabalho na

construção da biografia sobre o Padre Cícero. O que se faz aqui é uma edição horizontal dos documentos do processo. No trabalho com a crítica genética, segundo Biasi (2010, p. 94), existem dois tipos de edições genéticas: verticais e horizontais. A edição vertical procura, “perpassar integralmente a espessura do dossiê de gênese”. Já as edições horizontais “se interessam por uma fase precisa da gênese”, ou seja, buscam “o estudo de um momento determinado do processo” (BIASI, 2010, p. 94). Porém, na análise e interpretação dos documentos, não há um isolamento desse material, pois ele faz parte de um todo, “apresenta-se como um segmento temporal complexo, muito articulado ao que precede e ao que segue, e cuja significação é essencialmente mediata” (BIASI, 2010, p. 95). Portanto, a opção por uma edição horizontal, com a seleção somente das cadernetas, inclui “uma parte mais ou menos importante de verticalidade” (BIASI, 2010, p. 95), com a utilização do restante dos documentos como referenciais dentro da observação do processo de estruturação da biografia por Lira Neto.

As últimas etapas do processo de aplicação metodológica da crítica genética são a transcrição e a interpretação do corpus, ações que pressupõem um deciframento integral dos documentos. Essas etapas do processo se dão de forma simultânea e complexa, pois são interdependentes, como bem explica Biasi:

É o deciframento dos fôlios que permite comparar, em detalhes, os diferentes estados de um mesmo fragmento e, portanto, classificá-los uns em relação aos outros; mas ao mesmo tempo, é a classificação relativa dessas diferentes versões que permite resolver os problemas de deciframento mais árduos [...] a classificação e deciframento são duas operações inseparáveis que devem ser efetuadas na integralidade das peças manuscritas e, que, como tal, constituem o essencial da investigação própria à genética textual. Apesar da inegável sensação de aventura intelectual e alguns achados às vezes comoventes no decorrer da exploração, o tamanho da dificuldade da tarefa só tem por igual sua austeridade, o que desencorajou de antemão mais de um crítico, mas que protegeu a genética textual de certos efeitos de moda. É essa vontade de exaustividade e de rigor que distingue a genética textual dos antigos estudos de gênese (BIASI, 2010, p. 82).

Na classificação e deciframento está implícito um primeiro nível de interpretação do material. Segundo Biasi (2010), isto revela um caráter cumulativo da crítica genética como ciência, em que a interpretação transcorre em dois níveis: um científico, com a busca do deciframento dos documentos e a sua classificação; e um estético, global, em que se faz a sua releitura a partir de pressupostos teóricos concernentes aos interesses da pesquisa. Para cada pressuposto teórico aplicado se pode encontrar uma nova leitura. Porém, deve-se ter como premissa a possibilidade de perder o poder de síntese da transcrição e o fato de que todas

essas dimensões das leituras podem agir simultaneamente na escrita. Portanto, é importante coordenar todas as dimensões sem deixar de fazer associações.

Com base nesses pressupostos é que se fez a classificação e deciframento dos documentos do dossiê de gênese de *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão*. Em uma primeira leitura para a classificação, fez-se o fichamento de cada uma das cadernetas e dos manuscritos impressos a partir da observação de toda a documentação disponibilizada pelo autor, assim como a leitura e releitura do texto final do livro impresso e, também, a pesquisa sobre a bibliografia utilizada pelo autor e citada nas suas anotações. Na apresentação da interpretação, faz-se a transcrição de partes das anotações dispostas nas cadernetas, a partir dos pressupostos teóricos estabelecidos para a análise, isto é, a busca por marcas da produção jornalística no processo de produção, visando compreender a biografia como produto jornalístico.

3.4 As marcas do jornalismo

Para cumprir o propósito de observar as marcas do jornalismo na produção biográfica parte-se de alguns pressupostos teóricos que orientam a análise do corpus. Como antecipou-se, os objetivos desta pesquisa visam observar e identificar os valores-notícia presentes na produção da biografia sobre Padre Cícero, os critérios de noticiabilidade acionados por Lira Neto para a construção do texto, assim como os enquadramentos e as estratégias de comunicação.

Sobre os valores-notícia, esta pesquisa, como já foi dito, utiliza a sistematização proposta por Moreira (2006), que constrói um quadro com valores-notícia a partir de 13³⁸ estudos sobre o tema. Neste amplo painel, parte de dois pressupostos que estão no topo do quadro: de que as notícias estão submetidas a uma política editorial, caracterizada como critério de noticiabilidade, e de que as notícias têm interesse, um valor notícia “indispensável”. Dessa forma, relaciona os seguintes critérios: atualidade/ineditismo, emoção/dramaticidade, entretenimento, suspense, conflito/controvérsia, proximidade, interesse público/social, importância, excepcionalidade e negatividade. O valor importância é subdividido em mais cinco categorias: consequências, amplitude/impacto, intensidade/gravidade, utilidade/serviço, notoriedade dos agentes. O valor excepcionalidade apresenta-se subdividido em quatro

38 Walter Lippmann (1922), Wilbur Schramm (1949), Fraser Bond (1962), Johan Galtung e Mari Ruge (1965), Herbert Gans (1970), Richard Ericson, Patricia Baranek e Janet Chan (1987), Mauro Wolf (1989), Teun Van Dijk (1990), Pamela Shoemaker (1991), Mar de Fontcuberta (1993), Stella Martini (2000), Lorenzo Gomis (2002) e Nelson Traquina (2002).

categorias: extraordinário/sensacional, incomum/insólito/singular, mudança, imprevisibilidade/inesperado/surpresa. E o valor negatividade também é subdividido em quatro categorias: infração/ilegalidade, negatividade, falha/anormalidade, violência.

A autora explica que nessa classificação alguns valores aparecem associados. Isso acontece “ou porque o mesmo valor aparece referenciado pelos autores utilizando termos diferentes, mas semelhantes no sentido, ou porque o sentido de ambos os valores é tão próximo que eles aparecem quase sempre juntos” (MOREIRA, 2006, p. 100-101). Assim, é com esta classificação que se orienta a análise sobre valores-notícia nas anotações de Lira Neto e na construção da sua narrativa biográfica sobre o Padre Cícero.

Quanto aos critérios de noticiabilidade, usa-se aqui a compreensão de Franciscato (2005), que os apresenta a partir de duas premissas: a de que é possível encontrar no evento noticioso características estáveis e recorrentes que revelariam sua especificidade e a de que esses critérios são, de alguma forma, manuseáveis por jornalistas no seu cotidiano profissional, servindo concretamente como técnica ou recurso de trabalho. Traquina (2001, p. 112), ao problematizar os conceitos de noticiabilidade que estão na base de como as notícias são produzidas, diz que esses critérios “requerem aos jornalistas pressuposições sobre o que é normal na sociedade”. Nessa discussão, recorre a Gitlin (1980), para quem os jornalistas legitimam normas e valores da sociedade ao destacarem nas notícias o diferente, o incomum. Assim, os processos de enquadramento nas notícias são “influenciados pelas pressuposições tradicionais do jornalismo” (Gitlin apud Traquina, 2001, p. 112), como o privilégio das pessoas e não dos grupos, a opção pelo conflito e não o consenso, ou que prioriza somente o acontecimento e não das condições em que é produzido.

Essa noção sobre os enquadramentos está diretamente relacionada ao como contar a notícia, quando, segundo Traquina (2001, p. 87), “os enquadramentos são sugeridos através de metáforas, frases feitas, exemplos históricos, descrições e imagens”. Como se vê, a narratividade está diretamente ligada à construção do enquadramento e este à ideia de “reforço da construção da sociedade como consensual” (TRAQUINA, 2001, p. 91). Tuchman (1999), que entende os acontecimentos noticiosos como “estórias”, diz que essa compreensão alerta para o fato de que a notícia, como todos os documentos públicos, é uma realidade construída, possuidora da sua própria validade interna. Essa compreensão, no contexto do texto biográfico, encontra confluência com a discussão anterior da biografia como gênero, na sua gênese na história e na literatura. Nesta intersecção o como contar é tensionado visando dimensionar a existência narrada e sustentar a verossimilhança com a vida vivida pelo biografado, e assim manter o pacto referencial que orienta a biografia.

Outros pressupostos teóricos do jornalismo que orientam a análise são as estratégias de comunicação estabelecidas pelo biógrafo para contar a história de uma vida. Neste ponto, o estudo apoia-se nas questões sugeridas por Charaudeau (2007), sobre os princípios de seleção dos fatos e como são identificadas as fontes. A primeira questão remete aos critérios de noticiabilidade e aos valores-notícia na organização do discurso de informação, no caso, o ato de relatar o acontecimento. Na segunda, faz-se um mapeamento das fontes, de forma a identificá-las e relacioná-las. No âmbito da reflexão sobre fontes de pesquisa, procura-se tensionar a relação fonte-pesquisador - para o jornalista e para o historiador.

Depois dessa breve explanação, finaliza-se este capítulo uma apresentação do objeto desta pesquisa e de seu autor.

3.5 O autor e a obra

Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão narra a trajetória de Padre Cícero, figura mítica no imaginário brasileiro popular, mesmo para quem está muito distante da cultura nordestina, Padre Cícero se fez presente na vida do jornalista Lira Neto não apenas como personagem de uma história de vida controversa e rica em nuances, mas como uma referência da cultura do seu Estado. Cearense, nascido em Fortaleza, Lira Neto se deparou com a possibilidade de realização da biografia durante a produção do seu primeiro livro, *O Poder e a Peste* (1998), sobre a vida do farmacêutico e cientista cearense Rodolfo Teófilo. Em 1995 começou a coletar material publicado sobre vida do Pe. Cícero e constatou que as publicações enveredavam por dois caminhos: ou o da devoção ou o da difamação.

Ao longo da pesquisa, o jornalista foi traçando sua trajetória na escrita biográfica com o lançamento de *Castello: a marcha para a ditadura* (2004), *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar* (2006), além de *Maysa – só numa multidão de amores* (2007), sobre a cantora Maysa Matarazzo. A dedicação ao projeto biográfico do Pe. Cícero iniciou-se em 2007, quando procurou Renato Casimiro, detentor, à época, do maior acervo sobre o sacerdote – hoje doado à Universidade Federal do Ceará. Casimiro foi a principal fonte de Lira Neto, e lhe abriu um arquivo inédito sobre o padre, com cerca de 900 cartas trocadas com personalidades contemporâneas que ajudam a narrar a história e mostram a formação do mito em torno da sua figura. O pesquisador também viabilizou ao jornalista o acesso aos documentos do Vaticano que revelam todo o processo de excomunhão do padre, assim como a revisão do processo pela Igreja Católica. A biografia, portanto, foi produzida a partir desses materiais, as cartas e os documentos do Vaticano, além de entrevistas e outros arquivos

históricos.

Dividida em duas partes, “A Cruz” e “A Espada”, a biografia tenta compreender o fenômeno Cícero Romão Batista mostrando a vida eclesiástica e política do sacerdote que, mesmo depois da excomunhão, foi alçado à condição santo - *Padim Ciço* - e hoje é resgatado pela mesma Igreja que o renegou para ser bandeira numa “cruzada” contra as igrejas evangélicas.

Nesta pesquisa, percorreu-se até aqui as veredas da biografia, do jornalismo e da crítica genética com o objetivo de compreender o processo de produção da biografia enquanto gênero jornalístico. Após esse longo caminhar, entra-se agora no labirinto onde todos esses caminhos se encontram. A aventura leva à busca de uma saída para um outro caminho que não se pretende definitivo, nem único, mas apenas diferente.

4 Os labirintos da criação

*Da arte ao documento, extraindo fios da mais variada natureza
sínica, o biógrafo arma uma teia interpretante, graças a qual
apreende, capta, “lê” a vida de alguém, tal como a aranha à mosca.
(Décio Pignatari)*

Nos passeios pelos universos teórico e metodológico dos capítulos anteriores cumpriu-se a proposta de criar um roteiro em que se construíram as bases, os pressupostos que orientam esta pesquisa. Neste capítulo, porém, o roteiro que vai conduzir a análise não contempla apenas os objetivos desta, mas também as intenções criadoras do jornalista Lira Neto com a escrita da biografia *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão* presentes nas anotações feitas em nove cadernetas.

Durante a leitura dos documentos do dossiê genético foram feitas várias tentativas de estabelecer uma ordenação das cadernetas, com o objetivo de mapear em quais momentos da pesquisa e da produção da narrativa esses documentos foram utilizados. Dessa forma, foram identificadas nove cadernetas de produção com registros que começam no ano de 2007 e vão até o segundo semestre de 2009, ano da publicação do livro. Seguindo essa sequência temporal de dois anos, fez-se a numeração das cadernetas - de um a nove. Esse ordenamento temporal só foi possível com a leitura em paralelo dos seis manuscritos, como também de parte da documentação disponibilizada, como as cartas, e o texto final. Esse mesmo procedimento foi seguido para a transcrição e interpretação das cadernetas, porém com um recorte dessa parte do corpus. Esse recorte foi necessário porque muitos dos procedimentos utilizados pelo autor foram se repetindo ao longo do processo, observando-se um padrão de criação, o que na transposição do conteúdo e na sua análise poderia se tornar exaustivo e redundante.

Contudo, é importante ressaltar que os manuscritos disponibilizados pelo jornalista contemplam apenas capítulos que integram a primeira parte da biografia, *A Cruz*. Sendo assim, as anotações de pesquisa de Lira Neto que se detêm apenas na produção da segunda parte, *A Espada*, foram excluídas do corpus final, o que não impediu a consulta a essas cadernetas quando nelas também havia alguma anotação que remetesse ao primeiro livro.

Com a leitura e releitura das cadernetas foi possível observar alguns pontos que se

mostram complexos na pesquisa de Lira Neto, como a origem do sacerdote e o fato determinante para o surgimento do mito *Padim Ciço* – o suposto milagre envolvendo a beata Maria de Araújo, que, ao comungar, teria tido as hóstias transformadas em sangue³⁹. A vida de Pe. Cícero é dividida em antes e depois desse acontecimento, uma vez que sua luta para provar a veracidade do milagre ao Vaticano levou à sua excomunhão da Igreja Católica, quando saiu da vida eclesial e tornou-se, além de líder religioso, também um líder político controverso, que fez história no Ceará. Hoje, quase 80 anos depois da sua morte, o padre pode ser reabilitado e beatificado pela mesma Igreja que o expulsou. O milagre e a investigação por parte da Igreja sobre a sua veracidade são pontos centrais em todo o livro, pois toda a reconstituição foi feita pela correspondência trocada entre Cícero, o bispo do Ceará Dom Joaquim José Vieira e outros sacerdotes que participaram do processo de excomunhão, principalmente até o ano de 1891. Esse material é inédito e compreende um total de 900 cartas que pertenciam ao acervo de Renato Casimiro que, como já foi dito, é fonte e principal interlocutor de Lira Neto durante o trabalho de criação da biografia.

A primeira parte do corpus é constituída das cadernetas de número um (C1 2007/2008), dois (C2 2008) e três (C3 2008), que contêm apontamentos, roteiros, registros de fontes e seleção dos principais fatos da vida do Padre Cícero, que envolvem desde o seu nascimento até o início das investigações sobre o milagre. Essas anotações correspondem ao intervalo entre o capítulo 1 e 6 do primeiro livro.

A segunda parte do corpus inclui as cadernetas de número oito (C8) e nove (C9), do ano de 2009, que contêm informações sobre o Prólogo e o Epílogo, textos que são balizadores da amarração final da obra.

A terceira e última parte compreende os quatro manuscritos impressos⁴⁰ cedidos pelo autor que mostram claramente a evolução da produção da biografia ao longo de dois anos. No primeiro, datado de agosto de 2008, Lira Neto ainda mantinha o contrato de publicação com a Editora Globo⁴¹. Não foi possível definir exatamente as datas dos outros três manuscritos. Pela apuração, entretanto, infere-se que M2 seja de 2008 e M3 e M4 sejam de 2009.

Depois desta explicação sobre o delineamento final do corpus, inicia-se a análise pela caderneta C9, que contêm as anotações para o Prólogo, a abertura da biografia. Depois, segue-se com as cadernetas C1 (2007/2008), C2 (2008) e C3 (2008), que contêm os roteiros de

39 A primeira ocorrência do milagre com a beata Maria de Araújo teria acontecido em 1889.

40 Os quatro manuscritos impressos foram divididos da seguinte maneira: M1 (primeira versão do capítulo 1 ao capítulo 6 do livro *A Cruz*); M2 (capítulo 1 ao capítulo 8); M3 (livro 1, *A Cruz*, completo); M4 (cópia do editor do livro 1, *A Cruz*).

41 Depois do cancelamento do contrato, os direitos do livro foram comprados pela Companhia das Letras, atual editora do jornalista.

produção do primeiro e segundo capítulos, e do quarto ao sexto capítulo.

Nesta sequência, não há indicação nas cadernetas sobre o capítulo 3 do livro. Nos M1 e M2 produzidos por Lira Neto, o conteúdo desse capítulo correspondia ao primeiro capítulo do livro, com a descrição, pela primeira vez, do milagre de Maria de Araújo. Nas cadernetas cedidas para esta pesquisa não foram encontrados registros precisos referentes ao capítulo 3. Porém, as observações sobre essa mudança no percurso criativo do biógrafo são contempladas na segunda parte da análise. Por fim, para encerrar o processo de investigação sobre esse corpus, seguem-se os rastros do autor deixados na caderneta C8, que contém as anotações sobre o Epílogo, o fechamento da obra. Para melhor identificação, as transcrições das cadernetas são feitas em itálico.

4.1 Prólogo

As primeiras páginas do livro *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão* narram o começo de um dia na vida do então cardeal alemão Joseph Ratzinger, no ano de 2001, quatro anos antes de se tornar o papa Bento XVI. Naquele momento, o cardeal, na condição de prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, no Vaticano, dava início a uma nova fase na história de Padre Cícero na Igreja Católica, trabalhando na articulação do processo de reabilitação do sacerdote. Pe. Cícero se tornou santo pela canonização popular, arrebanhando milhões de fiéis todos os anos em gigantescas romarias a Juazeiro do Norte, no interior do Ceará, à revelia da sua excomunhão. O fenômeno não passou despercebido pela Igreja Católica, principalmente em um momento em que se vê abalada pela perda de fiéis para as igrejas evangélicas em todo o planeta. O relato dos bastidores dessa articulação está em nove páginas do Prólogo, a última parte escrita por Lira Neto na produção do livro. De acordo com o autor, esse Prólogo surgiu da leitura final da biografia, em que ele, depois de uma conversa com sua primeira leitora, a jornalista Adriana Negreiros, sua mulher, concluiu que havia a necessidade de rever o início do livro, revelando na sua abertura o acontecimento que fazia do resgate da história de vida do Padre Cícero um assunto tão pertinente naquele momento: a decisão do Vaticano de rever o processo de excomunhão do padre nordestino visando à sua reabilitação e, posteriormente, à sua canonização. Lira Neto optou então por abrir a sua narrativa pelo mais recente acontecimento relacionado à história de vida do biografado - mesmo depois de sua morte, uma vez que a memória social sobre a trajetória do sacerdote segue em construção, tanto que está sendo contada por meio da biografia.

Durante a análise, observou-se que no M1, com data de agosto de 2008, não existe

nenhum registro do Prólogo, assim como no M2, quando já há um desenvolvimento maior da obra, com os oito primeiros capítulos escritos. No M3 o autor apresenta uma das suas primeiras versões do Prólogo⁴², próxima a que foi registrada no M4, que é a cópia enviada ao editor Luiz Schwarcz, da Companhia das Letras. O texto passa a integrar o livro nas versões de 2009.

A decisão de Lira Neto em mudar a abertura do livro segue uma “lógica” jornalística: o biógrafo escolheu iniciar a narrativa pelo fato que faz a trajetória de vida de Cícero ser “noticiável” novamente. A produção dessa narrativa e a decisão de colocá-la na abertura do livro foi uma decisão de caráter jornalístico, tomada a partir do critério de noticiabilidade do autor, observando os valores-notícia interesse, atualidade e importância. Na classificação de Moreira (2006), interesse é um valor-notícia praticamente inegociável no jornalismo, um dos requisitos básicos para um acontecimento se tornar notícia, pois algo que não interesse a ninguém não pode ocupar um lugar de destaque em um veículo, como capas de jornais e revistas ou capítulo de livro-reportagem. No caso da biografia em análise, o conteúdo que em jornais ganharia “capa” se tornou o Prólogo, onde o fato que resgata a trajetória do Padre Cícero como acontecimento de interesse – para além da sua figura mítica e emblemática como “santo” para milhões de fiéis – é o interesse da Igreja Católica em rever a sua posição sobre a excomunhão, a ponto de, além de reabilitá-lo, torná-lo santo oficialmente.

Quanto à atualidade, esse valor também se aplica, pois os estudos sobre a possibilidade de reabilitação do Padre Cícero ganharam o noticiário no ano de 2005 (os primeiros movimentos para o processo iniciaram em 2001), com o envio de documentos recolhidos por uma Comissão de Estudos instituída pelo Papa Bento XVI para o Vaticano, onde foram integrados ao processo. Na fase de apuração do caso, como se verá mais adiante, Lira Neto recolhe as reportagens da época, boa parte delas publicada em veículos regionais ou religiosos que mostram como o assunto foi acompanhado. De lá pra cá, o assunto tem sido tratado internamente pela Igreja Católica e voltou à tona com o lançamento da biografia, que, segundo Lira Neto, também passou a fazer parte da documentação do processo. Assim, o assunto chegou às páginas do livro como um acontecimento atual, apesar de não mais inédito, mas pelos fatos novos que agrega.

O valor-notícia importância, segundo Moreira (2006), pode ser subdividido em outros valores que indicam a relevância atribuída ao fato: consequências, amplitude/impacto, intensidade/gravidade, utilidade/serviço, notoriedade dos agentes. Dos cinco sub-valores

⁴² No material disponibilizado, dois manuscritos avulsos registram versões embrionárias exclusivamente do Prólogo. Para a análise final, optou-se pelos manuscritos que mostrassem o desenvolvimento mais completo do primeiro livro, *A Cruz*.

relacionados pela autora, impacto junto ao leitor e notoriedade dos agentes podem ser encontrados no Prólogo. Para o leitor da biografia e devoto de Padre Cícero, por exemplo, o fato de saber que há quase oitos anos (até a data da publicação) há um processo que estuda a sua reabilitação na Igreja tem um impacto muito grande, pois significa a possibilidade de que aquele líder popular religioso poderá finalmente ser reconhecido pela Igreja Católica, algo que dá ainda mais legitimidade ao mito.

Por fim, a decisão de Lira Neto de mudar a ordem do livro, optando por uma abertura “jornalística”, faz pensar sobre como os valores-notícia influenciam a construção da biografia. Recorre-se a Wolf para discutir o papel dos valores-notícia que são descritos como critérios que se ativam em conjunto e segundo as hierarquias que estão sempre mudando. No caso da abertura de *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão*, Lira Neto entendeu que começar pelo que faz do sacerdote notícia novamente era o mais adequado, principalmente depois da conclusão da obra com um Epílogo, que também cumpre uma função noticiável, como se verá mais adiante. Aqui se observa como o jornalista lidou com a questão da temporalidade para reconstruir a trajetória do Padre Cícero, quando, por meio da narrativa, estabelece uma “co-temporalidade” entre a história sobre Cícero e a história de Cícero, local onde se situa o valor de atualidade tão caro aos produtos jornalísticos. Ao trabalhar as estratégias de enunciação da informação midiática, Charaudeau observa como a questão do tempo é significativa na produção do discurso. “A noção de atualidade é de importância central no contrato midiático, tanto que se pode dizer que é ela que guia as escolhas temáticas” (CHARAUDEAU, 2007, p. 133-134). Desta forma, entende que somente o “blefe” da narrativa dá suporte às aporias da temporalidade para o processo de produção do relato noticioso. “O acontecimento é convertido em notícia através de um processo narrativo que se insere numa interrogação sobre a origem e o devir, conferindo-lhe uma aparência (ilusória) da espessura temporal” (CHARAUDEAU, 2007, p. 135). Aqui, pode-se retomar a reflexão de Ricoeur (1991) sobre a hermenêutica da narrativa, na qual propõe a resignificação da experiência humana, do tempo do vivido, pela constituição da narrativa, que se estabelece por meio de três mimeses: pré-figuração, configuração e re-figuração. No caso da biografia, nesta pesquisa entendida como um tipo de reportagem que no âmbito dos textos midiáticos caracterizados por Charaudeau (2007) está situada no quadrante do acontecimento relatado, a narrativa que se configura é a de reconstituição, isto é, quando o acontecimento bruto, ou seja, a vida de Cícero, já se produziu. É nessa perspectiva que se pretende trabalhar as estratégias de operacionalização da narrativa construída por Lira Neto.

Assim, depois desta análise sobre a representatividade do Prólogo na ordenação da

narrativa biográfica, passa-se para análise mais detalhada da caderneta nove e dos movimentos realizados pelo jornalista para a construção deste texto de abertura.

Na primeira página, o jornalista faz um esquema que intitula, primeiramente, de *Apontamentos para o prólogo* e, logo abaixo, define o que será trabalhado: *que tratará do processo de reabilitação de Cícero Romão Batista*. Na sequência das anotações, o autor define qual será a *ação básica*, que deverá abrir o texto, e decide pelo *cenário*:

1. gabinete do cardeal Joseph Ratzinger, Vaticano.
2. Sobre a mesa de trabalho do cardeal, passou o processo de reabilitação de Cícero.
3. Prefeito da Congregação da Doutrina da Fé (Santo Ofício) (Antiga inquisição, que condenou Cícero).

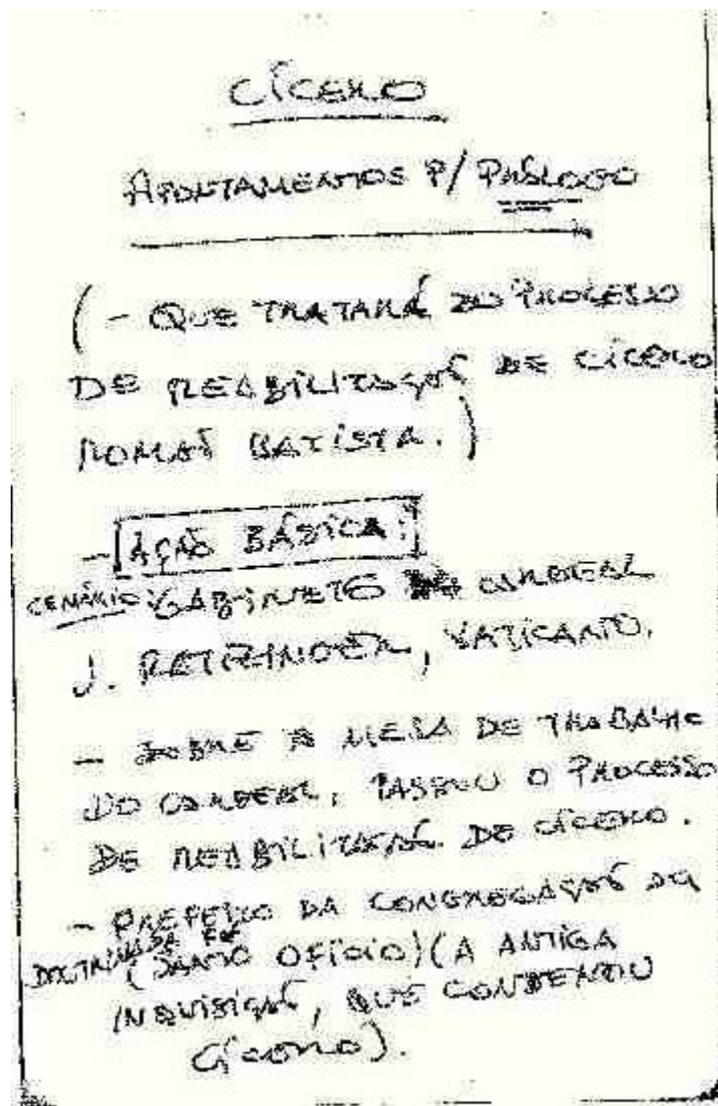


Figura 2. Cenários para o Prólogo

Nesse “cenário”, o jornalista constrói os dois primeiros parágrafos do texto final como um narrador onisciente, um *voyeur*, descrevendo o início de um dia na vida do cardeal na “primavera de 2001”, sua rotina no Vaticano, seus pertences e seu local de trabalho, até o momento em que Ratzinger estava escrevendo o esboço da carta sobre a pertinência de uma reabilitação canônica do Padre Cícero. Para finalizar o segundo parágrafo, escolhe apresentar o seu personagem principal em um pequeno perfil, mostrando a complexidade do biografado:

Um clérigo julgado e condenado como insubmisso, contra o qual os inquisidores da época decretaram a pena de excomunhão. Um reverendo maldito, que a despeito disso continua a arrebanhar milhões de peregrinos e devotos, incansáveis perpetuadores de sua memória: o padre Cícero Romão Batista.” (LIRA NETO, 2009, p. 12).

As escolhas de Lira Neto para a estruturação do Prólogo deixam claro, considerando-se a esquematização na caderneta, a intenção de mostrar quão importante é para a Igreja Católica a figura do Pe. Cícero e a sua reabilitação. A apresentação de Ratzinger ainda como prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, e na época um dos principais interlocutores do papa João Paulo II, antes de se tornar o papa Bento XVI, bem como seu interesse pessoal na revisão do processo de excomunhão, são a demonstração disso. É a manifestação no texto dos valores-notícia importância e notoriedade dos agentes. Neste sentido, Alsina (2009), ao trabalhar a proposta de Galtung e Ruge sobre os fatores que determinam a seleção do que é noticiável e como se consolida essa escala na construção textual, elenca como fator significativo os valores socioculturais.

[...] faz referência a pessoas da elite, a nações de elite [...] Os acontecimentos que se referem a pessoas ou a países que detêm um reconhecido prestígio (o que faz com que sejam representados como modelo) terão mais possibilidades de se tornarem notícia do que os acontecimentos sobre alguém anônimo ou um país que ninguém conhece (ALSINA, 2009, p. 160).

Ou seja, saber que o próprio papa Bento XVI tem um interesse particular na reabilitação de Cícero e fazer dele o personagem principal no Prólogo reforça a posição deste texto no contexto da obra, o porquê do seu destaque, do deslocamento do tema para a abertura do livro e não como uma continuidade da trajetória da figura mitológica do padre. Um valor de seleção de fatos e personagens, mas também uma estratégia narrativa, em que Lira Neto, como “meganarrador”, sem as amarras da simultaneidade, realiza o “trabalho de montagem,

de roteirização, numa posição semelhante à do narrador de uma narrativa de ficção” (CHARAUDEAU, 2007, p. 159), sem perder o horizonte de credibilidade que o obriga a se ater ao acontecimento bruto.

Na perspectiva das orientações de estilo⁴³ pertinentes à construção narrativa da biografia *Padre Cicero – poder, fé e guerra no sertão*, é importante evidenciar algumas estratégias prévias do autor, para assim compreender como o jornalista constrói o seu relato. Para contar a história, Lira Neto empreendeu, além de uma grande investigação sobre a vida do personagem, uma ampla pesquisa sobre a cultura regional. Na região nordeste, a história do *Padim Ciço*, como o sacerdote é chamado por seus devotos, é contada em versos na literatura de cordel. Todos os principais momentos da vida do sacerdote têm registro nessa literatura popular muito tradicional daquela região do país, encontrada em folhetos que ficam pendurados em cordões vendidos nas feiras, nas praças, nas bancas de jornais, em cidades do interior e nos subúrbios. Visando estabelecer essa ligação entre o personagem e a cultura, Lira Neto utiliza a estrutura dos versos do cordel para fazer os títulos de cada um dos capítulos. No Prólogo, o autor começa dizendo: “Nos bastidores do Vaticano, o futuro papa Bento XVI planeja redimir um padre maldito” (NETO, 2009, p. 11).

Em entrevista com o autor⁴⁴, ele afirma que esse tipo de recurso faz parte do seu método de produção, e que já utilizou esse recurso em outras obras, como em *Maysa – Só numa multidão de amores* (2006) e em *Castello – A marcha para a ditadura* (2004). No livro sobre a cantora Maysa, Lira Neto abre cada um dos capítulos com o nome de canções que fizeram sucesso na voz da biografada. Já ao contar a trajetória de vida de Castello Branco, o jornalista inicia os capítulos com frases do hino nacional brasileiro. Esse tipo de estratégia revela o saber narrativo do jornalista, que caminha junto ao seu saber investigativo para a produção da reportagem. O recurso utilizado também pode ser classificado como um valor-notícia de construção, conferindo impacto às chamadas. Eles aparecem geralmente em títulos mais criativos do que informativos (MOREIRA, 2006). O hibridismo biográfico, que transita entre a literatura, a história e o jornalismo, manifesta-se também na utilização dessas estratégias discursivas, em que a escolha das regras do jogo de “como” contar são

43 Como orientações de estilo, conforme Bakhtin apud Ponte (2005, p. 29), entende-se que o discurso não se separa das unidades temáticas particulares, principalmente no que se refere à composição, isto é, às construções particulares do todo do texto, tipos da sua constituição, dos tipos de relação entre o autor, suas fontes, os seus leitores. Nessa perspectiva, Bakhtin compreende que os estilos podem circular de um gênero para outro, numa referência que pode alterar o modo como um estilo aparece em um gênero que não lhe é natural, como também romper ou até renovar o próprio gênero de origem.

44 Em entrevista à autora em 26/11/2009, em São Paulo.

determinantes para a viabilização da produção.

Depois de definir a abertura do texto, Lira Neto sai do cenário do gabinete de Ratzinger e parte para a explicação do “fenômeno” *Padim Ciço*. Para isso, nas suas anotações na caderneta, lista uma série de pontos que se fazem imprescindíveis para a compreensão do que se tornou a mitologia em torno do sacerdote:

romarias

número de romeiros

estátua

fama de milagreiro

Esses apontamentos revelam a necessidade de contextualizar o fenômeno para dimensioná-lo, e isso se faz possível com um retrato do que é hoje o universo em torno da figura do Padre Cícero. Ao recorrer aos números, o jornalista reforça os valores-notícia de amplitude e impacto que sustentam a importância do fenômeno, mas também o porquê de uma biografia sobre o padre e o interesse da Igreja Católica em rever sua posição. Os desdobramentos desses apontamentos podem ser observados no terceiro parágrafo do livro:

[...] cerca de 2,5 milhões de fiéis que acorrem todos os anos a Juazeiro do Norte, cidade localizada a 520 quilômetros de Fortaleza, no interior do Ceará. [...] Em Juazeiro, a multidão compacta paga promessas, acende velas, renova a fé, faz novos pedidos e invoca a proteção de seu guia espiritual. No topo da serra que avizinha a cidade, foi erguida uma imagem gigantesca de padre Cícero, com 27 metros de altura, uma das dez maiores estátuas cristãs de concreto das Américas. Próximo à capela onde está enterrado o corpo do reverendo, na chamada Casa dos Milagres, o testemunho das centenas de milhares de graças alcançadas arrebata o olhar de quem chega à porta. São os chamados ex-votos: fotografias e esculturas de madeira, cera ou barro, que reproduzem partes do corpo humano. [...] Foram deixados ali por doentes terminais que juram ter recuperado a saúde, aleijados que afirmam ter voltado a andar, cegos que dizem enxergar de novo, loucos que asseguram ter recuperado o juízo. Para toda essa gente Cícero é o santo milagreiro, devidamente canonizado pela devoção popular, embora proibido de entrar nos altares oficiais (LIRA NETO, 2009, p. 12).

Em suas anotações, o autor enumera o que chama de *questões principais que pesam sobre Cícero*, e define cinco pontos relevantes na trajetória do reverendo:

1) *desobediência*

2) *idéias pouco ortodoxas (milagres não comprovados, ‘nova redenção’, etc) - nesse*

ponto da listagem, faz uma outra anotação sobre a figura do biografado: *semeador e aproveitador do fanatismo*

3) *violência (cangaceiros) (revolução de 14)*

4) *poder (prefeito, pacto dos coronéis)*

5) *patrimônio*

Cada um desses pontos é desenvolvido ao longo do texto em uma apresentação sobre o personagem e a sua controversa história de vida, numa tentativa de revelar para o leitor a complexidade que envolve o processo de reabilitação do padre, e também como um resumo da história que ele vai encontrar ao longo das 557 páginas. Ao invés de narrar diretamente cada um desses acontecimentos, Lira Neto utiliza o recurso das perguntas, para expor ao leitor a polêmica em torno de padre Cícero e, dessa forma, colocar-se na posição do leitor que, ao se deparar com tantas contradições, também teria dúvidas sobre a viabilidade de uma canonização oficial. Neste ponto, pode-se observar o signo da controvérsia que, aliás, é algo inerente à personalidade do biografado e a tudo que o envolve.

A discutida relação de Cícero Romão Batista com jagunços e cangaceiros tem sido outro entrave à possível anistia cogitada por Ratzinger. Como absolver das penas do Tribunal do Santo Ofício um padre sobre cujas costas os detratores jogam a responsabilidade pela concessão da patente de capitão ao mais feroz de todos os bandoleiros nordestinos, Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, em troca de compromisso para que o ‘Rei dos Cangaceiros’ enfrentasse, em 1926, a célebre Coluna Prestes em sua passagem pelo sertão? Como indultar um clérigo que mesmo antes disso, em 1914, teria benzido rifles, punhais, bacamartes, aparato bélico entregue à jagunçada para promover uma revolução armada, uma sedição que envolveu saques violentos a várias cidades interioranas, provocou a morte de centenas de inocentes e resultou na derrubada de um governo legal? [...] (LIRA NETO, 2009, p. 14) .

Em um primeiro momento, ao narrar a mitologia popular em torno do Padre Cícero a partir da exposição de alguns fatos que a construíram e a sustentam (romarias, estátuas, ex-votos) e mostrar as inúmeras acusações que pesam até hoje contra o sacerdote - descrevendo na forma de questionamentos o cenário nebuloso e repleto de contradições que envolve o processo de reabilitação e uma futura canonização - , Lira Neto expõe o conflito que permeia toda a narrativa da trajetória do reverendo no passado e no presente: Padre Cícero deveria ou não ter sido excomungado? Deve ou não ser canonizado oficialmente pelo Vaticano? Por meio dessa estratégia textual, o autor também revela ao leitor algumas pistas sobre o

personagem, iniciando o processo de sua construção, o que contribui para o estabelecimento de uma espécie de pacto com o leitor, que passa a ter expectativas ao se perguntar “quem é ele?”, “que personagem é esse?”. O personagem que Lira Neto delinea nas páginas seguintes vai adquirindo contornos, sob o valor da controvérsia, da polêmica e da contradição, valores-notícia que asseguram noticiabilidade a essa trajetória de vida.

Em um terceiro momento da produção narrativa do Prólogo, Lira Neto retoma a questão da correspondência de Ratzinger para a Nunciatura Apostólica do Brasil, que trata da possibilidade de uma reabilitação canônica do Padre Cícero. O autor utiliza-se desse fato para contar o início da movimentação no país para que os interesses do Vaticano sejam atendidos. Na caderneta, o jornalista faz primeiramente as anotações para a descrição das ações da *comissão de estudos*, grupo que se formou posteriormente para fazer a investigação da documentação necessária para dar início ao processo de reabilitação do sacerdote. Nesse primeiro apontamento, o jornalista tenta ordenar a forma como teria ocorrido esse processo:

- *Abriram-se os arquivos. (3)*
- *Chegada de Dom Panico (2) recebe aval de Rat [...] (Ratzinger)*
- *Dom Damasceno recebe orientação de abrir processo de reabilitação (1)*

Essa tentativa de estruturação do texto foi posteriormente descartada pelo jornalista com um risco transversal sobre as anotações, uma rasura. Então, logo abaixo, Lira Neto retoma o raciocínio e busca reorganizar os fatos, selecionando os pontos a serem abordados no decorrer do Prólogo:

- 1) *Ratzinger manifesta ao secretario geral da CNBB interesse no assunto*
- 2) *Chegada de Dom Panico ao Crato. Pouco depois obtém aval do cardeal e proclama carta pastoral de apoio a romarias*
- 3) *(Dom Panico) nomeia comissão de estudos que abre arquivos*
- 4) *Enquanto comissão trabalha, Ratzinger é eleito papa. Os documentos tentam trazer à luz a verdadeira história de Cícero*

Na página seguinte da caderneta, Lira Neto faz uma listagem de *Personagens*:

- *Joseph Ratzinger (Bento 16)*

- *Dom Fernando Panico*
- *Dom Tarcísio Bertoni (Secretario de Estado do Vaticano)*
- *Dom Raymundo Damasceno Assis (Arcebispo de Aparecida)* (na sequência, uma anotação de contato com uma assessoria que se supõe ser do arcebispo)
- *Dom José Antônio Aparecido (Arcebispo de Fortaleza)*

Essa lista revela quem são os personagens que se movimentam em torno do processo de reabilitação do Padre Cícero na Igreja Católica, no Brasil e no Vaticano. Inicialmente, dois deles são citados no Prólogo, o Papa Bento XVI e Dom Fernando Pânico. Os outros nomes da lista não aparecem no texto, mas a anotação indica a atividade que desempenham na comissão de estudos.

Para a construção do Prólogo, o jornalista priorizou a figura emblemática do Papa, e do papel desempenhado por ele ao deflagrar o processo no Vaticano, e a figura de Dom Panico, personagem que vai permanecer até o final da narrativa, sobre os episódios que culminaram com a abertura do processo. Os quatro fatos apontados por Lira Neto na caderneta são depois narrados de forma a mostrar, justamente, os bastidores da criação da comissão de estudos para a revisão do processo de excomunhão e o apoio do Vaticano.

A narrativa da história por trás de cada um desses episódios se dá principalmente a partir da consulta a documentos da Igreja no Ceará e a reportagens publicadas na imprensa local e nacional, além de entrevistas. A recomendação de Ratzinger e o apoio às romarias estão registrados em um trecho do *Anátoma ao Acolhimento Pastoral*, em uma cópia colada na caderneta pelo jornalista. Essas informações são ratificadas por um trecho de uma *entrevista de Dom Panico ao site Catolica.net* de 22 de julho de 2005, por uma parte da *segunda carta pastoral de D. Fernando Panico* para os fiéis e, ainda, por uma entrevista de Panico ao jornal *Folha de São Paulo* em 24 de abril de 2005. Todo o material está colado na caderneta, com um registro preciso das fontes que integraram sua pesquisa para compor o relato.

As reportagens na imprensa local sobre o assunto – cópias acessadas na internet pelo jornalista – estão divididas nesta dissertação por datas, de acordo com os assuntos retratados: 2002 – instalação da comissão de estudos que vai rever o processo de excomunhão; 2006 – entrega de toda a documentação sobre o processo, relatórios e pareceres e também um abaixo-assinado com mais de 150 mil assinaturas de fiéis em prol da reabilitação, assim como o apoio de 253 bispos brasileiros; 2007 – matérias que comentam ou questionam a reabilitação. Além

disso, um documento intitulado “A Jornada para a Reabilitação” – que narra todo o processo, com textos, fotos e documentos, como a carta de Dom Fernando Panico ao então papa Bento XVI sobre a necessidade de se levar adiante o processo – apresenta-se como outra fonte para a configuração da narrativa.

Apesar de não serem citadas diretamente por Lira Neto, essas fontes de informação estão articuladas de forma indireta como subsídios para a construção do relato. Ao contrário de uma reportagem em um jornal impresso ou revista, onde as fontes aparecem mais claramente nomeadas, o jornalista faz uso nesse momento de recursos da narrativa literária, sem produzir, em função disso, ficção, e não indica nominalmente de onde tirou tais informações⁴⁵. Já em outros momentos, Lira Neto utiliza recursos como a citação de trechos da carta escrita por dom Panico ao papa Bento XVI para reforçar a necessidade de apoio papal à causa da reabilitação:

Uma carta de dom Fernando ao papa completa a papelada. “Venho com toda esperança e humildade suplicar a Vossa Santidade que se digne reabilitar canonicamente o padre Cícero Romão Batista, libertando-o de qualquer sombra e resquício das acusações por ele sofridas”, escreve o bispo. “Posso testemunhar, Santidade, que as nossas romarias são um baluarte da fé dos pobres, filhos queridos da Igreja Católica, cuja devoção contém e freia, por assim dizer, o avanço das seitas evangélicas na nossa região”, explicita. Na carta, dom Fernando faz questão ainda de recordar que o mesmo Bento XVI, então cardeal, é quem lhe sugerira reabrir os estudos históricos sobre Cícero. “A comissão de estudiosos, ao realizar as novas pesquisas, manteve-se numa discrição objetiva das fontes. À Congregação para a Doutrina da Fé compete a análise de nosso trabalho. E à Vossa Santidade a palavra conclusiva”. (LIRA NETO, 2009, p. 18-19).

Ao discutir as características do relato noticioso, Charaudeau (2007) ressalta o papel decisivo do jornalista, do seu posicionamento dentro da narrativa, para mediar a relação factual e ficcional a partir dos princípios técnicos e deontológicos que orientam a sua profissão. Na análise do autor, está implicada também a posição do jornalista como um narrador, um articulador da narrativa dentro de uma organização, com suas orientações e constrangimentos. Tudo isso também é pertinente à produção biográfica, pois o jornalista leva para esse empreendimento as marcas do seu *ethos*.

Partindo do acontecimento, o jornalista interpreta e analisa em função de sua própria experiência, de sua própria racionalidade, de sua própria cultura, tudo isso combinado com as técnicas próprias do seu ofício. Ele não está,

45 A relação do jornalista com as fontes será retomada na análise das cadernetas um, dois e três, utilizadas para a produção do primeiro ao sexto capítulos do primeiro livro, *A Cruz*.

portanto, na posição de um relator que tem de expor as conclusões de um estudo diante de uma comissão, nem de um especialista que deva apresentar os resultados de uma perícia ou de um estudo científico, o que exigiria um ponto de vista particular e uma instrumentação de análise exterior ao especialista. A posição do jornalista é a de testemunha esclarecida, o que aumenta sua responsabilidade em relatar fielmente os acontecimentos e, ao mesmo tempo, o compromete, pois a narrativa que constrói não pode prescindir da visada de captação (CHARAUDEAU, 2007, p. 156-157).

Na análise dos rastros de produção do Prólogo de *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão* pode-se observar os critérios de noticiabilidade, os valores-notícia, bem como as estratégias empregadas pelo jornalista Lira Neto para construir a narrativa dessa abertura da biografia, e também as suas intenções para a ordenação da grande narrativa, a biografia em si. A opção pela atualidade, ao mostrar os bastidores da movimentação para o processo de reabilitação de Padre Cícero, mostrou o objetivo do autor de compor a biografia pelo enquadramento do noticiável sobre a história de vida do sacerdote. A trajetória de vida do biografado se torna notícia novamente não apenas pela publicação da biografia, com fontes inéditas e por ser a única até o momento fora do ambiente acadêmico, mas por um acontecimento que incide na memória já constituída sobre o personagem e que, por sua vez, vai reconfigurar no tempo a memória sobre a sua existência.

4.2 A Cruz – do primeiro ao sexto capítulos

Antes de iniciar a análise das cadernetas C1, C2 e C3, convém explicar primeiramente como se deu a organização do livro em, *A Cruz*. Inicialmente, Lira Neto pretendia abrir o primeiro volume pelo fato mais significativo da vida eclesiástica de Padre Cícero: o registro do primeiro milagre, a transformação das hóstias da beata Maria de Araújo em sangue. Esse fato é o desencadeador de todas as transformações na trajetória do sacerdote, pois foi pela crença na verdade sobre o milagre que Pe. Cícero foi contra os desígnios da Igreja Católica e acabou sendo punido pelo Vaticano com a excomunhão.

Com essa alternativa de abertura, Lira Neto optava pelo excepcional, o que funcionaria como uma forma de capturar o leitor logo nas primeiras páginas. Como explica Moreira (2006, p. 103), “a excepcionalidade refere-se a fatos incomuns, que representem algo diferente do habitual, isto é, uma ruptura”. A ruptura de que fala a autora pode manifestar-se, nesse sentido, pelo caráter insólito do milagre, pelo que é singular, inusitado, algo no que a descrição do milagre se encaixa perfeitamente. Também há um certo valor de dramaticidade e

suspense nesse episódio, que se manifesta na construção do capítulo, seja na sua posição como primeiro parágrafo ou no título escolhido: “Mistérios no povoado perdido: hóstia vira sangue, beata fala com Jesus” (LIRA NETO, 2009, p. 65). Já na titulação do capítulo vê-se a intenção de provocar impacto no leitor, uma tentativa de firmar com ele um contrato de comunicação, de leitura, criando expectativa de que, pelo que se conta no início, mais detalhes inusitados, singulares e inéditos estão por vir.

Porém, no decorrer da biografia, o jornalista muda o rumo da ordenação do livro um. A alternativa de iniciar o primeiro capítulo deste livro pela descrição do milagre está registrada no M1 e no M2. Já nos manuscritos M3 e M4, esse relato integra o livro um como terceiro capítulo, quando o biógrafo já estabelece que a abertura de *A Cruz* será com um primeiro capítulo que narra o nascimento e a infância de Cícero Romão Batista, como será visto a seguir. Na época da utilização da caderneta C1 para registros, o capítulo que mostraria a infância de Cícero seria o dois. Na primeira página da caderneta, o biógrafo traça um esquema que compreende a infância e a juventude do biografado montando um organograma dos pais e avós do sacerdote:

Mãe: Joaquina Vicência Castão - José Ferreira Castão / Ana de Farias (avós maternos)

Pai: Joaquim Romão Batista (Morto em 1862 de cólera, comerciante. Morreu pobre e endividado) – Capitão Romão José Batista / Angélica Maria do Espírito Santo (avós paternos)

Na sequência da página, há uma anotação sobre o nascimento de Cícero e um pequeno resumo dos seus estudos:

1844 – nasce em 24/março

1864 - entrou no seminário.

Estudou c/ Rufino Alcântara Montezuma que ensinou-lhe as primeiras letras.

Padre João Marrocos ensinou gramática latina

1862 – Foi estudar em Cajazeiras com Padre Rolim

- *Sala de História Eclesiástica – seminário da Prainha*

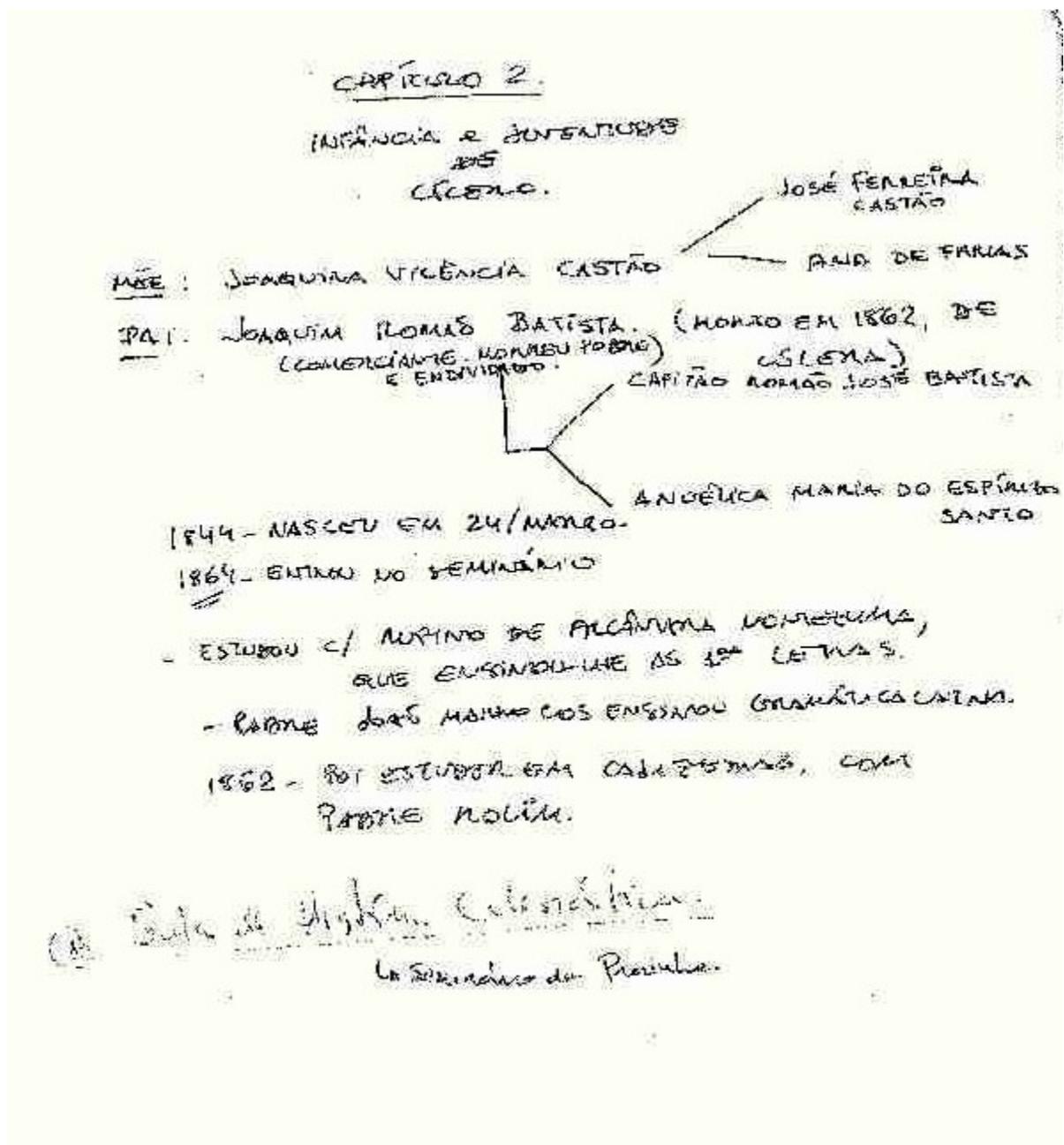


Figura 3. Esboço capítulo 2 para livro "A Cruz"

Esse pequeno roteiro mostra de maneira embrionária o conteúdo do capítulo que abre com a história sobre o nascimento do padre Cícero contada para os fiéis que chegam a Juazeiro do Norte, e que é uma amostra da mitologia construída em torno do padre: Cícero seria a reencarnação de Jesus Cristo. A história, como explica Lira Neto, tem muitas versões, principalmente nos folhetos de cordel. Mas, independentemente das lendas, o nascimento do sacerdote está envolto em uma controvérsia sobre a data da ocorrência, se 23 ou 24 de março.

De acordo com o que está disposto nos livros de batismo da Cúria do Crato, o menino Cícero Romão Batista nasceu naquela cidade cearense no dia 24 de março de 1844. A documentação dos cartórios e das sacristias pode ser mais objetiva do que a narrativa mítica. Mas não é menos sugestiva de significados nem deixa de ser alvo de controvérsias. Há quem aponte, mesmo aí, na letra firme do escrivão, sombra de uma armadilha histórica: Cícero teria nascido no dia anterior, 23, e posteriormente alterado o próprio batistério para vincular sua origem à data litúrgica da Anunciação (LIRA NETO, 2009, p. 24).

Nas páginas da caderneta, pode-se perceber a tentativa do autor em encontrar a verdade sobre a data de nascimento do sacerdote. O jornalista esboça uma série de anotações sobre o assunto baseado em fontes, pesquisadores que, anteriormente, estudaram a vida de Padre Cícero: Azarias Sobreira, padre, autor do livro *O Patriarca de Juazeiro*, Nertan Macedo, jornalista e escritor, autor de *O padre e a beata: a vida do Padre Cícero do Juazeiro*, e Otacílio Anselmo, autor do livro *Padre Cícero - Mito e Realidade*. Nos manuscritos M1 e M2, Lira Neto trabalha a questão das fontes fazendo uso de notas explicativas ao final do livro. Aliás, nesses dois manuscritos (M1 e M2), o texto que trata da origem de Pe. Cícero figura como segundo capítulo do livro *A Cruz* e, nessa primeira ordenação, Lira Neto opta por contar a história sobre a descendência do sacerdote iniciando, não pelo nascimento, mas pelo fato que marca os seus 18 anos: a morte do pai e a sua volta à cidade natal, em 1862. Nessa primeira formulação do capítulo, a controvérsia em torno do nascimento não é abordada, há apenas uma citação de data e um número que indica a nota explicativa ao fim do manuscrito. Somente na nota, ao final desses manuscritos iniciais, o jornalista aborda o fato de haver uma discordância entre os autores que já escreveram sobre a trajetória de vida do padre. O recurso das notas mostra a intenção inicial de embasar o relato revelando um pouco os caminhos percorridos por ele, biógrafo, ao longo da pesquisa, pois ao revelar as fontes de consulta e pesquisa, e ainda, em alguns momentos, discutir o ponto abordado no livro, Lira Neto assume uma posição de busca de credibilidade e objetividade. Porém, faz uso de um modo de apresentação das fontes característico da produção acadêmica e não jornalística, e

ser acadêmico é o que não pretende com a biografia. Charaudeau (2007) problematiza o uso e a citação de fontes na construção de narrativas de jornalistas como estratégias para conferir credibilidade aos relatos:

A instância de produção pode cumprir ou não as exigências de identificação (fontes e signatários), do mesmo modo que pode escolher os modos de identificação (nome próprio/nome comum e diversas modalidades). Tais fatores influem na credibilidade, produzindo efeitos diversos: efeitos de evidência quando a fonte não é citada, mas com o risco de prejudicar a instância de informação se o receptor quiser saber de onde vem a informação sem obter resposta; efeito de verdade e de seriedade profissional se a fonte é identificada com precisão ou se é identificada com prudência sob o modo do provisório, da espera de verificação; efeito de suspeita, se a identificação se faz de maneira vaga, anônima ou indireta (CHARAUDEAU, 2007, p. 149).

Levando em conta essa gama de efeitos descritos por Charaudeau (2007), talvez se possa inferir que Lira Neto tenha optado por essa forma, em um primeiro momento, com o objetivo de conquistar mais credibilidade. Porém, analisando-se os manuscritos M3 e M4 comparativamente à obra publicada, percebe-se que essas notas explicativas foram suprimidas na versão final, onde as fontes aparecem apenas na bibliografia e no índice remissivo. O tratamento das fontes e documentos é um dos pontos em divergência quando se compara as biografias produzidas por jornalistas e por historiadores. A crítica dos historiadores aos jornalistas recai sobre o fato de que nem sempre estes questionam a origem da documentação e a intenção de quem produziu o documento ou fez a sua divulgação. O biógrafo de Cícero, em um primeiro momento, tenta explicitar seus questionamentos e dúvidas sobre questões surgidas na investigação ao criar as notas explicativas. Porém, como a sua construção narrativa não está baseada em preceitos acadêmicos, Lira Neto reserva para as fontes apenas o lugar das referências bibliográficas, e não um espaço de explicação, como as notas que remetem diretamente a trechos do livro, algo que não desqualifica seu relato. No caso do nascimento do sacerdote, por exemplo, Lira Neto cita a polêmica sobre o fato, mas não faz disso o centro da sua reconstituição, trata como detalhe. Tratamento semelhante dá à outra data, a do acontecimento do milagre com a beata Maria de Araújo. Em M1 e M2, o autor faz uma longa nota, em que, ao final, explica por que no livro consta como sendo ocorrência da primeira sexta-feira da Quaresma, no mês de março de 1889. Lira Neto diz confiar nos documentos registrados pelo próprio padre Cícero sobre o caso.

24 de março

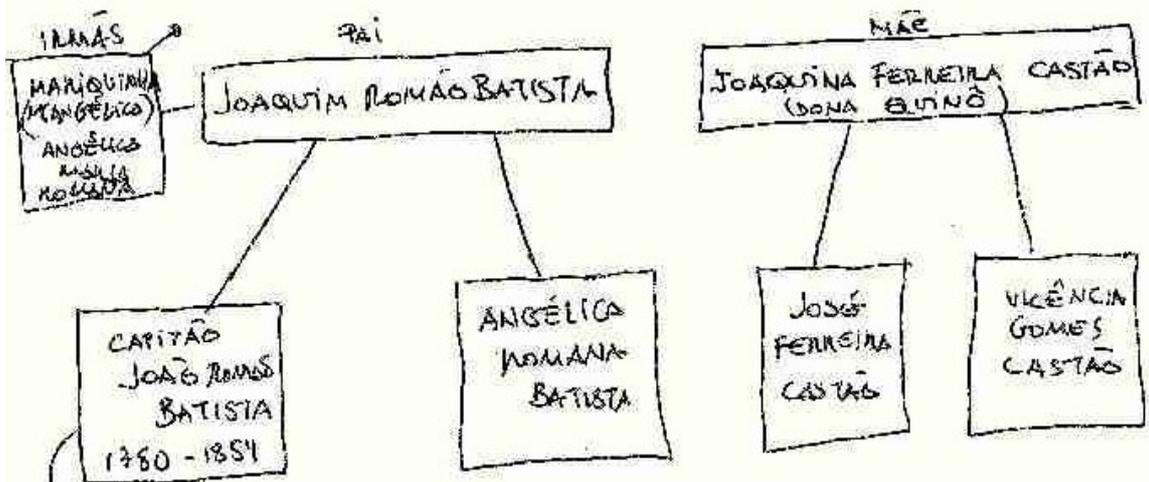
Pe. Cícero Azevedo

- ~~No Serra~~ Infância - chamado de "sinhôneto" ^{por seus} ~~casas~~.
- Nasceu no Centro, do lado do sul da rua 1846 Grande (Azevedo).
- Irmão: Maria Angélica Romana (Marquilha)
Angélica Vicência Romana
- Primeiro professor: Rufino, avô materno (Azevedo)
- outros professores:
 - ↳ Jerônimo
 - ↳ Laureano
 - ↳ Pe. Jos Manoel. → ^{doado} ^{em} ^{pele} ^{de} ^{coza} ^{(suas} ^{atrasadas}
- Aos 16 anos, foi para Cajazeiras (PB), no Colégio do prof. Nolim
- Padrinhos de batismo e crisma.
- ~~No Seminário~~ → ^{trabalhava} na botica do Garrido
- Pai morreu em 1862. (colera)
- Cícero leu a Propaganda Fide, para a evangelização das classes. (Azevedo)
- Jos Brígida tinha o ditamecido da ideia.
- Entrou em 1864; saiu em 1870.
- Com Alus Pequeno hospedava D. Luiz em sua casa.
- ~~Apogeu de D. Luiz~~ → Alus resolveu ^{nas} ^{comunhas} ^{de} ^{algum} ^{tempo}

Figura 4. Sobre o nascimento de Pe. Cícero na obra de Azarias Sobreira

OTACÍLIO ANSELMO

- Cícero teve nascido em 23 e nos 24 de março de 1844.



O comandante do corpo de cavalaria de Pernambuco Filadelfo.

- O PAI MORREU EM 1862. (20 JUNHO) [Cícero também ficou doente em 1862]
- MARIQUINHA, A MÃE MORREU EM 1878, AOS 36 ANOS.
- 1º PROFESSOR: Rufino de Alcântara Montezuma. mestre - 4 anos. Aos 6 anos.
- OUTROS PROFESSORES - LAUREANO - JERÔNIMO.
- JOÃO MARIANO TELES (AOS 12 ANOS) - Latim (livramento)
- CASAZELHAS - Pe. Rolim (PB)

Figura 5. Sobre o nascimento de Pe. Cícero na obra de Otacílio Anselmo

Voltando aos rastros da caderneta, percebe-se o que pretendia Lira Neto na estruturação do que seria o segundo capítulo. Em uma das páginas, ele esquematiza os cenários que deveriam ser abordados.

Igreja Universal – romanização, Concílio Vaticano, Concílio de Trento, Invasão dos Territórios Pontifícios.

Igreja brasileira – questão religiosa, estabelecimento de relação com Roma, reforma na formação dos sacerdotes, justiça religiosa da população.

Igreja no Ceará – criação do bispado, seminário, Pe. Ibiapina (José Antônio de Maria Ibiapina, uma das principais influências na formação eclesiástica de Cícero) e as irmandades, padres corados.

É sob esse contexto que o autor pretende mostrar a formação do Padre Cícero e o início da sua vida eclesiástica. As anotações, ao que parece, indicam a necessidade de contextualizar a pesquisa para melhor compreender a que universo religioso Cícero fez parte na época, pois o assunto não é abordado diretamente no livro. Depois de tentar montar um cenário sobre a infância de Cícero, seu núcleo familiar, seus primeiros anos, o início da sua vida eclesiástica e sobre a situação da Igreja Católica no mundo, no Brasil e no Ceará, Lira Neto volta à caderneta e estrutura o capítulo dois do primeiro livro, que deve conter, em princípio, alguns núcleos de ação:

- 1) *a morte do pai (cólera, dívidas, família, sonho com o pai) – neste ponto Lira Neto também detalha alguns pontos que devem ser explorados: “ao falar do pai, comerciante, fala-se do Crato – centro de distribuição;*
- 2) *Intervenção do padrinho para que Cícero continuasse a estudar em Cajazeiras;*
- 3) *Flash-back: nascimento / primeira professora;*
- 4) *Ambiente místico do sertão – Pe. José Antônio de Maria Ibiapina - anotação sobre voto de castidade de Cícero aos 12 anos;*
- 5) *Seminário;*
- 6) *Ordenação.*

Sobre esse capítulo que contém a infância de padre Cícero, pode-se fazer uma reflexão a propósito de um dos tópicos para o aperfeiçoamento do jornalismo biográfico proposto por Vilas Boas (2006). A partir dos estudos para a sua tese, o autor conclui que há uma tendência entre os jornalistas-biógrafos em trabalharem a descendência do biografado com uma visão

determinista e reducionista, onde há “um apego desmedido à ideia de uma herança familiar definidora de caracteres” (VILAS BOAS, 2006, p. 36). O que o pesquisador questiona é a tendência em algumas biografias em tentar explicar a personalidade do biografado pelas características dos seus antepassados. Nesse aspecto, Lira Neto escapa dessa tendência e faz uma apresentação da família de Cícero, mostrando suas origens, mas sem fazer da sua descendência algo que o defina. A personalidade de Cícero é revelada nos anos de formação eclesiástica, nos aprendizados com os padres professores, já que sua vocação religiosa teria começado muito cedo. Além disso, como explica o jornalista no relato do capítulo, a vida do sacerdote na infância foi sendo construída já a partir da existência do mito *Padim Ciço*: “A história de infância de Cícero, tema de inúmeros folhetos de cordel espalhados pelas feiras do sertão, foi sendo construída assim, por meio de relatos posteriores que buscavam abonar o mito e adivinhar indícios hipotéticos de predestinação” (LIRA NETO, 2009, p. 25).

Para completar a construção do universo de Cícero durante a infância e os primeiros anos na escola e no seminário, Lira Neto registra anotações sobre os conceitos atribuídos ao sacerdote nas disciplinas que cursou no seminário da Prainha. O jornalista lista entre os anos de 1865 e 1868 as datas, as disciplinas, os conceitos obtidos e se foi aprovado ou não. Esse trabalho é relatado no capítulo onde ele diz:

Uma consulta detalhada ao Livro de notas do Seminário da Prainha evidencia que Cícero foi, à época, um aluno apenas mediano. Ao longo do curso, nas diversas disciplinas que frequentou, recebeu dezesseis vezes o burocrático conceito “Bom”, com apenas quatro únicas incidências de “Ótimo”. Por onze vezes amargou o conceito “Medíocre” no boletim, especialmente nas aulas de canto gregoriano e eloquência. Nunca seria, de fato, um grande orador, apesar do decantado carisma pessoal que lhe faria a fama anos depois. Também chegaria a receber a mesma avaliação de “Medíocre” em disciplinas fundamentais, como liturgia, história eclesiástica e teologia dogmática. Crescido em meio ao catolicismo popular dos sertões, era difícil enquadrá-lo na rigidez e na ortodoxia ultramontanas do seminário dirigido pelo reitor Pierre-Auguste Chevalier (LIRA NETO, 2009, p. 40).

Sobre o seminário, o autor lista cinco pontos que envolvem as características do lugar, aberto em 1864 - *prédio isolado do centro, construído com esmolas* - e a situação do ensino eclesiástico no Ceará - *só havia duas outras escolas no Ceará – o Liceu (1845) e o Ateneu Cearense (1863)*. Lira Neto também faz anotações para uma ambientação do lugar: *poucos prédios assobradados na cidade; igreja atraía pescadores e jangadeiros para as missas*. Sobre a disciplina dentro do seminário, o jornalista aponta alguns pontos a serem

considerados: *expulsões, cartas passavam pela leitura prévia do reitor; saídas não autorizadas significavam expulsão; controle sobre a locomoção e a comunicação entre os alunos, livros, jornais e revistas eram controlados.*

Depois de estruturar a descrição do seminário da Prainha, Lira Neto faz um perfil do seu reitor, Pierre-Auguste Chevalier, selecionando alguns pontos importantes:

Nasceu em S. Riquier (Saint-Riquier), em 22 de setembro de 1831

Entrou no seminário aos 13 anos

Ordenado no seminário de teologia de Amiens – 1853/1856

Entrou para a ordem dos lazaristas

1857 – viagem para Brasil/ 1º de março = em direção a Bahia

Fins de março chega ao Brasil. Ficou na BA (Bahia) entre 1857 e 1864. (7 anos).

Nas páginas seguintes, o jornalista segue descrevendo Chevalier, falando das suas atitudes dentro do seminário: *“Chamava os padres para rezar com uma companhia; despertava antes de todos, às quatro horas; confessava os alunos do colégio; dizia-se que não tinha paladar. Comia porque era preciso manter-vivo. Não tinha pratos prediletos. O autor encerra as suas anotações sobre o perfil de Chevalier ressaltando: mandava vir da Europa objetos, livros; atirava bolos e bombons aos seminaristas do alto de uma janela do quarto, no fim do corredor; celebrava a missa no colégio de freiras.* Essas descrições mostram a importância do personagem para a trama e como ele influenciou a formação de Cícero, como o rigor com que dirigia a instituição. Lira Neto tem o cuidado de buscar detalhes sobre Chevalier. Uma observação que se faz necessária é que, ao longo dessas páginas de registros sobre o reitor ou sobre o seminário, não há qualquer indicação de fonte de pesquisa, nem mesmo nas notas explicativas constantes nos manuscritos M1 e M2.

Nas páginas que se seguem, Lira Neto faz uma série de anotações revisando quase 19 anos de fatos, eventos, datas e pessoas que de alguma forma influenciaram a vida de Padre Cícero nesse período. Reproduz-se a seguir algumas das anotações:

**1870/1889 – Igreja no mundo: infalibilidade papal; Igreja no Brasil: questão religiosa; Igreja no Ceará: Ibiapina proibido (1869);*

**D. Joaquim toma posse como novo bispo (1883);*

Trairi / Professor de latim no colégio de José Marrocos / Ida ao Juazeiro (1872) / o sonho/

**reconstrução da capela / *Seminário do Crato (construção) / *Caririáçu – os três últimos*

itens estão assinalados com asteriscos na caderneta, que depois são legendados logo abaixo, na mesma folha, com a seguinte pergunta: *começou com o sonho?*

1871 – (Cícero) chega ao Crato; leciona no colégio de Marrocos; 8/jan – reza a primeira missa; 25/12 – Cícero celebra a missa do Galo em Juazeiro

1872 – 19/janeiro – portaria autoriza Cícero a rezar por um ano em Juazeiro; 11/abril – chega a Juazeiro; 26/set – nomeado capelão em Juazeiro

1874 – D. Luiz autoriza Cícero a angariar esmolas em prol do Seminário do Crato

1875 – Inicia a construção da Igreja de Nossa Senhora das Dores

1877 – (seca) – Carta de D. Luiz pede a P. Cícero para dar aulas no Seminário do Crato; obras da igreja suspensas; Set – (Cícero) pede e recebe autorização para benzer imagens

1878 – carta sobre a seca; morte da irmã (Maria Angélica); carta sobre a consagração da diocese ao Sagrado Coração de Jesus

1883 – Posse de Dom Joaquim; aparece uma cruz, misteriosamente, no peito de Maria de Araújo

1884 – D. Joaquim benze a Igreja; visita pastoral; morre o padrinho (Coronel Antonio Luiz Alves Pequeno)

1886 – Pe. Cícero teria dito a D. Joaquim que sobre “certos fenômenos com Maria de Araújo

1887 – imagem de Nossa Senhora das Dores; nomeado vigário de Caririaçu (na época Freguesia de São Pedro)

1888 – Fundação da Irmandade do Coração de Jesus

O intervalo de tempo revisto por Lira Neto nesse retrospecto de datas identifica o período que compreende o capítulo que o autor define como o terceiro do primeiro livro, ainda nas referências dos manuscritos M1 e M2. Na versão final da obra este é o segundo capítulo, onde a parte da história narrada vai de 1871 a 1889, ano em que acontece o milagre com a beata Maria de Araújo. No esboço desse capítulo, o jornalista faz um primeiro esquema em azul sobre o que seria o seu “esqueleto”. Depois, com caneta preta, o autor faz novas anotações, a partir das primeiras, acrescentando detalhes e fazendo novos esquemas de pontos a serem observados na produção. No primeiro esquema, o jornalista anota o seguinte encadeamento, na vertical, de cima para baixo:

Capítulo 3

o sonho

pós-ordenação

Trairi

professor de latim

ida a Juazeiro

contexto histórico

igreja

seca

fenômenos extraordinários com a beata

A partir de alguns desses pontos listados, o autor “puxa” setas que indicam a ampliação da investigação sobre cada um. Do item *contexto histórico* saem três indicações de abordagem: *Estado – posse de D. Joaquim; Brasil – questão religiosa; mundo – infalibilidade papal*. Logo abaixo do mesmo item, outra anotação sobre o *seminário do Crato*; ao lado, o item *o Cariri* e, acima, a anotação *proibição de Pe. Ibiapina*. Sobre o item *seca*, Lira Neto faz o seguinte registro: *ver o sonho do urso branco – Anselmo, 60*. Já sobre o item *fenômenos extraordinários da beata*, o jornalista assinala *Bispo vai a Juazeiro e Cícero fala sobre* e indica uma seta para o item. Ainda em azul, registra a anotação sobre duas datas que já havia marcado anteriormente: *1884 – morte de Antonio Luis Alves Pequeno* (padrinho de Cícero); *1883 – morre Ibiapina*. Na mesma página, com uma sobreposição de anotações, com caneta de tinta preta, o autor lista de alto a baixo, no lado direito da página, seis itens a serem abordados: *a) Cícero recebe autorização para rezar missa e retorna capelão; b) distribui hábitos a beatas, apesar da proibição do bispo; c) contexto nacional – questão religiosa – D. Luíz apoia* [anotação ilegível]; *d) início da construção da igreja; e) seca*. Já no outro lado da página, à esquerda, o jornalista faz uma listagem de datas com pontos referentes aos períodos: *1872-1875 – questão religiosa; 1875 – início da construção da igreja; 1878 – morre Marquinhos / seca; 1883 – morre Ibiapina / posse de D. Joaquim; 1884 – morre Alves Pequeno / visita de D. Joaquim; 1888- seca/ sonho/ fundação da Irmandade Coração de Jesus*.

Como se vê na descrição da página, Lira Neto conduziu o processo de criação do capítulo a partir de um eixo-guia ao qual voltou várias vezes assinalando novos detalhes a serem observados, pontos a serem reforçados, datas importantes a serem conferidas. O capítulo é amplo e rico em descrições sobre mudanças na vida do biografado, pois relata

quase 20 anos na vida do sacerdote depois da sua ordenação, em 1870. O sonho citado por Lira Neto trata de uma suposta visão que Cícero teria tido de Jesus Cristo com os apóstolos, como no quadro de Leonardo da Vinci, a Última Ceia, durante o qual o Filho de Deus teria pedido ao padre para tomar conta de um grande número de necessitados. De acordo com o relato do jornalista-biógrafo, o padre teria tomado o sonho como destino, e isso o teria guiado na sua missão na Igreja. O fato traz mais uma vez o insólito e o extraordinário para a narrativa, uma referência do autor à mitologia que envolve a vida de Cícero Romão Batista e como essa noção não pode se desprender da construção da narrativa. Na biografia, a identidade narrativa (RICOEUR, 1991) de Cícero Romão Batista se constrói não apenas na flexão do relato do biógrafo com a história vivida pelo biografado, mas também nas múltiplas histórias que sobre ele foram contadas e recontadas na tradição dos cordéis, por exemplo. A partir do relato do sonho, o jornalista narra o início da vida eclesiástica, as relações com seus superiores na Igreja do Ceará, principalmente com o bispo Dom Joaquim José Vieira, antagonista na luta pela comprovação do milagre e um dos principais personagens na biografia. Neste capítulo, os traços de personalidade do controverso padre que se tornaria mito religioso popular começam a se delinear.

Na página seguinte da caderneta C1, o autor dá continuidade à estruturação do seu roteiro de trabalho, agora preparando o quarto capítulo do primeiro livro, que compreende o período de 1890 a 1891. O capítulo é o mesmo na ordenação de *A Cruz* nos quatro manuscritos analisados. Como já se antecipou, o ano de 1889 registra o milagre com a beata Maria de Araújo, um dos momentos críticos na trajetória de Cícero e fato que vai deflagrar todo o processo de rompimento da Igreja Católica com o sacerdote. Assim, no capítulo quatro, o fato já se espalhou pelo sertão e a Igreja Católica, na figura de Dom Joaquim, já se pronunciou sobre o assunto, desacreditando a possibilidade de que a beata pudesse ter hóstias transformadas em sangue, sangrar as chagas de Cristo. No topo da página, logo após registrar que as anotações abaixo se referem ao capítulo quatro, o jornalista faz uma primeira anotação que foi rasurada: *a 1ª comissão de inquérito*. Lira Neto risca a anotação e retoma o ordenamento do esquema com o título *Acontecimentos antes da ida da comissão de inquérito a Juazeiro*. A partir daí, o autor segue com anotações de datas de novembro de 1889 e de janeiro a junho de 1890 que se referem à troca de correspondências entre Padre Cícero e Dom Joaquim sobre o ocorrido com a beata Maria de Araújo:

3 e 4 de novembro de 89 – carta de D. Joaquim a Cícero (Renato Casimiro)

1890:

LEMBRANÇAS:
 ① REPÚBLICA
 ② REVOLTA NO SEMINÁRIO

CAPÍTULO 4 - 1890-1891

A 1ª COMISSÃO DE INQUÉRITO

FRONTISMEMOS ANTES DA
1ª DA COMISSÃO DE INQUÉRITO
A VAZZINI.

3 e ④ de nov. 89 - carta de J. Joaquim a Cícero.
 (Recato Cosmimo)

1890

- ⑦ de jan - carta de Cícero a Joaquim (Miguel Cabral)
- ①9 de jan - carta de Joaquim a Cícero (Recato Cosmimo)
- ②5 de jan - Mons. Montano fala sobre Beato (FM, 150)
- ②7 de jan - Joaquim a Cícero (AXO)
- ⑦ de mar - Joaquim a Cícero (AXO)
- ②9 de mar - Josefa a J. Joaquim (AXO)
- ②1 de maio - Joaquim a Cícero (Recato Cosmimo)
- ④ de junho - Joaquim a Cícero - estrutura a carta de Josefa "meu juízo está formado".

1890

Sole
 revista
 no
 Seminário

Semana Santa de ①891

1891

Março

Lo o facto se repete

→ Marcos Rodrigues Medeiros ataca o

so relatado e publicado em jornal do Recife
 ②1 de maio

malage
 Augusto, 88

J. Joaquim chama Padre Cícero Fontalve. (M. da L. Cosmimo)
 → Padre de outros estados chegam em nome

Figura 7. Esboço capítulo 4 para livro "A Cruz"

7 de janeiro – carta de Cícero a Joaquim (Hugo Catunda)

19 de janeiro – carta de Joaquim a Cícero (Renato Casimiro)

25 de janeiro – Monsenhor Monteiro fala sobre beata (FM, 150) – a referência entre parênteses, pelo que se investigou para esta pesquisa, cita um dos trabalhos de Fátima Menezes que consta na bibliografia final do livro.

27 de janeiro – Joaquim a Cícero (AXO) – aqui há uma anotação feita com caneta rosa sobre o que contém a carta “*ordena que a beata vá para o Crato*”

7 de março – Joaquim a Cícero (AXO) – aqui também há outra anotação sobre o conteúdo da correspondência: “*reforça a ordem anterior*”

20 de maio - “Josefa” a D. Joaquim (AXO) – as aspas no nome indicam uma explicação que aparece no livro: a carta teria sido escrita por Josefa do Sacramento, mãe da beata Maria de Araújo, solicitando à D. Joaquim que não afastasse sua filha. Porém, dona Josefa era analfabeta e não poderia ter escrito a carta.

21 de maio – Joaquim a Cícero (Renato Casimiro) – anotação depois rasurada

4 de junho – Joaquim a Cícero – estranha a carta de Josefa - “Meu juízo está formado”

Entre as datas de 7 de março e 20 de maio, Lira Neto faz uma seta no lado esquerdo da página indicando uma outra data a ser lembrada: *13 de maio – revolta no seminário*. As anotações que seguem no fim da página já se referem ao ano de 1891. O autor anota sobre a *Semana Santa de 1891* e abaixo escreve *o fato se repete* (referente ao milagre). O autor faz uma anotação sobre o mês de março, de onde aponta uma série de itens para observação: *Marcos Rodrigues Madeira atesta o milagre - Anselmo, 88* (referência a uma das fontes, o pesquisador Otacílio Anselmo, já citado anteriormente). Também há uma anotação dizendo que “*o atestado é publicado em um jornal*”, o periódico *O Cearense*. Ainda sobre o ano de 1891, há anotações de uma nova lista com datas que indicam uma cronologia sobre os fatos que se seguiram:

21 de março – D. Joaquim chama Padre Cícero a Fortaleza (Renato Casimiro) / Padres de outros estados chegam e romaria

30 de março – Idelfonso Correia Lima dá novo atestado (Dinis e Ralph, 63) – aqui o jornalista faz uma referência a dois autores que escreveram sobre o suposto milagre, Ralph Della Cava, no livro *Milagre em Joazeiro*, e Manoel Dinis, na obra *Mistérios do Joazeiro: história completa do Padre Cícero Romão Batista do Joazeiro do Ceará*.

29 de abril - Secundo Chaves também – refere-se a Joaquim Secundo Chaves, farmacêutico e

tenente coronel da Guarda Nacional.

18 de junho – Cícero remete a D. Joaquim a cópia do panfleto “Os Milagres de Juazeiro”

16 de julho – Pe. Cícero em Fortaleza

19 de julho – bispo baixa [trecho ilegível] – na sequência da cronologia dos fatos e pelo o que foi observado nos manuscritos e nos livros, refere-se à decisão do bispo D. Joaquim sobre o milagre e a nota religiosa em que ele determina uma série de medidas em relação ao caso.

23 de julho – D. Joaquim escreve a Cícero

28 de julho – petição de apelação

14 de agosto – Pe. Cícero escreve a Joaquim em carta anexa a petição. Diz que Cristo lhe procurou em visão. D. Joaquim rejeita a petição.

Como se pode ver nessa sequência de datas até o início do segundo semestre de 1891, Lira Neto monta a ordenação de fatos que marcaram o início das discussões entre o Padre Cícero e a Igreja Católica para a comprovação do milagre. A reconstrução desse cenário, com a quase formação de diálogos entre os protagonistas, é realizada a partir de documentos oficiais sobre a investigação, cedidos pelo Vaticano, mas principalmente pelas cartas a que Lira Neto teve acesso através de Renato Casimiro – nome que aparece citado nas anotações indicando a proveniência das fontes de informação, detentor de um grande arquivo sobre Cícero Romão Batista, como atesta o jornalista nos agradecimentos finais, na biografia:

Ao saber da minha intenção, Renato animou-se. De pronto, falou-me da pilha de documentos novos que estavam surgindo em decorrência do processo de reabilitação do padre na Santa Sé. Prontificou-se a me ajudar em tudo o que estivesse a seu alcance. Fez-me uma lista de livros que eu deveria ler sobre o assunto e me emprestou dezenas de volumes raríssimos sobre a história do Ceará, do Juazeiro e de Cícero. Era meu “dever de casa”, explicou, com seu peculiar sotaque cariense. Em seguida, assegurou-me do acesso irrestrito a seus inacreditáveis arquivos – composto de jornais de época, correspondências originais, fotos históricas, documentos inéditos. A imensa generosidade de Renato me convenceu de que, enfim, chegara a hora de encarar o desafio de escrever este livro. Por isso, *Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão* é dedicado a ele (LIRA NETO, 2009, p. 530).

Nas anotações da caderneta C1 e de outras ao longo do processo de apuração, o nome de Renato Casimiro aparece com várias indicações, seja pela referência a um documento que pertence ao seu acervo, seja para rever alguns pontos, conferir informações. Ao longo desta análise sobre os rastros da produção da biografia observa-se que Casimiro não é somente a principal fonte de Lira Neto na investigação sobre a vida de Cícero, mas também seu

interlocutor principal. Nos documentos disponibilizados pelo jornalista para esta pesquisa encontra-se um e-mail enviado por Casimiro em 12 de janeiro de 2008, depois da leitura de um manuscrito dos quatro primeiros capítulos da obra, que provavelmente foram escritos no segundo semestre de 2007. Nessa correspondência, Casimiro faz uma série de apontamentos sobre o texto, que vão desde termos e elementos históricos à revisão bibliográfica e das citações nas notas explicativas, bem como expressões e temas abordados nos capítulos. No e-mail, Casimiro mostra-se entusiasmado com o trabalho realizado por Lira Neto até aquele momento e se mantém à disposição para novas consultas. A relação de proximidade entre o jornalista e sua fonte principal - Casimiro aparece como um consultor neste caso - é tratada por Santos (1997) quando estabelece as funções na díade fonte-jornalista:

Na maior parte dos casos, as fontes são apresentadas como antagonistas no decurso da notícia. O jornalista, na sua permanente busca por objetividade, obriga-se a apresentar vários pontos de vista em discussão. Atribui-se o papel de parte interessada à fonte quando o jornalista descreve antecedentes à “estória” e contacta fontes que se relacionam de qualquer modo com a situação narrada. Os papéis de mediador e intermediário podem ser desempenhados quer por fontes (conselheiros, etc.) quer por jornalistas (artigos de opinião). A representação de múltiplos papéis e a sua troca permanente articula-se com diferentes enquadramentos dados a um acontecimento – econômicos, sociais, políticos, de desvio e conformidades morais (SANTOS, 1997, p. 183).

Como “funções das fontes”, podemos compreender que, no caso da produção desta biografia, Renato Casimiro exerceu o papel de intermediário entre o jornalista e os arquivos inéditos que contribuíram para a produção da biografia. No caso das cartas, em alguns capítulos, os trechos foram articulados de forma a dar um efeito de realidade à narrativa, no sentido de se fazer o leitor ter uma noção aproximada do que estava em jogo no embate pela comprovação do milagre. Um artifício que beira o literário, o ficcional.

Nas anotações que se seguem, Lira Neto procura estruturar os capítulos cinco e seis do primeiro livro, *A Cruz*, que encerram o ano de 1891, mas aborda dois desdobramentos em torno da comprovação do milagre: no capítulo quinto, a abertura da investigação, com a ida da primeira comissão de investigação e o depoimento de Cícero, e no sexto capítulo, o depoimento da beata Maria de Araújo, a demonstração do milagre para os investigadores e o desenvolvimento do inquérito. Nesses dois capítulos, Lira Neto desenvolve uma narrativa minuciosa, pontuando data por data os fatos e acontecimentos que marcaram a passagem da comissão por Juazeiro. A reconstituição é previamente organizada nas anotações da caderneta:

Capítulo 6

Trabalho da comissão - 9 de setembro a 13 de outubro

6 set. Chegada da Comissão e início do retiro

7 set. Retiro

8 set. Retiro

9 set. - início dos trabalhos – Portaria lida na Igreja de Nossa Sra. das Dores – feita por padre Antero, secretário da comissão.

– Maria de Araújo é ouvida pelos teólogos.

Na caderneta, a descrição das datas vai até o último dia de trabalho da comissão, num plano temporal do ano de 1891 que segue também na caderneta C3, com anotações de datas e fatos até o mês de dezembro. Contudo, na C3, diferentemente dos registros da C1, ao final de cada data há a identificação de um *ok!* ao final, o que indicaria já nesse ponto da apuração um trabalho de conferência de tudo o que diz respeito ao ano de 1891. Ainda na caderneta C2, constam escritos de pontos que devem ser acrescentados ao capítulo seis:

Acrescentar ao capítulo 6

1- reação da população do Crato à presença de M. Araújo na cidade.

2 - Cartas de Marrocos.

3 - “Aditamento de Cícero”

Todos esses pontos também estão com sinais que indicam um visto ao lado, um registro de revisão. Os acréscimos e modificações foram feitos não no capítulo seis, mas no capítulo sete do livro um, *A Cruz*.

A análise feita até aqui mostra o processo de apuração, sistematização e posterior articulação do vasto universo de informações acessado por Lira Neto para a construção da narrativa. Pode-se observar nesta etapa, assim como no Prólogo, que o autor desenvolve um processo bastante organizado e detalhado de busca de informações, chegando ao ponto de repetir procedimentos com vistas a obter o máximo de esclarecimento sobre os dados. Apesar da supressão da referência direta às fontes no texto final, por exemplo, vê-se que nos bastidores da arquitetura da escrita os questionamentos, as dúvidas e a indicação sobre a proveniência da informação são práticas recorrentes do autor.

4.3 Epílogo

Assim como no Prólogo, também no Epílogo Lira Neto faz uma volta no tempo para dar um fechamento à sua narrativa sobre a história de vida de Padre Cícero. Nesse texto, o valor-notícia atualidade fica evidente, pois o jornalista escolhe como pano de fundo as celebrações do 75º aniversário da morte do padre, em Juazeiro do Norte⁴⁶. As anotações sobre essa parte da obra estão registradas na caderneta definida nesta pesquisa como C8, com data de 2009. Ao contrário do Prólogo e dos outros capítulos selecionados para análise, não há entre os materiais disponibilizados pelo autor um manuscrito referente ao Epílogo. Portanto, a interpretação que se faz é decorrente da relação direta entre o rastro de produção encontrado na caderneta e o texto final publicado.

Contudo, antes de começar a análise da caderneta em questão, é interessante observar o título do Epílogo: *Uma nova guerra santa é declarada no sertão: “O padre Cícero é antivírus contra evangélicos”*. O título é composto como a chamada de uma matéria, a manchete sobre a notícia que define o contexto em que acontece o lançamento da biografia: uma campanha da Igreja Católica para a reabilitação de padre Cícero e o entendimento de que ele é uma alternativa para o catolicismo no Brasil fazer frente ao crescimento das igrejas evangélicas. A frase que fecha a “manchete” foi dita pelo bispo do Crato, Dom Fernando Panico, em uma entrevista ao jornal *The New York Times*, em março de 2005, que Lira Neto reproduz quase no final do Epílogo. Dom Panico, como já visto, é o articulador da reabilitação canônica do Pe. Cícero no Brasil. O biógrafo evidencia a importância desse processo em um dos últimos parágrafos do texto:

Um dos mais ardentes defensores da reabilitação canônica de Cícero, o bispo do Crato, o italiano Fernando Panico, não esconde mais de ninguém que a Igreja Católica realmente decidiu encarar o assunto como uma nova cruzada. Também já ficou evidente que a missão que foi confiada pela Santa Sé a Panico é exatamente esta: barrar o avanço dos protestantes (LIRA NETO, 2009, p. 522).

O que se pode depreender dessa chamada é a intenção do jornalista em definir o foco do seu relato, ou seja, o Epílogo mostra como está a campanha pela reabilitação de Cícero três ou quatro anos depois da remessa dos documentos da investigação feita no Brasil para o

⁴⁶ A cidade passou a se chamar assim a partir de 1946 para se diferenciar do município de Juazeiro na Bahia. Faz-se essa observação porque nas anotações das cadernetas um, dois e três realizadas posteriormente a aparecem citações sobre a cidade somente como Juazeiro.

Vaticano, e, também, como uma nova biografia sobre o sacerdote se faz pertinente nesse cenário.

Saindo do texto final para a análise dos dados da caderneta, encontra-se na primeira página anotações sobre os detalhes de um voo, sem especificar a data em que teria acontecido:

voo 6173

SP (CGN) – BSB – MK28 (Ocean Air)

- *Poltronas de couro sintético cinza.*
- *Avião parece um tanto quanto obsoleto. Conferir a idade.*
- *Saiu com + 1h de atraso de SP, às 10h30.*
- *Em Brasília, o voo seguinte, em conexão, havia partido.*
- *24h de molho em BSB.*
- *Merda!*

Como se pode ver nos apontamentos acima, Lira Neto inicia as anotações sobre o voo já com a intenção de usar os dados para uma produção posterior. Escreve sobre as características do avião, número do voo, e salienta a necessidade de conferir a data de fabricação da aeronave. Essas indicações constam no primeiro parágrafo do Epílogo, onde o jornalista narra a sua visita a Juazeiro do Norte durante as celebrações do aniversário de morte de padre Cícero: “A comissária de bordo do MK-28 vermelho e branco pede que os cem passageiros provenientes de Brasília e São Paulo [...]” (LIRA NETO, 2009, p. 514). Nas anotações o jornalista segue registrando a sua chegada à cidade:

Da janela do avião, vi o horto e a estátua.

A mesma vista da varanda do hotel Panorama.

O registro completa o primeiro parágrafo do relato: “[...] Naquele momento, os que estão sentados junto às janelas do lado direito podem olhar para fora e, lá embaixo, não muito distante, avistar um trecho da serra do Catolé. No topo dela, a alva estátua de 27 metros de altura brilhando ao sol do sertão” (LIRA NETO, 2009, p. 514). Os trechos falam da estátua de Padre Cícero construída em 1969, um símbolo da cidade do Crato e do Nordeste. O jornalista chega na véspera da celebração, domingo, 19 de julho de 2009, e registra nas páginas

seguintes da caderneta o que deve ser observado por ele durante esta visita:

Descrever o roteiro da fé.

Igrejas e casas de Cícero.

Véspera do aniversário de morte.

Capela do Socorro

Missa das 5 horas

Sinos chamavam fiéis.

Celebração de graças a padre Cícero.

Lira Neto inicia a descrição do “Roteiro da Fé” a partir do sexto parágrafo do Epílogo, quando mostra os locais que marcaram a trajetória de Cícero narrada a longo da biografia, como se encontram naquele momento e no que se transformaram, em lugares de devoção pelos fiéis.

Pg: 07

Entre os que encomendaram missas, há as referências às graças alcançadas por meio de Cícero.

Também às “almas vaqueiras” e “a todas as almas do purgatório”.

“Santos almas benditas” (prováveis trechos da celebração da missa)

Pg: 08

– Missa no décimo oitavo domingo comum

Padre Sebastião Monteiro – celebrante.

Pg: 10

Missa do Socorro

– Multidão de romeiros

– Muitos padres

– + 60 padres celebraram a missa, transmitida ao vivo em cadeia nacional.

A Capela do Socorro citada por Lira Neto na anotação da caderneta é a capela Nossa

Senhora do Perpétuo Socorro, onde está enterrado o corpo do Padre Cícero. O local é o único que exibe imagens do sacerdote e da beata Maria de Araújo. Elas estão nos vitrais e foram colocadas em 2006, depois de iniciado o processo de reabilitação. Na análise das anotações e do relato produzido no Epílogo, observa-se que, ao traçar esse percurso de fé e devoção e descrever a mobilização em Juazeiro do Norte na data comemorativa, o jornalista dá amplitude ao fenômeno *Padim Ciço* e ao que ele significa hoje para a Igreja Católica. Lira Neto faz uma observação pessoal sobre esse contexto na anotação abaixo:

No Socorro, à tarde.

*A Igreja também se beneficia dos romeiros,
com as esmolas deixadas nas urnas metálicas
que existem dentro dos templos. Gente sofrida
deixa moedas como faziam com o padre no passado.*

O registro na caderneta mostra como o jornalista vê a movimentação da Igreja em torno da figura de Cícero anos depois da sua excomunhão. A mitologia em torno do sacerdote, que antes era um problema, pode vir a ser a solução contra a invasão das igrejas evangélicas no sertão, que vêm conquistando fiéis nas hostes da Igreja Católica. O fechamento da biografia pelo Epílogo mostra a estratégia estabelecida por Lira Neto para compor a amarração da narrativa, quando o valor do que é noticiável volta a predominar. Charaudeau (2007), ao definir as características de uma narrativa reconstituída, como a biografia, diz que para concebê-la plenamente se faz imprescindível uma abertura impactante, seja pelo dramático, pela novidade ou mesmo pelo insólito. No caso do Prólogo, Lira Neto optou pela atualidade, pela notícia da reabilitação, que mesmo não sendo algo absolutamente novo, ainda era um fator desconhecido fora do âmbito da Igreja, dos fiéis e dos interessados na história de Cícero. Com a biografia, o acontecimento se torna notícia para um universo não apenas de leitores, mas uma audiência em potencial que toma conhecimento do fato pela repercussão da biografia na mídia. Na caracterização proposta por Charaudeau (2007, p. 160), o fechamento dessa narrativa de reconstituição encerra o relato, mas não dá um fim ao acontecimento. Ao contrário, sustenta a noção de que este está inserido em um “processo evenemencial de perpétua reativação”:

Assim sendo, o fechamento caracteriza-se, geralmente, por um novo questionamento, que reabre a narrativa sob novas perspectivas: não raro,

redramatiza o acontecimento sugerindo um novo encadeamento dos fatos, marcados pela fatalidade (o efeito *folhetim*); interpela o leitor-telespectador, sob a aparência moralizante feita pelo narrador [...] põe em causa, de uma forma paradoxal, uma consequência mais ou menos previsível [...] (CHARAUDEAU, 2007 p. 160). (grifo do autor)

Na conclusão, Lira Neto procura evidenciar algo que milhares de romeiros todos os anos reafirmam em suas procissões de devoção pelo sertão, e a que a Igreja Católica, para sustentar sua estrutura um pouco corroída no Brasil pelos apelos dos neopetencostais, também se apega como “verdade”:

Ao ouvirem as últimas palavras do bispo, os 20 mil romeiros levantam os chapéus de palha para o alto e cantam, a uma só voz, a música eternizada por um outro nordestino devoto de Cícero, Luiz Gonzaga, o rei do baião:

*Olha lá,
no alto do Horto!
Ele está vivo,
o Padim não está morto!* (LIRA NETO, 2009, p. 523)

Ao narrar e reconstituir a trajetória de Cícero Romão Batista, Lira Neto insere a sua obra na memória sobre o sacerdote. Seu livro-biografia é mais um dos lugares de memória (NORA, 1993) que compõem a trajetória de Cícero, antes e depois de sua morte. A reconstituição da sua história de vida estabelece a identidade narrativa do personagem Padre Cícero por meio da construção da identidade da história contada pelo jornalista. Ou seja, a identidade da história é que faz a identidade do personagem. Na biografia realizada por Lira Neto o que se vê é o Padre Cícero construído na narrativa do autor, algo que não é perene, mas evenemencial no devir da história de vida desse personagem que se faz e refaz a cada contar.

Considerações finais

A identidade biográfica acha-se confrontada com a travessia do tempo, e sofre nesse percurso alterações múltiplas que suscitam uma incessante alteração das linhas segundo ritmos não lineares, a partir de quebras temporais, de fenômenos tardios e de um futuro do passado que ultrapassa os limites biológicos da finitude da existência. (François Dosse)

Quando o projeto desta pesquisa começou a se delinear, ainda em 2008, na preparação para a seleção de mestrado, o universo biográfico era um horizonte inacessível, como bem observa Dosse (2009) nas primeiras linhas da sua obra sobre o gênero. Passados quase três anos, depois de uma longa jornada pelo universo de um biógrafo, principalmente, o que se conclui, primeiramente, é que, de fato, escrever uma vida é realmente uma aventura que tangencia o inatingível e, por isso, seduz, inspira e encanta aqueles que não temem correr riscos. E tentar compreender e narrar o processo produtivo e criativo de uma biografia é uma aventura tão instigante quanto. Assim, chega-se ao final deste processo e o que se encontra não são certezas, mas indícios e indagações que aqui são compartilhados.

Historias de vida são fascinantes. Ver o outro, saber sobre ele e mergulhar na sua trajetória é uma experiência de alteridade que orienta não apenas o trabalho do biógrafo, mas de todo aquele que vê no outro uma possibilidade de conhecer, explorar, contar a realidade que o cerca, como historiadores, antropólogos, sociólogos, escritores, artistas, jornalistas. Como se viu nesta pesquisa, a história de vida, seja como conceito ou como método, só se constitui quando posta em narrativa, seja pelo próprio indivíduo absorto na dialética relação de sincronia e diacronia no movediço terreno da memória, seja na escrita do outro na busca pela melhor maneira de contar e compreender a existência alheia, um devir eterno. A narrativa biográfica, por sua vez, traz no seu cerne esse movimento aporético de transformar o tempo vivido do outro em um tempo narrado, em que, como propõe Ricoeur (1991), a identidade narrativa é mediadora entre o caráter desse sujeito e a manutenção do si próprio no tempo, no confronto com a temporalidade, na perspectiva da mudança inerente. Neste sentido, foge-se da ideia de encerrar a história de uma vida em uma narrativa totalizante, e a noção de verdade sobre ela está, como explica Lejeune (2008), na verossimilhança do relato, no cumprimento de um pacto referencial, onde o que se estabelece é uma verdade possível mediada pela tensão entre a objetividade e a subjetividade que pressupõe uma construção narrativa. A verdade é um ambição do biógrafo que tenta alcançá-la na composição de uma investigação minuciosa,

exaustiva, profunda, porém insuficiente se baseada na cientificidade e totalidade do relato, pois, como diz Bourdieu (2006), ao constatar a ilusão biográfica, a dimensão de uma vida está além da retórica.

Dessa forma, uma questão que se impõe é a de que a biografia é em si um fenômeno que supera a escrita da vida, pois uma existência é algo que não se encerra, em absoluto, em um relato. Este apenas reinscreve a trajetória desse sujeito no tempo, a faz presente na contemporaneidade, abrindo assim um lugar de memória, onde o passado transfigura-se no presente e abre possibilidades no futuro. Por esse prisma, a biografia se situa dentro de uma perspectiva reflexiva, em que seu status anterior de gênero essencialista, vinculado a um discurso moralizante, de expressão de virtudes de um personagem e com uma função moral, se torna limitador. Pensar a biografia como narrativa na contemporaneidade requer a admissão da ficção como necessária para o relato, sem perder o valor de verdade, também imprescindível. Essa bidimensionalidade da biografia, no jogo de confluência entre o ficcional e o real, está refletida também na concepção do relato histórico (CERTEAU, 1982; DOSSE, 2009) e também jornalístico (MEDINA, 1996; BIRD e DARDENNE, 1999).

Ao propor a discussão da biografia como um gênero jornalístico, buscou-se trazer para o jornalismo questões que já pertenciam ao debate de outros campos disciplinares. As transformações na concepção sobre as implicações do empreendimento biográfico não perderam de vista o que ele tem de essencial - ser um gênero híbrido, interdisciplinar, caracterizado pelo constante tensionamento, algo que não é exclusivo do jornalismo, pois se manifesta na história, um dos seus berços, e na literatura. No jornalismo, essas tensões têm especificidades, mas que se assemelham às do historiador, como o valor de verdade que orienta a produção de um relato provido de objetividade mas também de subjetividade, o trabalho com as fontes e a reflexão sobre tratamento dado a elas. Tensões que atingem também o escritor, que se manifestam nas qualidades narrativas do relato e na escolha das estratégias para construir a narratividade.

Ciente desta intersecção, observar a biografia pelos seus bastidores, resgatando o processo produtivo de um jornalista nessa aventura, foi a forma que se encontrou para compreender as especificidades desse processo no âmbito do jornalismo, pois a análise do texto simplesmente não atenderia a esses propósitos. Orientada pelas diretrizes da crítica genética como método de investigação do processo de criação do jornalista Lira Neto, esta pesquisa percorreu grande parte do caminho que levou à obra *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão*, em uma aventura tão instigante quanto a do autor pela vida de Cícero Romão Batista. O trabalho de leitura e mapeamento de um labirinto de informações dispostas

em quase 800 documentos revelou, primeiramente, a busca incessante do jornalista para dar ao relato sobre a trajetória de vida do sacerdote um efeito além de real, um “efeito vivido” (DOSSE, 2009). As informações obtidas nas mais de 900 cartas trocadas entre o padre e personagens que fizeram parte de sua trajetória, documentos que supostamente comprovam fatos controversos, como o milagre com as hóstias da beata Maria de Araújo, como também a pesquisa na bibliografia existente, produzida por historiadores simpáticos e contrários a Cícero, são algumas das peças do *puzzle* montado pelo jornalista para reescrever a história do personagem.

Nessa reescrita, Lira Neto produz o que se pode chamar de uma reportagem biográfica, como uma narrativa em que mantém o horizonte da credibilidade na reconstituição detalhada, na contextualização dos fenômenos, na utilização dos testemunhos (cartas), submetendo sua pesquisa a processos de validação, sem se furtar ao trabalho de transformação dessa profusão de dados em uma narrativa atraente, que conquiste o seu leitor, ou seja, que cumpra o contrato de expectativas entre autor e leitor, firmando o pacto referencial esperado do empreendimento biográfico. Além disso, na estruturação do relato, o autor revela alguns princípios técnicos e deontológicos próprios do jornalismo, com a observação de critérios de noticiabilidade e de valores-notícia, com uma abertura (Prólogo) pontuada por elementos de atualidade, de importância, em que dá destaque ao que é noticiável naquele momento em relação à história de vida do Padre Cícero, um história de vida que prossegue após sua morte, com a memória sobre o mito que sustenta a fé de milhões de fiéis e que pode vir a servir de instrumento da Igreja Católica.

Quanto às fontes, o jornalista foi mudando a forma de denominá-las e de indicá-las. Num primeiro momento, apresentava-as através de notas explicativas e fazia menções no texto. No fim, optou pela supressão dessas indicações, deixando-as apenas como referências bibliográficas. Contudo, a investigação nas cadernetas revelou que o diálogo foi constante com suas fontes, fossem elas outros biógrafos de Padre Cícero, os documentos, ou aquele que foi seu principal interlocutor, Renato Casimiro, antigo proprietário de um dos maiores acervos existentes sobre o sacerdote. Casimiro foi fonte e interlocutor de Lira Neto ao longo de todo o processo, corrigindo erros, sugerindo leituras, discutindo algumas abordagens. Funcionou como um consultor, tanto que a biografia é dedicada a ele, em uma exposição máxima da relação do jornalista/autor com a sua fonte mais importante.

Um dos pontos mais interessantes nessa produção biográfica reside na forma como o autor lida com a temporalidade na narrativa dessa história de vida, em que o passado é transfigurado em presente e, de fato, indica caminhos para o futuro. A biografia de Lira Neto

pode se inscrever no quadro das idades proposto por Dosse (2009) - na idade hermenêutica, na complexidade das pluralidades das identidades, pelo esforço do jornalista em dimensionar, pelos próprios relatos do sacerdote e pela apuração de fatos e personagens contemporâneos ao biografado, esse sujeito, fazendo, assim, a sua vida como um devir.

Os rastros de produção deixados pelo jornalista permitem inferir, do que se mostrou possível, uma identidade de Cícero. Porque o que se lê nas páginas da biografia é a identidade narrativa desse personagem manifesta na construção narrativa de Lira Neto, mediando a dialetização da mesmidade e da ipseidade, as duas dimensões da identidade pessoal do personagem.

Além da reflexão sobre a construção de uma reportagem biográfica, a partir da problematização das especificidades e princípios que orientam a oficina jornalística, os estudos mostraram as possibilidades de aplicação da crítica genética como método de pesquisa no jornalismo. Nesta pesquisa, a crítica genética deu conta da necessidade de reconstrução dos caminhos percorridos pelo jornalista na sua jornada biográfica, permitindo a organização, o inventário e a leitura detalhada dos documentos disponibilizados pelo autor. Por meio do método, os índices de percurso observados na montagem do dossiê genético, na constituição do protexto e na edição final do corpus de análise revelaram não apenas o fluxo produtivo do jornalista, mas também a maneira como ele compreendia e conduzia a apuração e a narrativa. Uma experiência única de imersão em universo criativo caótico, de idas e vindas, de fazer e refazer, em que o método ajudou na dissecação de um sistema específico de produção que caminha da desorganização da caderneta para a ordenação da narrativa final. Aqui, faz-se importante ressaltar que a utilização da crítica genética suscitou o interesse em ampliar, no futuro, as possibilidades de trabalho com a metodologia para aplicá-la na pesquisa jornalística, no que se refere à análise de processos produtivos, como no jornal, nas revistas ou mesmo na televisão – já que a crítica genética já é hoje aplicada no trabalho com processos criativos no cinema, no teatro e artes plásticas, por exemplo.

A exploração do universo das cadernetas e dos manuscritos se transformou em experiência de “uma escrita vivida”. Em todas as etapas, “na espreita da observação, nas transformações da memória, na busca de sistemas de ficção e de figuração, acaba-se por percebê-la como uma forma de existência” (HAY, 1999, p. 18). Pois foi na compreensão dessa existência da escrita que esta pesquisa se propôs a refletir sobre o fazer jornalístico, os valores e princípios que fazem da biografia um gênero tão desafiador.

Tal qual um biógrafo que tenta desvendar o enigma de uma existência, e faz disso uma aventura, chega-se ao fim desta aventura particular sem certezas, mas com alguns indícios e

alguns questionamentos sobre a construção da biografia no campo jornalístico. Ainda há muito a se explorar, como, por exemplo, a relação dos sujeitos dessa escrita, biógrafo e biografado. Também se observa as possibilidades de estudar os limites dos valores de memória e de história nas biografias produzidas por jornalistas na reconstrução de trajetórias, pensando como uma história vida se mantém no tempo e a sua ressignificação. Para além da produção biográfica, é oportuno refletir sobre o fenômeno de um “biografismo”, de uma valorização do “eu”, das trajetórias pessoais para o enriquecimento das narrativas midiáticas.

Na última parada dessa jornada, o ponto final não traz conclusões, mas a certeza que a experiência vivida é a melhor parte da aventura.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.
- ALSINA, Miquel R. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.
- _____. **Mitologias**. São Paulo: Difel. 1982.
- BENETTI, Márcia. **O Jornalismo como gênero discursivo**. Revista Galáxia (PUCSP), v. 15, p. 13-28, 2008.
- BENETTI, Márcia; HAGEN, Sean. **Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais**. Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC), v. 7, p. 123-135, 2010.
- BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. In: FAUSTO NETO, Antonio; PINTO, Milton José (Org.). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- BIASI, Pierre-Marc de. **A genética dos textos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- BIRD, Elizabeth S. e DARDENNE, Robert W. Mito, registo e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.
- BORDINI, Maria da Glória. **Criação literária em Erico Verissimo**. Porto Alegre: L&PM/EDIPUCRS, 1995.
- BOOTH, Wayne. **Retórica da ficção**. Lisboa: Arcádia, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BULHÕES, Marcelo M. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.
- BURKE, Peter. **A escola de Annales (1929-1989) – a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.
- CÁCERES, Luis Jesus Galindo. **Sabor a ti – Metodologia cualitativa em investigación social**. Universidad Veracruzana, Xalapa. México, 1997.
- CALABRESE, Omar. **A idade neobarroca**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- CAVALHEIRO, Jusciane. S. **A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault**. Signun: Estud. Ling., Londrina, n. 11/2, p. 67-81, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAPARRO, Manuel C. **Sotaques d'aquém e d'além mar – travessias para um nova teoria dos gêneros jornalísticos**. São Paulo: Summus, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick, MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise de discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHATIER, R. **A ordem dos livros – Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

DAMASIO, ANTÔNIO. **Em busca de Espinosa – prazer e dor na ciência dos sentimentos**. São Paulo: Cia. Das letras, 2004.

DELGADO, Juan Manuel e GUTIÉRREZ, Juan. **Métodos y técnicas cualitativas de investigación em ciências sociais**. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.

DOSSE, François. **O desafio biográfico – escrever uma vida**. São Paulo: Edusp, 2009.

ECO, Umberto. **O super-homem de massa**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

_____. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão (SE): Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

_____. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. Chaves do Mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes In: ECO, Umberto; SEBEOK, Thomas A. **O signo de três**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GOLIN, Cida. **Mulheres de escritores – subsídios para uma história privada da literatura**. São Paulo: Annablume: Caxias do Sul: Educs, 2002.

GOMIS, Lorenzo. Teoría del periodismo - Cómo se forma el presente. In: SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos – Proposta de novos critérios de classificação**. LabCom Books, 2009. URL: www.livroslabcom.ubi.pt

GRÉSILLON, Almuth. **“Devagar obras”**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.

_____. **Elementos de crítica genética – Ler manuscritos modernos**. Porto

Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

GRISA, Jairo Angelo. **Histórias de ouvinte: a audiência popular no rádio**. Itajaí: Univali, 2003.

HALL, Stuart. A produção social das notícias: os mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HAY, Louis. **A montante da escrita**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.

_____. **A literatura dos escritores: questões de crítica genética**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

LACOUTURE, Jean. Profession biographe. Conversations avec Claude Kiejman. In: DOSSE, François. **O desafio biográfico – escrever uma vida**. Edusp. São Paulo, 2009.

LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LEJEUNE, Philippe. Les Brouillons de soi. Seuil, 1998. In: BIASI, Pierre-Marc de. **A genética dos textos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

_____. **O Pacto Autobiográfico – De Rousseau à internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas – o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas: Editora UNICAMP, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Doze conceitos em análise de discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Gêneros Jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS Francisco (Orgs). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MEDINA, Cremilda. **Povo e personagem**. Canoas: Ulbra, 1996.

_____. **Ciência e jornalismo, da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus Editorial, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 1997. URL: www.bocc.ubi.pt

_____. **Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade,**

argumentação: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 1997. URL: www.bocc.ubi.pt

MOREIRA, Fabiane B. **Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das características substantivas das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massa no século XX.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MOTTA, Luis Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia e BENETTI, Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo.** Porto Alegre: Editora Vozes, 2008.

MOTTA, Marly Silva da. **O relato biográfico como fonte para a história.** Vidya, Santa Maria, n. 34, 2000.

MOURA, Sandra. **Caco Barcellos: o repórter e o método.** João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

NETO, Lira. **Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão.** São Paulo Companhia das Letras, 2009.

NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux.** In: Pierre NORA (org.). **Les lieux de mémoire.** Paris: Gallimard, 1984. Vol 1 *La République*.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa.** v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PARK, Robert E. Notícia e poder da imprensa. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa.** v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PIGNATARI, Décio. Para uma semiótica da biografia. In: HISGAIL, Fani. **Biografia: sintoma da cultura.** São Paulo: Hacker Editores: Cespuc, 1996.

PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo. Editora Contexto.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989.

_____. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias - Linhas de análise do discurso jornalístico.** Florianópolis: Insular, 2005.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro.** Campinas: Papyrus, 1991.

_____. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1997.

_____. **Arquitetura e narratividade**. In: Urbanisme, n. 303, nov./dez, 1998.

SALLES, Cecília A. **Crítica genética: fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística**. São Paulo: Educ, 2008.

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos – Proposta de novos critérios de classificação**. LabCom Books, 2009. URL: www.livroslabcom.ubi.pt

SCHMIDT, Benito B. **Construindo biografias... Historiadores e jornalista: aproximações e afastamentos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1997.

SERRA, Paulo. **O princípio da credibilidade na selecção da informação mediática**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2006. URL: www.bocc.ubi.pt

SILVA, Márcia Ivana de Lima. **Crítica genética na era digital: o processo continua**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPF. Passo Fundo, v. 4, n. 2., 2008.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?**. São Paulo: Loyola, 2002.

SOUSA, Américo. **A retórica de verdade jornalística**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2002. URL: www.bocc.ubi.pt

TEZZA, Cristóvão. **Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o formalismo russo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

_____. **Teorias do jornalismo, porque as histórias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

_____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TUCHMAN, Gaye. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

_____. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

VILAS BOAS, Sergio. **Biografias e biógrafos: jornalismo sobre personagens**. São Paulo: Summus, 2002.

_____. **Metabiografia e seis tópicos para o aperfeiçoamento do jornalismo biográfico**. São Paulo. ECA/USP, 2006.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

WOOLF, Virginia. The Art of biography. In: DOSSE, François. **O desafio biográfico – escrever uma vida**. Edusp. São Paulo.

_____. “L'art de la bio”. In: DOSSE, François. **O desafio biográfico – escrever uma vida**. Edusp. São Paulo.

WOLFE, Tom. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.